



TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS  
DO ESTADO DO PARÁ

**GABINETE CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA**

**RESOLUÇÃO Nº : 14.977/2019**

Processo : 201808124-00  
Classe : Consulta  
Orgão : Câmara Municipal de Soure.  
Interessado : Jorge Peixoto Ramos.  
Instrução : Diretoria Jurídica  
Exercício : 2018  
Relator : Conselheiro Luis Daniel Lavareda Reis Junior.

Tribunal de Contas dos Municípios  
Ato publicado no D.O.E nº 146,  
de 16/10/19, pg. 31  
Responsável

**EMENTA:** CONSULTA. CÂMARA MUNICIPAL DE SOURE. EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018. TAXA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA. CONTABILIZAÇÃO NA BASE DE CÁLCULO DO DUODÉCIMO. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA. TAXA DE ADMINISTRAÇÃO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. TRIBUTAÇÃO. REGIME DE COMPENSAÇÃO. COMPETÊNCIA MUNICIPAL LEGISLATIVA. CONSOLIDAÇÃO DE PRECEDENTES DO TCM-PA.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de **CONSULTA**, formulada em tese, e respondida nos termos do disposto no **art. 1º, inciso XVI, da LC n.º 109/2016**, acordam os **Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará**, por unanimidade, em **aprovar** a resposta à **CONSULTA**, nos termos da Ata da Sessão e do Relatório e Voto do Conselheiro Relator, que passam a integrar esta decisão.

1) A Contribuição de Iluminação Pública (CIP/COSIP) é considerada, para todos os fins, como tributo, a partir da decisão proferida no âmbito do C. STF, sob a qual este TCM-PA firmou posicionamento, a partir da Resolução n.º 12.964/2017/TCM-PA.

02) A CIP/COSIP poderá incidir na base de cálculo do duodécimo devido pelo Poder Executivo ao Legislativo, nos termos do art. 29-A, da CF/88, mediante prévia e expressa previsão na Lei Orgânica Municipal, nos demais casos devem ser seguidas as disposições contidas na Resolução n.º 8.955/05/TCM-PA e Orientação Técnica n.º 01/2012/TCM-PA, conforme firmado a partir da Resolução n.º 12.965/2017/TCM-PA.

03) Os recursos apurados na arrecadação da CIP/COSIP deverão ser contabilizados em valores brutos, pelo Executivo Municipal, para fins de

**GABINETE CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA**

**RESOLUÇÃO Nº : 14.977/2019**

apuração do repasse do duodécimo e dos limites de despesas com pessoal, uma vez que integram o cálculo da Receita Corrente Líquida (RCL).

**04)** Os recursos da CIP/COSIP, nos termos da Resolução n.º 13.019/2017/TCM-PA, são vinculados às ações de iluminação pública municipal, exclusivamente para despesas com: (i) Instalação, Manutenção e Expansão da rede de iluminação pública municipal e (ii) Consumo de energia elétrica da iluminação pública, sendo esta entendida como a vinculada à de iluminação de ruas praças, avenidas, parques e demais bens de uso comum.

**05)** É vedada a utilização dos recursos da CIP/COSIP no pagamento das faturas de energia elétrica de prédios públicos e outras unidades consumidoras, ainda que destinadas à atividade pública, já que nestes "a iluminação não serve como um fim em si mesma, mas sim, como meio para a consecução de outros serviços públicos, sendo paga pelo próprio Órgão Público, no montante equivalente ao seu consumo, por meio de tarifa emitida pela concessionária prestadora do serviço" (Resolução n.º 13.019/2017/TCM-PA).

**06)** É vedada, ainda, a utilização dos recursos da CIP/COSIP no custeio de despesas com matérias e equipamentos elétricos destinados à construção e/ou manutenção de prédios da administração pública municipal, tais como a sede da Prefeitura e Câmara, Escolas, Hospitais, Secretárias, e unidades análogas, por não integrarem o conceito de "iluminação pública municipal".

**07)** A realização de despesas com recursos provenientes da arrecadação da CIP/COSIP, com inobservância a previsão constitucional, legal e normativa da ANEEL, comporta irregularidade de natureza grave, nos termos do art. 45, inciso III, alínea "c", da LC n.º 109/2016, passível de reprovação da prestação de contas de gestão do Chefe do Executivo Municipal.

**08)** A contabilização das receitas e despesas da CIP/COSIP, deverão ser registradas no exercício de 2019 como: (i) Receita de Contribuições, Código 1.2.4.0.00.0.0 - Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública e (ii) Despesa de atividades de manutenção e consumo, bem como projetos e obras e serviços de expansão da rede de iluminação pública municipal, na Função 25 - Energia, Subfunção 752 - Energia Elétrica, que serão ainda mais detalhados neste parecer.

**09)** A contabilização das receitas e despesas da CIP/COSIP, para o exercício financeiro de 2020 e demais subsequentes, deverá atender aos procedimentos que vierem a ser modificados com o Plano de Contas para cada competência.

**10)** Para fins de rastreabilidade e monitoramento das receitas e despesas vinculadas à CIP/COSIP, as mesmas deverão ser transferidas das empresas concessionárias às Prefeituras Municipais, em conta específica/vinculada para tal finalidade.

**11)** A nominada "taxa de administração" cobrada pela





## RESOLUÇÃO Nº : 14.977/2019

concessionária/distribuidora configura espécie de prestação de serviços e, assim, comporta a cobrança de ISSQN de competência e destinação do município.

12) A omissão do Executivo Municipal na cobrança do ISSQN sob a nominada “taxa de administração” configura renúncia de receita por omissão tributária, sancionável, em tese, nos termos do art. 10, incisos X e XII, Lei Federal n.º 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa) e do art. 319, do Código Penal Brasileiro (Crime de Prevaricação).

13) Compete, aos atuais Prefeitos Municipais, nas hipóteses de cobrança de “taxa de administração”, pela empresa concessionária/distribuidora na arrecadação e transferência da CIP/COSIP, adotar as providências administrativas e/ou judiciais de lançamento tributário e cobrança do ISSQN, apurável nos últimos 05 (cinco) anos.

14) É vedado o “encontro de contas”, entre a concessionária/distribuidora e a Prefeitura Municipal, que alcance o abatimento das despesas com iluminação pública; de faturas referentes às unidades consumidoras vinculadas ao Executivo e/ou Legislativo, bem como da referida “taxa de administração”, impondo-se a observância dos procedimentos estabelecidos junto à Lei Federal n.º 4.320/64.

15) Os contratos ou convênios, firmados entre as Prefeituras Municipais e a empresa concessionária, para arrecadação da CIP/COSIP, notadamente com previsão de cobrança da “taxa de administração”, deverão ser rescindidos, por representarem prática que comporta dano ao erário, com repercussão em desfavor da população, face a elegibilidade da concessionária, como responsável/substituta tributária.

16) Os Poderes Públicos Municipais deverão empreender as medidas necessárias à imediata proposição e aprovação de emendas às Leis Municipais que instituíram a CIP/COSIP, para fixar a aludida responsabilidade/substituição tributária, em tudo observadas as prescrições contidas no Código Tributário Nacional.

17) O Executivo Municipal deverá empreender medidas administrativas necessárias ao fortalecimento do controle social, com o registro nos respectivos Portais da Transparência dos montantes mensalmente arrecadados com a CIP/COSIP e de sua aplicação em ações e custeio da iluminação pública municipal.





TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS  
DO ESTADO DO PARÁ

**GABINETE CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA**

**RESOLUÇÃO Nº : 14.977/2019**

Sala das sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará,  
em 10 de setembro de 2019.



Conselheiro: **Sérgio Leão**  
Presidente



Conselheiro **Daniel Lavareda**  
Relator.

Presentes: Conselheiros: Mara Lúcia Barbalho, Cezar Colares e Antônio José. Conselheiros  
Substitutos: Adriana Oliveira. Ministério Público de Contas: Procuradora Maria Inez Gueiros.



**RESOLUÇÃO Nº.**

Processo nº 201808124-00 – Consulta da Câmara Municipal de Soure, exercício 2018, de responsabilidade do Sr. Jorge Peixoto Ramos

**Processo n.º:** 201808124-00

**Assunto:** Consulta

**Município:** Soure

**Órgão:** Câmara Municipal

**Interessado:** Jorge Peixoto Ramos

**Procurador:** Odailton Nascimento Cruz

**Relator:** Conselheiro Luis Daniel Lavareda Reis Júnior

**Exercício:** 2018

**RELATÓRIO**

A **CÂMARA MUNICIPAL DE SOURE**, durante o exercício de 2018, encaminhou CONSULTA (fls. 01/03), com amparo no artigo 1º, inciso XVI, da LC n.º 109/2016, na qual expôs situação fática, solicitando manifestação desta Corte de Contas sobre a seguinte questão:

*A Contribuição de Iluminação Pública do Município de Soure (CIP) está inserida em Lei, dada essa contribuição fazer parte o percentual para efeito repasse duodécimo ao Poder Legislativo. Ocorre que a Prefeitura Municipal ao receber o Demonstrativo de Arrecadação a empresa Celpa, procede um desconto de dívida que o Município tem com a Celpa, logicamente só é creditado nos cofres públicos a receita da diferença, ou seja, apenas o líquido e não o bruto, e o setor de contabilidade inclui no balanço geral da Prefeitura e encaminha a esse Egrégio Tribunal o líquido, a consulta é para saber se não está havendo omissão do Poder Executivo em não incluir o bruto e sim o líquido. (grifo nosso)*

Conforme consta, os autos foram encaminhados para o meu Gabinete, na data de 26.09.2018 (fl. 05), ao que, considerando a especificidade jurídica da matéria, os autos foram submetidos a competente apreciação da Diretoria Jurídica - DIJUR/TCM-PA, em 25.03.2019, conforme permissivo contido nos termos do §4º, do art. 300, do RITCM-PA (Ato n.º 19/2017), a qual devidamente atendida, nos termos do Parecer n.º 188/2019-DIJUR/TCM-PA (fls. 100/165), da lavra do Diretor Jurídico, Dr. RAPHAEL MAUÉS OLIVEIRA, da Assessora Jurídica, Dra. PAULA MELO E SILVA D'OLIVEIRA, e do Analista de Controle Externo, Dr. LUIZ FERNANDO GONÇALVES DA COSTA, o qual antecipadamente destaco, adoto em

**GABINETE DO CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA****RESOLUÇÃO N.º.**

Processo n.º 201808124-00 – Consulta da Câmara Municipal de Soure, exercício 2018, de responsabilidade do Sr. Jorge Peixoto Ramos

sua integralidade como resposta a vertente consulta, no que transcrevo, quanto a abordagem de mérito da consulta formulada:

**III – DOS PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS CONSULTIVOS DO TCM-PA:**

No âmbito do TCM-PA, a temática de fundo, qual seja, a Contribuição de Iluminação Pública (CIP/COSIP), já foi objeto de detidos debates, tanto no aspecto pertinente a sua inclusão na base de cálculo do duodécimo devido ao Legislativo Municipal, quanto no aspecto que disciplina a aplicação desta receita municipal.

Neste sentido, remetemos aos seguintes precedentes:

CONSULTA REFERENTE A INCLUSÃO DA CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA CIP/COSIP NO CÁLCULO DO DUODÉCIMO. CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ. EXERCÍCIO DE 2016. PELA APROVAÇÃO DA RESPOSTA À CONSULTA, NOS TERMOS DO VOTO DE VISTA.

(RESOLUÇÃO N.º 12.964/2017/TCM-PA. Processo: 201603225-00, de Relatoria do Exma. Conselheira Mara Lúcia. Voto Vista Exmo. Conselheiro Aloísio Chaves).

CONSULTA. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO URBANA - ABRASI. APLICAÇÃO DOS RECURSOS APURADOS COM A CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - CIP/COSIP. INTELIGÊNCIA DO ART. 149-A, DA CF/88 C/C RESOLUÇÃO N.º 414/ANEEL. VINCULAÇÃO DE DESPESAS COM A INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E EXPANSÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL E COM O CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA (RUAS PRAÇAS, AVENIDAS, PARQUES E DEMAIS BENS DE USO COMUM). VEDAÇÃO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS COM PAGAMENTO DAS FATURAS DE ENERGIA ELÉTRICA DE PRÉDIOS PÚBLICOS E OUTRAS UNIDADES CONSUMIDORAS, AINDA QUE DESTINADAS À ATIVIDADE PÚBLICA. DETERMINAÇÕES PROCEDIMENTAIS VINCULADAS AO EXERCÍCIO DO CONTROLE EXTERNO E A TRANSPARÊNCIA NA ARRECADAÇÃO E APLICAÇÃO DE RECURSOS.

(RELATORA: CONSELHEIRA MARA LÚCIA. RESOLUÇÃO N.º 13.019/2017/TCM-PA)

Compulsando os precedentes informados, temos que:

- a) A inclusão da CIP/COSIP na base de cálculo do repasse do duodécimo ao Poder Legislativo Municipal, foi amplamente debatida neste Tribunal de Contas e resultou na **Resolução n.º 12.964/2017/TCM-PA**, junto ao Processo n.º 201609703-00, de relatoria da Exma. Conselheira MARA LÚCIA, ao qual se consagrou, como tese vencedora, a divergência suscitada pelo Voto do Exmo.





**RESOLUÇÃO Nº.**

Processo nº 201808124-00 – Consulta da Câmara Municipal de Soure, exercício 2018, de responsabilidade do Sr. Jorge Peixoto Ramos

Conselheiro ALOÍSIO CHAVES, ao que se concluiu, com repercussão geral, pela possibilidade de contabilização da citada receita, para fins de cálculo do repasse do duodécimo, desde que observada a expressa e prévia previsão junto às Leis Orgânica e Orçamentária, da municipalidade.

Para melhor compreensão da matéria, transcrevemos excerto da decisão, precisamente da parte que trata do tema:

Sobre ser a contribuição espécie de receita tributária ou não, penso que o art. 11 da Lei 4.320/1964 não pode ser lido dissociado da Carta Magna de 1988 que assevera a natureza jurídica tributária da CIP/COSIP, e nenhuma Portaria (instrumento secundário normativo) pode se dissociar dessa interpretação, tal como inclusive reafirmado pelo Ministro Ricardo Lewandowski ao relatar a Proposta de Súmula Vinculante 41:

"Ressalte-se, ademais, que, quando este Plenário apreciou, sob a sistemática da repercussão geral, o RE 724.104/SP, de minha relatoria, reconhecendo a legitimidade das contribuições para custeio do serviço de iluminação pública instituídas à luz do art. 149-A da Carta Magna, reafirmou-se categoricamente que aquela novel espécie tributária em nada se assemelhava à taxa, "por não exigir a contraprestação individualizada de um serviço ao contribuinte". Saliento, ainda, a existência de inúmeras decisões monocráticas sobre a matéria, dentre as quais destaco, exemplificativamente, algumas mais recentes: RE 849.340/SP e AI 757.929/RJ, Rei. Min. Celso de Mello; ARE 679.398/MG, Rei. Min. Gilmar Mendes; ARE 722.749/CE, Rei. Min. Dias Toffoli; RE 606.903/RJ e AI 560.189/MG, Rei. Min. Marco Aurélio; RE 614.331/AM, de minha relatoria; AI 719.732/SP, Rei. Min. Cármen Lúcia; RE 638.113/RJ, Rei. Min. Luiz Fux; ARE 759.590/CE, Rei. Min. Roberto Barroso; AI 648.305/RJ, Rei. Min. Joaquim Barbosa; e RE 567.943/MG, Rei. Min. Ayres Britto."

Exatamente identificando a CIP/COSIP como espécie de receita tributária foi que o STF achou por bem editar a Súmula Vinculante 41 assim redigida:

"O serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante taxa."

Se o conceito de receita tributária do art. 29-A da CF/1988 fosse restrito a tributos não vinculados, só



**RESOLUÇÃO Nº.**

**Processo nº 201808124-00 – Consulta da Câmara Municipal de Soure, exercício 2018, de responsabilidade do Sr. Jorge Peixoto Ramos**

restariam os impostos para compor a base de cálculo do duodécimo de repasse ao Poder Legislativo. Isso inviabilizaria a administração das Câmaras Municipais de quase todo o país.

Nesse sentido, tal como decidi outrora, ratifico meu entendimento de que a CIP/COSIP pode compor a base de cálculo do duodécimo de repasse às Câmaras Municipais, desde que previstas em Lei Orgânica da municipalidade, por se tratar de receita tributária. (grifo nosso)

Cumpre-nos destacar que, na mesma Sessão Plenária, a referida matéria foi colocada em discussão, agora em processo<sup>1</sup> sob relatoria do Exmo. Conselheiro DANIEL LAVAREDA, a qual resultou na aprovação da **Resolução n.º 12.965/2017/CM-PA**, consolidando-se o entendimento de que a contribuição para o custeio de serviço de iluminação pública (CIP/COSIP), como espécie tributária, incide na base de cálculo do repasse financeiro ao Poder Legislativo Municipal, conforme previsto no **art. 29-A, da CF/88**<sup>2</sup>, em que pese sua vinculação a despesa específica, porque se trata de receita corrente, integrante da base de cálculo do duodécimo de repasse ao Poder Legislativo Municipal, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), em tudo observada a previsão em Lei Orgânica e Orçamentária, próprias da municipalidade.

- b) Por seu turno, a **Resolução n.º 13.019/2017/TCM-PA (Processo n.º 201606998-00)**, de relatoria da **Exma. Conselheira MARA LÚCIA**, aprovada à unanimidade, estabeleceu de forma clara e precisa a aplicação/destinação dos recursos apurados pela nominada contribuição de iluminação pública.

Novamente, para melhor compreensão da matéria, transcrevemos excerto da decisão, precisamente da parte que trata do tema:

**I - Comunicação, junto aos jurisdicionados, quanto a restrição/vinculação de aplicação, dos recursos arrecadados por força da CIP/COSIP, para investimento e custeio de:**

**a) Instalação, Manutenção e Expansão da rede de iluminação pública municipal;**

**b) Consumo de energia elétrica da iluminação pública,**

<sup>1</sup> Processo nº 201603225-00.

<sup>2</sup> **Art. 29-A.** O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior.



**RESOLUÇÃO Nº.**

Processo nº 201808124-00 – Consulta da Câmara Municipal de Soure, exercício 2018, de responsabilidade do Sr. Jorge Peixoto Ramos

sendo esta entendida como a vinculada "à de iluminação de ruas praças, avenidas, parques e demais bens de uso comum".

**II** - Vedação da utilização dos recursos da CIP/COSIP, no pagamento das faturas de energia elétrica de prédios públicos e outras unidades consumidoras, ainda que destinadas à atividade pública, já que nestes "a iluminação não serve como um fim em si mesma, mas sim, como meio para a consecução de outros serviços públicos, sendo paga pelo próprio Órgão Público, no montante equivalente ao seu consumo, por meio de tarifa emitida pela concessionária prestadora do serviço".

Tal remissão é relevante, conforme aprofundaremos na análise de mérito, quando noticiado pela Câmara Municipal, que os montantes mensais arrecadados pela empresa concessionária (CELPA), estão sendo repassados ao município com descontos de dívidas e "taxa de administração", conforme consta de documento emitido pela empresa distribuidora de energia elétrica (fl. 02).

Assim, após a devida contextualização do referido tema, com o atual posicionamento jurisprudencial desta Corte de Contas, importa adentrarmos no questionamento específico veiculado à presente consulta e seus desdobramentos necessários, que se referem exatamente sobre a constituição/composição da base de cálculo do repasse relativo à CIP/COSIP ao Legislativo Municipal; bem como da contabilização dos valores apurados, junto a receita do Executivo Municipal e da aplicação dos mesmos recursos.

**IV - DO MÉRITO:**

Preliminarmente, cumpre-nos compreender que a questão proposta pela Câmara Municipal de Soure, ao passo de se limitar à busca de fundamentos para defender, junto ao Executivo Municipal, o aumento dos repasses devidos a título de duodécimo, no que comporta legitimidade à questão proposta, revela, salvo melhor juízo, a possibilidade de enfrentamento de questões muito mais relevantes e de indispensável atuação do controle externo, dentro das competências que são fixadas pela Magna Carta, perante a Administração Pública Municipal.

Assim, em que pese o estreito viés consultivo assentando pela Câmara Municipal, compreendemos, salvo melhor juízo, que o caso sob análise é uma oportunidade para consignarmos junto ao Colendo Plenário, da necessidade de ampliação do debate do fundo do direito e suas repercussões, sempre voltados ao maior e melhor interesse público, o qual vai muito além da exata contabilização, pro-legislativo, da parcela do duodécimo.



**RESOLUÇÃO Nº.****Processo nº 201808124-00 – Consulta da Câmara Municipal de Soure, exercício 2018, de responsabilidade do Sr. Jorge Peixoto Ramos**

Entendemos, para tanto, que este TCM-PA, ao enfrentar o tema proposto sob a forma de consulta, não se encontra limitado aos quesitos ou questões formuladas pelo ente público consulente, tal como se observaria impositivamente em matéria de defesa, recurso ou pedido de revisão.

Neste sentido, o exercício da competência pedagógica e, por que não, preventiva, que se insere em toda e qualquer consulta formulada, autoriza o aprofundamento do tema inquinado, notadamente quando este se vê revestido de inescusável interesse público e, por conseguinte, defesa do erário em prol da população, fim maior, entendemos, da atividade que desempenham as Cortes de Contas.

Tal posição se vê reforçar a partir dos preliminares achados realizados por esta DIJUR, com o apoio da área técnica de Controle Externo do TCM-PA<sup>1</sup>, através do sistema REI, no sentido de proceder levantamento das receitas declaradas pelos municípios, referentes à CIP/COSIP, filtradas a partir dos elementos do Plano de Contas, para os exercício de 2017 e 2018, tal como segue:

MUNICIPIO	2017		2018	
	EMPENHOS	RECEITAS	EMPENHOS	RECEITAS
ABAETETUBA	215.406,82	5.810.959,57	494.143,10	3.027.145,16
ABEL FIGUEIREDO	21.563,86	108.443,28		
ACARA	505.103,22	280.912,36	130.257,30	262.082,76
AFUA	310.337,56	409.940,75	436.342,66	438.027,12
ÁGUA AZUL DO NORTE		7.785,34		
ALENQUER		774.810,79		
ALMEIRIM		535.145,94		694.379,21
ALTAMIRA	1.606.782,43	4.726.165,75		4.415.851,74
ANAJAS	12.633,11	100.112,14	35.266,80	89.802,22
ANANINDEUA		32.537.108,77		36.326.819,73
ANAPU	251.538,33	302.270,34	390.810,30	
AUGUSTO CORREA	970.436,40	1.100.013,82	2.187.801,20	1.260.116,02

<sup>1</sup> 1ª Controladoria de Controle Externo, adotando-se os seguintes critérios (filtros):

COMPETENCIA = BALANÇO GERAL (CONSIDERADAS AS ULTIMAS RETIFICADORAS ENTREGUES AO TRIBUNAL E PROCESSADAS ATÉ AGOSTO DE 2019)	
RECEITAS ARRECADADAS 2017:	CODIGOS = 1.2.20.29.00 - Contribuição Para O Custeio Do Serviço De Iluminação Pública
1.2.20.99.00 - Outras Contribuições Econômicas - Principal	
RECEITAS ARRECADADAS 2018:	CODIGO = 1.2.40.00.11 - Contribuição Para O Custeio Do Serviço De Iluminação Pública - Principal
1.2.20.99.11 - Outras Contribuições Econômicas - Principal	
DESPESAS: FUNÇÃO = 25 E SUB FUNÇÃO = 152	





**RESOLUÇÃO Nº.****Processo nº 201808124-00 – Consulta da Câmara Municipal de Soure, exercício 2018, de responsabilidade do Sr. Jorge Peixoto Ramos**

MUNICIPIO	2017		2018	
	EMPENHOS	RECEITAS	EMPENHOS	RECEITAS
AURORA DO PARA				52.242,10
AVEIRO	1.684,00	8.052,38		
BAGRE				
BAIAO		132.521,39		
BANNACH	45.710,52	19.320,75	21.597,60	8.159,28
BARCARENA		825.303,08		892.465,31
BELEM				124.560.985,68
BELTERRA		145.311,06		174.030,44
BENEVIDES	599.000,00	344.914,51		
BOM JESUS DO TOCANTINS	15.137,42	151.525,77		
BONITO		113.617,98		
BRAGANCA		1.510.560,46		1.481.329,64
BRASIL NOVO		165.756,14		216.818,71
BREJO GRANDE DO ARAGUAIA	228.195,00		236.010,00	
BREU BRANCO		1.359.207,06		1.477.754,50
BREVES		958.766,45		1.512.508,98
BUJARU	523.433,50	598.475,02		116.320,35
CACHOEIRA DO ARARI		65.763,72		
CACHOEIRA DO PIRIA	334.360,00	14.126,40	264.880,95	98.344,06
CAMETA	1.179.588,71	1.471.155,83	1.336.148,80	
CANAA DOS CARAJAS	1.794.773,16	6.092,16		
CAPANEMA	1.048.469,40	1.711.429,76	198.650,00	
CAPITAO-POCO		118.175,92		282.468,81
CASTANHAL		12.571.444,99		14.618.531,59
CHAVES		68.938,62		48.192,31
COLARES				
CONCEICAO DO ARAGUAIA	1.126.324,45	596.112,56	80.026,90	
CONCORDIA DO PARA		664.186,30		659.273,61
CUMARU DO NORTE	139.892,80		123.710,86	
CURIONOPOLIS			2.762.698,42	
CURRALINHO		226.103,33		255.634,24
CURUA		81.149,78		
CURUCA	152.930,74		897.825,43	828.040,29
DOM ELISEU		1.452.307,14	1.409.135,87	1.442.214,24
ELDORADO DO CARAJAS	103.900,00	575.831,14	343.955,00	
FARO		134.439,25		
FLORESTA DO ARAGUAIA		815.887,40		854.285,37
GARRAFAO DO NORTE	170.686,64	149.361,00	94.163,09	13.505,54



**RESOLUÇÃO Nº.****Processo nº 201808124-00 – Consulta da Câmara Municipal de Soure, exercício 2018, de responsabilidade do Sr. Jorge Peixoto Ramos**

MUNICIPIO	2017		2018	
	EMPENHOS	RECEITAS	EMPENHOS	RECEITAS
GOIANESIA DO PARA			80.666,18	863.300,88
GURUPA		169.917,49		
IGARAPE-ACU	231.150,88	573.238,25	425.340,06	544.828,31
IGARAPE-MIRI			7.928,70	
INHANGAPI	9.548,84		41.845,00	
IPIXUNA DO PARA	118.824,63	344.094,27	323.944,22	
IRITUIA		139.159,91		
ITAITUBA		1.514.186,07		8.429.903,75
ITUPIRANGA	125.781,60	698.088,70	354.217,89	661.054,52
JACAREACANGA		125.812,62	0,00	64.728,76
JACUNDA				12,42
JURUTI		470.064,96		723.247,87
LIMOEIRO DO AJURU	142.790,00	161.703,58	15.061,38	166.719,65
MAE DO RIO		1.471.415,30		1.440.625,78
MAGALHAES BARATA	94.647,20	222.106,95	450.316,92	251.842,77
MARABA	16.161.604,77	19.569.341,51		21.587.974,32
MARACANA		112.673,13		56.155,26
MARAPANIM	244.555,94	223.774,75	1.415.340,83	1.205.647,59
MARITUBA		2.238.521,69		
MEDICILANDIA		130.068,33		273.110,88
MELGACO				
MOCAJUBA	81.537,97	617.802,67	272.840,44	601.793,81
MOJU	1.763.670,99	1.538.379,65	71.338,32	55.642,73
MOJUI DOS CAMPOS		35.305,34		
MONTE ALEGRE	809.610,75	581.406,45		1.155.777,40
MUANA		314.603,67	13.508,90	344.173,74
NOVA ESPERANCA DO PIRIA	258.392,16	139.843,20		174.285,46
NOVA IPIXUNA				99.777,41
NOVA TIMBOTEUA		40.384,22		17.364,90
NOVO PROGRESSO		1.719.681,71	1.769.096,63	
NOVO REPARTIMENTO		1.811.061,38		2.092.590,09
OBIDOS	139.780,60	423.076,58		
OEIRAS DO PARA				
ORIXIMINA		321.300,12		184.344,72
OUREM	87.697,75	244.327,33	67.747,05	
OURILANDIA DO NORTE		289.529,23		118.784,58
PACAJA		179.311,50	194.840,35	174.490,38
PALESTINA DO PARA	92.123,21	513,19	130.851,08	



**RESOLUÇÃO Nº.****Processo nº 201808124-00 – Consulta da Câmara Municipal de Soure, exercício 2018, de responsabilidade do Sr. Jorge Peixoto Ramos**

MUNICÍPIO	2017		2018	
	EMPENHOS	RECEITAS	EMPENHOS	RECEITAS
PARAGOMINAS		2.877.032,92		3.125.095,11
PARAUPEBAS		12.213.455,69	20.177.765,81	12.899.514,01
PAU D'ARCO	37.867,02	61.548,27	63.698,54	72.882,85
PEIXE-BOI		216.232,80	327.121,24	313.491,90
PICARRA		79.471,11		
PLACAS	190.765,18	187.941,28	229.592,00	197.580,24
PONTA DE PEDRAS	223.758,01	355.909,82	683.093,80	246.112,36
PORTEL	295.304,42	578.965,52	603.246,01	
PORTO DE MOZ	76.515,00		17.574,50	537.997,27
PRAINHA	327.315,75	339.078,00	426.821,10	458.677,50
PRIMAVERA	179.168,40	89.909,13	126.550,00	83.527,06
QUATIPURU	238.016,48	276.803,24	166.223,59	
REDENCAO DO PARA	4.873.135,62	4.285.415,90	3.157.773,35	
RIO MARIA	700.308,39	491.435,36	299.812,20	736.768,78
RONDON DO PARA		1.678.427,84	1.694.134,99	1.859.956,51
RUROPOLIS	643.815,32	727.983,14	1.072.210,02	649.681,70
SALINOPOLIS	4.367.249,14	4.370.907,34	4.297.267,07	4.918.342,28
SALVATERRA	209.989,56	115.831,96	6.265,12	97.603,39
SANTA BARBARA DO PARA	155.675,60	1.022.212,70	58.159,20	1.171.090,25
SANTA CRUZ DO ARARI	20.784,14	59.950,32	4.205,57	240.724,77
SANTA IZABEL DO PARA		497.021,64	597.761,69	683.251,92
SANTA LUZIA DO PARA	116.954,12	11.251,93	150.000,00	10.428,54
SANTA MARIA DAS BARREIRAS		4.880,28		
SANTA MARIA DO PARA	477.400,06	429.963,10		
SANTANA DO ARAGUAIA	296.301,95	460.675,19	2.408.313,40	2.130.258,40
SANTAREM		7.263.102,07		
SANTAREM-NOVO	628.047,53	118.948,59		
SANTO ANTONIO DO TAUÁ		159.525,27		282.255,20
SAO CAETANO DE ODIVELAS	213.969,92	152.557,41		
SAO DOMINGOS DO ARAGUAIA		371.037,53		
SAO DOMINGOS DO CAPIM		653.844,30		582.435,43
SAO FELIX DO XINGU		751.305,88		569.981,11
SAO FRANCISCO DO PARA				29.554,97
SAO GERALDO DO ARAGUAIA				605.055,93
SAO JOAO DA PONTA		78.132,78		47.294,05
SAO JOAO DE PIRABAS		156.219,45		170.458,29
SAO JOAO DO ARAGUAIA				
SAO MIGUEL DO GUAMA	163.684,95	2.353.483,04	369.169,28	1.124.677,17



**RESOLUÇÃO Nº.**

Processo nº 201808124-00 – Consulta da Câmara Municipal de Soure, exercício 2018, de responsabilidade do Sr. Jorge Peixoto Ramos

MUNICIPIO	2017		2018	
	EMPENHOS	RECEITAS	EMPENHOS	RECEITAS
SAO SEBASTIAO BOA VISTA				45.401,55
SAPUCAIA				92.087,26
SENADOR JOSE PORFIRIO	177.961,43	159.592,48	166.181,32	
SOURE		248.064,52		908.021,43
TAILANDIA	1.629.162,61	67.402,20	1.093.492,88	
TERRA ALTA				
TERRA SANTA	540,00	319.749,29	4.212,85	309.320,67
TOME-ACU	312.085,67	633.077,18	69.718,30	413.621,43
TRACUATEUA		15.336,19		1.465,11
TRAIRAO	113.536,80	240.697,84	154.494,30	
TUCUMA		2.394.448,29		2.646.806,80
TUCURUI		2.951.138,05		2.978.688,54
ULIANOPOLIS	78.738,20			
URUARA	1.178.473,96	963.971,70	1.229.430,16	
VIGIA	237.838,47	295.542,43	35.837,14	
WISEU	444.536,48	433.785,90	433.379,22	275.358,34
VITORIA DO XINGU		141.525,07		
XINGUARA		3.006.637,14		3.687.432,88
<b>TOTAL</b>	<b>50.328.505,54</b>	<b>165.531.629,03</b>	<b>57.201.812,88</b>	<b>282.598.407,99</b>

Cabe-nos destacar que no exercício de 2017, dos 144 (cento e quarenta e quatro) municípios do Estado do Pará, foram realizados lançamentos contábeis de receita, junto aos elementos 1.2.20.29.00 - **Contribuição Para o Custeio do Serviço De Iluminação Pública / 1.2.20.99.00 - Outras Contribuições Econômicas - Principal**, de **123 (cento e vinte e três) municípios**, totalizando uma receita global declarada de **R\$-165.531.629,03 (cento e sessenta e cinco milhões, quinhentos e trinta e um mil, seiscentos e vinte e nove reais e três centavos)**.

Já em 2018, apenas **90 (noventa) municípios** procederam com o regular registro contábil da receita, através dos elementos 1.2.40.00.11 - **Contribuição Para O Custeio Do Serviço De Iluminação Pública - Principal / 1.2.20.99.11 - Outras Contribuições Econômicas - Principal**, preconizado junto ao Plano de Contas, totalizando uma receita global no exercício de **R\$-282.598.407,99 (duzentos e oitenta e dois milhões, quinhentos e noventa e oito mil, quatrocentos e sete reais e noventa e nove centavos)**.

Ademais, na coluna "empenhos", observamos que grande parte dos municípios não procederam com o correto registro contábil das despesas realizadas, gerando inequívoco embaraço ao pretendido levantamento, da aplicação dos recursos da CIP/COSIP.





## GABINETE DO CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA

## RESOLUÇÃO Nº.

Processo nº 201808124-00 – Consulta da Câmara Municipal de Soure, exercício 2018, de responsabilidade do Sr. Jorge Peixoto Ramos

Potencializa-se a preocupação acerca do tema, quando se observam os dados levantados em pesquisa do IBGE, no exercício de 2006, voltada a identificação do **Perfil dos Municípios Brasileiros**, quando incluiu em seu questionário a pergunta se os municípios cobravam a CIP/COSIP.

Naquele exercício, o Estado do Pará contava, ainda, com **143 (cento e quarenta e três) municípios**<sup>1</sup>, dos quais, **141 (cento e quarenta e um)** indicaram a cobrança da Contribuição de Iluminação Pública<sup>2</sup>, ao que nos permitimos construir duas hipóteses:

- a) Os demais municípios que instituíram a CIP/COSIP não procederam com o registro contábil devido, conforme Plano de Contas, impossibilitando o rastreo do montante de receitas que ingressaram nos cofres públicos ou,
- b) Os demais municípios que instituíram a CIP/COSIP, deixaram de proceder registro contábil do ingresso da mesma receita, por não haver saldo resultante do "encontro de contas" realizado pela empresa concessionária.

Registra-se, por oportuno, que a despeito do levantamento realizado, conforme metodologia indicada, não se pode estabelecer, em concreto, se os valores lançados na origem (Prefeituras Municipais), correspondem os montantes brutos (total da arrecadação) ou líquidos (saldo resultante do encontro de contas), ao que se recomenda, desde já a realização de Fiscalização Ordenada Concomitante, na apuração dos fatos, por este Colendo Plenário.

Considerando qualquer das hipóteses aventadas, bem como os montantes envolvidos e as divergências na declaração de informações pelos municípios, no bojo das respectivas prestações de contas anuais, compreendemos que a problemática evidenciada encerra, per si, a relevância do tema e a necessidade de aprofundamento da questão, por este TCM-PA.

Com base em tal diretriz, com o escopo de estabelecer melhor didática ao presente parecer, destacaremos em tópicos as matérias que socorrem à apreciação deste TCM-PA, tendo, em todo o caso, a

<sup>1</sup> A emancipação do Município de Mojú dos Campos somente se completou em 2013, com a posse do primeiro prefeito e vereadores eleitos, integralizando os atuais 144 (cento e quarenta e quatro) municípios que compõem o Estado do Pará.

<sup>2</sup> Dados extraídos do Estudo realizado em 2008, pela Confederação Nacional dos Municípios, denominado **"Análise da situação atual da Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública - CIP nos municípios brasileiros"**, datado de julho de 2008.

Disponível em:

[https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca\\_antiga/Julho08AnalisedasituacaoatualdaContribuicaoParaOCusteiodaIluminacaoPublica%E2%80%93CIPnosmunicipios.pdf](https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca_antiga/Julho08AnalisedasituacaoatualdaContribuicaoParaOCusteiodaIluminacaoPublica%E2%80%93CIPnosmunicipios.pdf)

**RESOLUÇÃO Nº.**

Processo nº 201808124-00 – Consulta da Câmara Municipal de Soure, exercício 2018, de responsabilidade do Sr. Jorge Peixoto Ramos

vinculação inerente ao nominado fundo do direito, qual seja, a destinação e contabilização da CIP/COSIP, pelos municípios paraenses.

**IV.1 – CIP/COSIP COMO INTEGRANTE DA BASE DE CÁLCULO DO DUODÉCIMO:**

Conforme precedentes jurisprudenciais consultivos (**RESOLUÇÕES N.º 12.964 e 12.965/2017/TCM-PA**), o Colendo Plenário, em decisão por maioria, porém, com repercussão geral, assentou entendimento, no sentido de compreender que a nominada Contribuição de Iluminação Pública, ao passo de ser dotada de natureza tributária, comporta, mediante expressa previsão na legislação municipal (Lei Orgânica), integralizar a base de cálculo do duodécimo devido pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo, na forma do **art. 29-A, da CF/88**.

Prima facie, temos que o Consulente suscita dúvida quanto ao valor que será considerado para composição da base de cálculo, a partir do procedimento que estaria sendo adotado pela Prefeitura Municipal, por ocasião dos registros contábeis desta receita, arrecada pela empresa concessionária (CELPA), através das faturas (contas) de energia elétrica cobrada dos munícipes.

Conforme elementos que fizeram instruir os autos (fls. 02/03), sem aprofundarmos mais do que o necessário no caso concreto, o que se tem é procedimento já noticiado por outros municípios, quanto ao "encontro de contas" realizado compulsoriamente pela empresa concessionária, assim como da ordinária cobrança de "taxa de administração".

Ou seja, a CELPA, exclusiva concessionária do serviço de distribuição e fornecimento de energia elétrica do Pará, adota procedimentos que, ao nosso sentir, não encontrariam respaldo legal, na medida em que promove o abatimento/retenção dos valores apurados/arrecadados, atinentes à CIP/COSIP de débitos outros, dentre os quais, as despesas apuradas em desfavor do município e, ainda, da nominada "taxa de administração", sob a qual dedicaremos tópico específico.

A partir de tais descontos/retenções seriam repassados aos cofres públicos municipais, apenas e tão somente o aludido "valor líquido", consignado a partir das receitas apuradas junto à população, nos percentuais fixadas à CIP/COSIP.

Nesta senda, o Executivo Municipal, em tese, estaria contabilizando, junto às receitas próprias que repercutirão na nominada Receita Corrente Líquida (RCL), tão somente o "valor líquido", o que estaria, decerto, impactando na base de cálculo do duodécimo.

Assim, em resposta ao questionamento formulado na vertente consulta, cumpre-nos assentar o posicionamento desta DIJUR/TCM-PA,



**RESOLUÇÃO Nº.**

Processo nº 201808124-00 – Consulta da Câmara Municipal de Soure, exercício 2018, de responsabilidade do Sr. Jorge Peixoto Ramos

de que o valor do repasse relativo à CIP/COSIP, que compõe a base de cálculo do percentual destinado ao Poder Legislativo Municipal, deve observar a totalidade dos recursos arrecadados, em sua forma bruta (integral), inclusive as multas e demais acréscimos legais, na forma prevista na legislação do Município arrecadador.

A Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública – CIP/COSIP é um tributo de natureza sui generis, conforme definição atribuída pelo Supremo Tribunal Federal<sup>1</sup>, possuindo como finalidade específica o custeio da prestação do serviço de iluminação pública de municípios e do Distrito Federal, nos termos do **art. 149-A<sup>2</sup>, da Constituição Federal**.

O questionamento formulado pelo Consulente estabelece relevância na medida em que a correta composição dos valores arrecadados influencia diretamente na definição do montante da receita que será destinada aos Poderes Legislativos Municipais, bem como nos limites constitucionais impostos aos administradores para realizar os gastos desses mesmos recursos.

Diante disto, importa mencionarmos a **Orientação Técnica nº. 01/2012/TCM-PA**, em seu item 9, a qual consigna orientação aos Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo acerca das receitas que constituem a base de cálculo do repasse devido às Câmaras Municipais, com base no regramento previsto no **§5º, do art. 153 e nos artigos 158 e 159**, todos da Constituição Federal, in verbis:

**9. BASE DE CÁLCULO DO REPASSE AO PODER LEGISLATIVO:**

A receita a ser considerada para base de cálculo do repasse à Câmara Municipal corresponde ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal, efetivamente realizado no exercício anterior, abaixo descritas:

**I – receita tributária:**

- a)** IPTU (Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana);
- b)** IRRF (Imposto de renda retido na fonte);
- c)** ITBI (Imposto sobre a transmissão de bens inter vivos);
- d)** ISS (Imposto sobre serviços);

<sup>1</sup> Recurso Extraordinário nº 573.675/SC, Tribunal Pleno, Relator o Ministro Ricardo Lewandowski

<sup>2</sup> **Art. 149-A.** Os Municípios e o Distrito Federal poderão instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para o custeio do serviço de iluminação pública, observado o disposto no art. 150, I e III.



**RESOLUÇÃO Nº.**

Processo nº 201808124-00 – Consulta da Câmara Municipal de Soure, exercício 2018, de responsabilidade do Sr. Jorge Peixoto Ramos

- e) *Taxas;*
- f) *Contribuições de Melhorias;*
- g) *Juros e multa das receitas tributárias;*
- h) *Receita da Dívida Ativa Tributária;*
- i) *Juros e multas da dívida ativa tributária.*

**II – transferências da União:**

- a) *FPM (Fundo de participação dos municípios); b) ITR (Imposto territorial rural);*
- c) *IOF OURO (Imposto sobre operações financeiras);*
- d) *ICMS DESONERAÇÃO (Lei Complementar 87/96 – Lei Kandir).*
- e) *CIDE (Contribuição de Intervenção no domínio econômico)*

**III – transferências dos Estados:**

- a) *ICMS (Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços);*
- b) *IPVA (Imposto sobre a propriedade de veículos automotores).*
- c) *IPI EXPORTAÇÃO (Imposto sobre produtos industrializados);*

Diante do exposto, denota-se que na jurisprudência explicitada sobre o tema, bem como na Orientação Normativa supracitada, não se observa a presença de qualquer termo, vocábulo ou expressão que conduza a uma interpretação diversa do que fora literalmente decidido, ao passo que resta claro que a CIP/COSIP deve ser incluída no rol de tributos da receita tributária e o somatório destes com as transferências previstas no §5º, do art. 135; 158 e 159 da CF/88, integram a base de cálculo do repasse ao Poder Legislativo Municipal.

Sendo assim, o TCM-PA, ao se posicionar no sentido de que a CIP/COSIP compõe a base de cálculo do percentual a ser repassado às Câmaras Municipais, sem fazer qualquer menção à possibilidade de que tais valores sofressem algum tipo de redução/dedução, **normatizou que o repasse incidirá sobre o valor bruto das receitas arrecadadas, inclusive das multas e demais acréscimos previstos na legislação municipal.**

O referido tema, já foi objeto de Consulta perante os Egrégios Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul – TCE/MS, Tribunal de Contas do Estado do Piauí – TCE/PI e Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, os quais igualmente externaram o entendimento de que o valor da base de cálculo para o repasse ao Poder Legislativo, incluindo a CIP/COSIP, se faz considerando a receita bruta, sem deduções, como pode ser observado, respectivamente:





**RESOLUÇÃO Nº.**

Processo nº 201808124-00 – Consulta da Câmara Municipal de Soure, exercício 2018, de responsabilidade do Sr. Jorge Peixoto Ramos

CONSULTA. PREENCHIMENTO DOS PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE. CONHECIMENTO. COSIP. CONTRIBUIÇÃO CUJA ARRECADAÇÃO COMPÕE A BASE DE CÁLCULO DO PERCENTUAL CONSTITUCIONAL DESTINADO AO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL. **CONSIDERAÇÃO DA TOTALIDADE DOS VALORES BRUTOS ARRECADADOS.**

(TCE/MS. PARECER-C Nº 00/0012/13/TCE-MS. RELATORA: CONS. MARISA JOAQUINA MONTEIRO SERRANO. PROCESSO TC Nº 12454/2013).

REPASSE AO LEGISLATIVO. RECEITA BRUTA.

1. **A BASE DE CÁLCULO PARA O REPASSE AO PODER LEGISLATIVO SE FAZ SEM DEDUÇÕES;**

2. VALORES DEDUZIDOS PARA A CONSTITUIÇÃO DO FUNDEB E FMS NÃO SERÃO EXCLUÍDOS.

(TCE/PI. ACÓRDÃO Nº 075/18. RELATOR: CONS. ABELARDO PIO VILANOVA E SILVA. PROCESSO Nº TC Nº 021424/2017).

"(...) 6.2.5. A RECEITA ARRECADADA DECORRENTE DA COBRANÇA DA CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DEVE SER CONTABILIZADA NO FLUXO ORÇAMENTÁRIO COMO RECEITA TRIBUTÁRIA E PELO SEU VALOR INTEGRAL, OBEDECENDO AO REGIME DE CAIXA (ART. 35 DA LEI N. 4.320/64)".

(TCE/SC. CON-03/00344694, SESSÃO DE 12/5/2003)

Por todo o exposto, como resposta ao quesito formulado pelo Consulente, com base na jurisprudência e normatização desta Corte de Contas, bem como nas decisões referenciadas dos **Tribunais de Contas dos Estados do Mato Grosso do Sul, Piauí e Santa Catarina**, concluímos que o valor do repasse relativo à CIP/COSIP e os outros tributos que compõe a receita tributária, visando a composição da base de cálculo do percentual destinado ao Poder Legislativo Municipal, devem observar a totalidade dos recursos arrecadados, em sua forma bruta, inclusive multas e demais acréscimos legais, na forma prevista na legislação do Município arrecadador.

**IV.2 - CIP/COSIP COMO RECEITA VINCULADA:**

Cumpre-nos explicitar, mais uma vez que os recursos oriundos da CIP/COSIP são vinculados, conforme já esclareceu este TCM-PA, em autos de consulta, o qual deu origem à **Resolução 13.019/2017/TCM-PA**, sob relatoria da **Exma. Conselheira MARA LÚCIA**, da qual se extrai, a impositiva destinação à:

a) Instalação, Manutenção e Expansão da rede de iluminação pública municipal;

b) Consumo de energia elétrica da iluminação pública, sendo esta entendida como a vinculada "à de iluminação

**RESOLUÇÃO Nº.**

Processo nº 201808124-00 – Consulta da Câmara Municipal de Soure, exercício 2018, de responsabilidade do Sr. Jorge Peixoto Ramos

de ruas praças, avenidas, parques e demais bens de uso comum".

Lado outro, com a didática que lhe é peculiar, estabeleceu o voto condutor exarado pela citada Conselheira-Relatora, as vedações de aplicação dos recursos arrecadados com tal contribuição/tributo, ao que refere:

**II** - Vedação da utilização dos recursos da CIP/COSIP, no pagamento das faturas de energia elétrica de prédios públicos e outras unidades consumidoras, ainda que destinadas à atividade pública, já que nestes "a iluminação não serve como um fim em si mesma, mas sim, como meio para a consecução de outros serviços públicos, sendo paga pelo próprio Órgão Público, no montante equivalente ao seu consumo, por meio de tarifa emitida pela concessionária prestadora do serviço".

Ademais, a mesma deliberação adotada por este TCM-PA, fixa orientação quanto à sistemática de contabilização de receitas e despesas vinculadas à CIP/COSIP, conforme se transcreve:

a) Contabilizem as receitas dos recursos da COSIP, como Receita de Contribuições, Código 1230.00.00 - Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública;

b) Contabilizem as despesas dos recursos da COSIP, relativas as atividades de manutenções e consumo, e projeto de expansão da rede, na Função 25 - Energia, Subfunção 752 - Energia Elétrica;

Registre-se, ainda, que a **Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL**, atualizou suas diretrizes vinculadas às definições de unidades consumidoras, por intermédio da **RESOLUÇÃO NORMATIVA n.º 800, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017**, fixando regramento quanto às definições e distinções das classes de consumo/consumidor vinculados ao "Poder Público", à "Iluminação Pública" e ao "Serviço Público", a qual revela consonância com os parâmetros assentados por este TCM-PA, ao que transcrevemos:

**Seção VII****Da Classe Poder Público**

**Art. 53-M.** Na classe poder público enquadram-se as unidades consumidoras de responsabilidade de consumidor que seja pessoa jurídica de direito público, independentemente da atividade desenvolvida, incluindo a iluminação em vias e semáforos, radares e câmeras de monitoramento de trânsito, exceto aqueles





## RESOLUÇÃO Nº.

Processo nº 201808124-00 – Consulta da Câmara Municipal de Soure, exercício 2018, de responsabilidade do Sr. Jorge Peixoto Ramos

classificáveis como serviço público de irrigação rural, escola agrotécnica, iluminação pública e serviço público, subdividindo-se nas seguintes subclasses:

- I - poder público federal;
- II - poder público estadual ou distrital; e
- III - poder público municipal.

Art. 53-N. Para a classe poder público aplicam-se as tarifas homologadas pela ANEEL para o Grupo A e, para o Grupo B, as tarifas homologadas do subgrupo B3.

### Seção VIII

#### Da Classe Iluminação Pública

Art. 53-O. Na classe iluminação pública enquadram-se as unidades consumidoras destinadas exclusivamente para a prestação do serviço público de iluminação pública, de responsabilidade do Poder Público Municipal ou Distrital, ou ainda daquele que receba essa delegação, com o objetivo de iluminar:

I - vias públicas destinadas ao trânsito de pessoas ou veículos, tais como ruas, avenidas, logradouros, caminhos, passagens, passarelas, túneis, estradas e rodovias; e

II - bens públicos destinados ao uso comum do povo, tais como abrigos de usuários de transportes coletivos, praças, parques e jardins, ainda que o uso esteja sujeito a condições estabelecidas pela administração, inclusive o cercamento, a restrição de horários e a cobrança.

§1º Não se inclui na classe iluminação pública o fornecimento que tenha por objetivo:

- I - qualquer forma de publicidade e propaganda;
- II - a realização de atividades que visem a interesses econômicos;
- III - a iluminação das vias internas de condomínios; e
- IV - o atendimento a semáforos, radares e câmeras de monitoramento de trânsito.

§2º. As cargas relativas à iluminação pública devem ser separadas das demais cargas com vistas a possibilitar a



**RESOLUÇÃO Nº.**

Processo nº 201808124-00 – Consulta da Câmara Municipal de Soure, exercício 2018, de responsabilidade do Sr. Jorge Peixoto Ramos

aplicação tarifária correspondente, mediante a instalação de medição exclusiva ou pela estimativa do consumo.

**Art. 53-P.** Para a classe iluminação pública aplicam-se as tarifas homologadas pela ANEEL para o Grupo A e, para o Grupo B, as tarifas homologadas do subgrupo B4a.

**Seção IX**

**Da Classe Serviço Público**

**Art. 53-Q.** Na classe serviço público enquadram-se as unidades consumidoras que se destinem, exclusivamente, ao fornecimento para motores, máquinas e cargas essenciais à operação de serviços públicos de água, esgoto, saneamento e tração elétrica urbana ou ferroviária, explorados diretamente pelo Poder Público ou mediante concessão ou autorização, considerando-se as seguintes subclasses:

**I** - tração elétrica; e

**II** - água, esgoto e saneamento.

**Parágrafo único.** As cargas relativas às classes serviço público devem ser separadas das demais cargas com vistas a possibilitar a aplicação tarifária correspondente, mediante a instalação de medição exclusiva.

**Art. 53-R.** As unidades consumidoras classificadas na subclasse água, esgoto e saneamento, conforme disposições do Decreto nº 7.891, de 2013, tem direito ao benefício tarifário de redução nas tarifas aplicáveis, nos percentuais da tabela a seguir:

(...)

**Art. 53-S.** Para a subclasse tração elétrica aplicam-se as tarifas homologadas pela ANEEL para o Grupo A e, para o Grupo B, as tarifas homologadas do subgrupo B3.

À luz de tal disciplina, entendemos que qualquer procedimento, esteja ou não amparado em instrumento de Convênio, Contrato ou Lei Municipal, que assegure à concessionária de serviço público proceder com retenção de parte dos recursos arrecadados, para pagamento de despesas alcançadas pelos artigos 53-M; 53-O, §1º, incisos I a IV e 53-Q, incisos I e II, bem como de débitos de faturas de exercícios passados ou, ainda, da já citada "taxa de administração", usualmente cobrada pelo serviço de arrecadação tributária realizado, é de todo



**RESOLUÇÃO Nº.**

Processo nº 201808124-00 – Consulta da Câmara Municipal de Soure, exercício 2018, de responsabilidade do Sr. Jorge Peixoto Ramos

inconstitucional e ilegal.

Isto porque, conduz ao desvirtuamento de receita constitucionalmente prevista aos municípios, com destinação objetivamente delimitada, em prol da população municipal, para custeio das despesas referentes à Iluminação Pública, fixada no **art. 53-O, incisos I e II, da Resolução Normativa n.º 800/2017/ANEEL.**

Há de se estabelecer que, ainda que se considerasse como possível, legal ou legítimo, o encontro de contas destinado ao pagamento das despesas com iluminação dos logradouros públicos de uso comum (v.g. ruas, praças, avenidas), a contabilização, pelo ente municipal, deve ser do montante integral, com os devidos registros de receita e despesa, dados os seus impactos junto à Receita Corrente Líquida.

Outrossim, para o exercício de 2019, os Municípios devem contabilizar as receitas da CIP/COSIP de acordo com o Plano de Contas de Exercício de 2019, instituído pela **Resolução Administrativa n.º 32/2018/TCMPA**, onde temos a classificação orçamentária da receita que evidencia o seguinte detalhamento:

NATUREZA DA RECEITA	ESPECIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO	VALORIZÁVEL
1.2.4.0.00.0.0	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	Registra a receita decorrente da contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública.	Não
1.2.4.0.00.1.0	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	Registra a receita decorrente da contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública.	Não
1.2.4.0.00.1.1	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Principal		Sim
1.2.4.0.00.1.2	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Multas e Juros de Mora		Sim
1.2.4.0.00.1.3	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Dívida Ativa		Sim
1.2.4.0.00.1.4	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Dívida Ativa - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa		Sim
1.2.4.0.00.1.5	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Multas		Sim
1.2.4.0.00.1.6	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Juros de Mora		Sim



**RESOLUÇÃO Nº.**

Processo nº 201808124-00 – Consulta da Câmara Municipal de Soure, exercício 2018, de responsabilidade do Sr. Jorge Peixoto Ramos

NATUREZA DA RECEITA	ESPECIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO	VALORIZÁVEL
1.2.4.0.00.1.7	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Dívida Ativa - Multas da Dívida Ativa		Sim
1.2.4.0.00.1.8	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Juros de Mora da Dívida Ativa		Sim

Note-se que a empresa concessionária (CELPA) deverá encaminhar aos municípios relatórios detalhados que contemplem a arrecadação normal, as multas e juros de mora cobrados, e ainda, especificamente ao final do exercício a relação de inadimplência (se houver) para o lançamento em dívida ativa.

Outro aspecto que deve ser questionado junto à concessionária no que se refere ao repasse do recurso arrecadado com a CIP/COSIP, ocorre quando o consumidor faz parcelamento de débito da sua conta de energia elétrica, pois tem que ser verificado como foi distribuído o valor da CIP/COSIP neste parcelamento e o consequente repasse ao Município.

No que se refere às despesas, cuja fonte de recurso é a CIP/COSIP, deve ser observada a classificação funcional programática onde a **Função deve ser a 25 - ENERGIA e a Subfunção 752 - ENERGIA ELÉTRICA**, independente das unidades gestoras e orçamentárias que a integram.

O programa de governo deve ser compatível com a referida despesa conforme consta no PPA e LDO, e da mesma forma as ações, que podem ser projetos e atividades, onde sugerimos o que segue abaixo:

**Projeto - 1.XXX - Projetos e obras e serviços de expansão da rede de iluminação pública municipal.**

**Elementos de despesa que podem ser a eles vinculados:**

**33.90.36.00 - 33.90.39.00 - 44.90.51.00 - 44.90.52.00**

**Atividade - 2.XXX - Manutenção e consumo da rede de iluminação pública municipal.**

**Elementos de despesa que podem ser a eles vinculados:**

**33.90.30.00 - 33.90.36.00 - 36.90.39.00 - 44.90.52.00**

Os subelementos devem referir-se à natureza da despesa que representam, ou seja, seu enquadramento deve ser em função do serviço ou material que se está contratando.

Caso o Município faça a opção da manutenção e expansão da rede de iluminação pública municipal através de administração direta, realizada por servidores municipais, pode ser vinculada a estas



**RESOLUÇÃO Nº.**

**Processo nº 201808124-00 – Consulta da Câmara Municipal de Soure, exercício 2018, de responsabilidade do Sr. Jorge Peixoto Ramos**

*ações, as despesas de pessoal e seus respectivos encargos patronais, desde que devidamente segregados contabilmente.*

*Para o exercício de 2020 e demais subsequentes, devem ser observadas os procedimentos que vierem a ser modificados com o Plano de Contas para cada competência.*

**IV.3 – DA RELAÇÃO MUNICÍPIO X CONCESSIONÁRIA NA ARRECADAÇÃO DA CIP/COSIP E DA NOMINADA "TAXA DE ADMINISTRAÇÃO":**

*A relação jurídica mantida entre os entes municipais e as empresas concessionárias de distribuição de energia elétrica é matéria que se impõe ao debate, no âmbito deste TCM-PA e, por conseguinte, do Estado do Pará, tal como já vem ocorrendo em outros entes da Federação, notadamente no Estado de São Paulo.*

*Subsiste no âmbito nacional certa pluralidade de procedimentos, voltados à atividade de arrecadação da CIP/COSIP, quanto ao ajuste mantido entre tais empresas e Prefeituras, adotando-se ordinariamente a celebração de "convênios" e/ou "contratos", onde é fixada a previsão da cobrança/pagamento de "taxa de administração" pelos custos do serviço de arrecadação da contribuição.*

*Neste sentido, compreendendo que a "taxa de administração" seria devida como remuneração e recomposição de despesas advindas da prestação de um serviço pela concessionária, em favor da municipalidade, a conclusão que poderíamos estabelecer é no sentido de que sob a mesma comportaria a cobrança do **Imposto Sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN**, o qual é de exclusiva competência arrecadatória dos próprios municípios, fato este que, dentro da pesquisa realizada por esta DIJUR, não se viu identificar junto aos jurisdicionados deste TCM-PA.*

*Esclarecemos, conforme contatos mantidos com os jurisdicionados deste TCM-PA, por ocasião de treinamentos realizados pela Escola de Contas "Conselheiro Irawaldyr Rocha" e, ainda, em atendimento nesta DIJUR, subsistem informações dispares de pontuais casos onde haveria o pagamento de ISSQN, prevalecendo uma maioria de casos onde tal tributo não está sendo recolhido e/ou cobrado.*

*Assim, hipoteticamente, admitindo-se a legalidade da cobrança da "taxa de administração", a omissão pelo Executivo Municipal, na arrecadação do imposto relacionado à prestação de serviço de arrecadação, fato gerador do ISSQN, conduziria, em tese, à ocorrência de renúncia de receita por omissão tributária, passível de apuração nas esferas criminal (**art. 319, CPB**)<sup>1</sup> e de improbidade*

<sup>1</sup> **Prevaricação: Art. 319** - Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal: Pena - detenção, de três meses





## RESOLUÇÃO Nº.

Processo nº 201808124-00 – Consulta da Câmara Municipal de Soure, exercício 2018, de responsabilidade do Sr. Jorge Peixoto Ramos

administrativa (art. 10, incisos X e XII c/c art. 11, inciso II, da Lei Federal n.º 8.429/1992)<sup>1</sup>.

Outrossim, a primeira recomendação desta DIJUR, nas hipóteses em que se evidencie, por parte das concessionárias, a cobrança de "taxa de administração", é que sejam adotadas as providências necessárias ao lançamento tributário correspondente, dos últimos 05 (cinco) anos, face a prescrição legal incindível à espécie<sup>2</sup>, sob pena de encaminhamento do caso ao MPPA e, ainda, de repercussão junto às contas de gestão dos atuais Prefeitos Municipais.

Porém, além das questões relacionadas à omissão de arrecadação de receitas próprias, entendemos que a questão deve ser ainda mais aprofundada, no sentido de se questionar da regularidade dos procedimentos até então adotados, no âmbito dos municípios paraenses, para estabelecer uma posição normativa de caráter vinculatório, em tudo observadas as competências deste TCM-PA.

Isto porque, compete ao TCM-PA realizar a fiscalização dos entes jurisdicionados quanto aos atos de gestão das receitas e despesas públicas, sob os prismas da legalidade, razoabilidade e economicidade, sustando a execução de atos irregulares (contratos e convênios), via aplicação de medidas cautelares, conforme inteligência dos incisos IV, X, XX, do art. 1º, da LC n.º 109/2016<sup>3</sup>.

a um ano, e multa.

<sup>1</sup> Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta lei, e notadamente:

X - agir negligentemente na arrecadação de tributo ou renda, bem como no que diz respeito à conservação do patrimônio público;

XII - permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro se enriqueça ilicitamente;

Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente:

II - retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício;

<sup>2</sup> Código Tributário Nacional:

Art. 173. O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados:

I - do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;

II - da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.

**Parágrafo único.** O direito a que se refere este artigo extingue-se definitivamente com o decurso do prazo nele previsto, contado da data em que tenha sido iniciada a constituição do crédito tributário pela notificação, ao sujeito passivo, de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento.

<sup>3</sup> Art. 1º. Ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, órgão de Travessa Magno de Araújo, nº 474, Telégrafo, Belém, PA, CEP: 66.113-55 (91) 3210-7500 – www.tcm.pa.gov.br



**RESOLUÇÃO Nº.**

Processo nº 201808124-00 – Consulta da Câmara Municipal de Soure, exercício 2018, de responsabilidade do Sr. Jorge Peixoto Ramos

Para tanto, cabe-nos avaliar as atividades executadas pela concessionária (CELPA), na arrecadação e repasse dos valores vinculados à CIP/COSIP, instituídos, relembra-se, por meio de Lei Municipal, a partir do autorizativo trazido pelo **art. 149-A, parágrafo único, da CF/88**, que transcrevemos:

**Art. 149-A.** Os Municípios e o Distrito Federal poderão instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para o custeio do serviço de iluminação pública, observado o disposto no art. 150, I e III.

**Parágrafo único.** É facultada a cobrança da contribuição a que se refere o caput, na fatura de consumo de energia elétrica.

A partir da previsão constitucional supra, compete aos Municípios e ao Distrito Federal, instituírem a respectiva contribuição, o que comporta a fixação de alíquotas e forma de arrecadação/cobrança, a qual, já autorizada pela própria Constituição Federal, que se veja inserida junto às respectivas faturas mensais de cobrança, emitidas pelas empresas concessionárias, responsáveis pela distribuição de energia elétrica nos Municípios e Distrito Federal.

Ao passo da competência legislativa municipal, entendemos que a medida mais adequada à hipótese, não seria a de contratação direta ou celebração de convênios, destinados à assegurar legitimidade às empresas concessionárias na "prestação de serviço" de arrecadação da CIP/COSIP, mas sim a de se ver atribuir, em Lei Municipal, a nominada **responsabilidade tributária** (substituto tributário), afastando-se qualquer ilação ou possibilidade de pagamento de "taxa de administração" e/ou "taxa de arrecadação".

Tal metodologia, em verdade, deflui da sistemática verificada em todas as outras espécies tributárias existentes no país, onde não se identifica qualquer pagamento que seja realizado pelo Poder Público às empresas que efetuam descontos na fonte, como substitutos tributários, para repassar ao órgão destinatário do crédito.

---

controle externo da gestão de recursos públicos municipais, compete, nos termos da Constituição do Estado e na forma desta Lei Complementar:

**IV** – Fiscalizar os atos de gestão da receita e da despesa pública, no que se refere aos aspectos contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial, quanto à legitimidade, legalidade, economicidade e razoabilidade;

**X** – Sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara e solicitar a esta idêntica providência na hipótese de contrato;

**XX** – Expedir medidas cautelares necessárias ao resguardo do patrimônio público, do ordenamento jurídico e ao exercício do controle externo, assegurando efetividade de decisões do Tribunal



**RESOLUÇÃO Nº.**

**Processo nº 201808124-00 – Consulta da Câmara Municipal de Soure, exercício 2018, de responsabilidade do Sr. Jorge Peixoto Ramos**

Exemplificativamente, não se identifica pagamento de taxa de administração às pessoas jurídicas que procedem com a retenção do Imposto de Renda de seus empregados e repassa o mesmo à União, ou ainda, destas mesmas empresas que procedem com o desconto e repasse da contribuição previdenciária ao INSS.

O que se tem, em verdade, é a responsabilização destas empresas, quando as mesmas deixam de proceder com o correto desconto e repasse, imputando-lhes as penalidades decorrentes de mora ou erro.

No específico caso do fornecimento de energia elétrica, é fundamental que se estabeleça que as empresas concessionárias/distribuidoras já atuam na condição de responsável tributário, tal como se operacionaliza com os tributos federais (PIS e COFINS) e estadual (ICMS), arrecadados na conta mensal de energia elétrica, sem qualquer custo à União e Estados.

No mesmo sentido, não se observa em qualquer das citadas espécies tributárias, a necessidade de que sejam firmados convênios ou contratos, entre a Administração Pública e o responsável tributário, isto porque, tal atribuição arrecadatória é fixada em lei, o que pode e deve ocorrer no âmbito municipal junto à CIP/COSIP, conforme competência legislativa que lhe foi outorgada pela Constituição Federal.

Compreendemos que a atuação das concessionárias na arrecadação da CIP/COSIP, poderão/deverão se inserir na condição de responsáveis tributárias, por afeição aos requisitos exigidos pelos **artigos 121, II, e 128, ambos do Código Tributário Nacional**, in verbis:

**Art. 121.** Sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.

**Parágrafo único.** O sujeito passivo da obrigação principal diz-se:

**I** - contribuinte, quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador;

**II** - responsável, quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposição expressa de lei.

**Art. 128.** Sem prejuízo do disposto neste capítulo, a lei pode atribuir de modo expresso a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação.



## GABINETE DO CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA

## RESOLUÇÃO Nº.

Processo nº 201808124-00 – Consulta da Câmara Municipal de Soure, exercício 2018, de responsabilidade do Sr. Jorge Peixoto Ramos

O cotejamento dos requisitos do CTN ao caso concreto, salvo melhor entendimento, confirma a posição adotada por esta DIJUR, na medida em que:

- a) A CIP/COSIP possui reconhecida natureza jurídica tributária, portanto inserida nos regramentos do Código Tributário Nacional.
- b) A atividade finalística das concessionárias está indissociavelmente ligada ao fato gerador da CIP/COSIP, sem que se deixe preservar o regime jurídico do contribuinte substituído (consumidor final);
- c) A responsabilidade de terceiro, no caso, das concessionárias, deve estar expressamente fixada em Lei Municipal.

Tal responsabilidade na arrecadação tributária é bem definida pelo tributarista **HUGO DE BRITO MACHADO**<sup>1</sup>, que prescreve:

"denomina-se responsável o sujeito passivo da obrigação tributária que, sem revestir a condição de contribuinte (...), tem seu vínculo com a obrigação decorrente de dispositivo expresse da lei".

Note-se que tal vinculação não é pessoal e direta, a qual atribuível ao contribuinte, enquanto que o responsável é sujeito passivo indireto, ao que se reporta a distinção consignada por **JULIANA TOZZI**<sup>2</sup>, com base nos ensinamentos do mesmo tributarista, in verbis:

"(...) Conforme sua relação com o fato gerador da obrigação, pode o sujeito passivo ser:

- Contribuinte, quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador (CTN, art. 121, parágrafo único, inc II), e;
- Responsável, quando sem ser contribuinte, isto é sem ter uma relação pessoal e direta com o fato gerador, sua obrigação de pagar decorre de dispositivo expresse de lei (CTN, art 121, parágrafo único, inc. II)".

<sup>1</sup> MACHADO, Hugo de Brito. Curso de direito tributário. 26. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

<sup>2</sup> **RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA DE TERCEIROS**. Disponível em: <https://jtozzi.jusbrasil.com.br/artigos/267650470/responsabilidade-tributaria-de-terceiros?ref=serp>

**RESOLUÇÃO Nº.**

Processo nº 201808124-00 – Consulta da Câmara Municipal de Soure, exercício 2018, de responsabilidade do Sr. Jorge Peixoto Ramos

Cumpre-nos destacar que inexistente faculdade, às concessionárias responsáveis pela distribuição de energia elétrica, na cobrança/arrecadação da CIP/COSIP, por dedução do previsto no texto constitucional, quando os municípios fixarem tal obrigação, por meio de Lei, conforme faculdade que lhes assegura o disposto no **parágrafo único do art. 149-A, da CF/88**.

Em outros termos, a Constituição Federal assegurou a prerrogativa dos Municípios em fixar a cobrança da CIP/COSIP, junto com as faturas mensais das unidades consumidoras, ao que se tem por rechaçar a possibilidade de que cada concessionária de energia elétrica venha estabelecer forma, sistemática e/ou preço para tal atividade de arrecadação tributária.

Uma vez prevista em Lei Municipal, a oponibilidade da responsabilidade tributária, perante as empresas distribuidoras de energia elétrica, com base no atendimento ao princípio da legalidade, é indiscutível, dada a sua atuação como concessionária de serviço público.

Neste sentido, destacam-se as considerações realizadas pela **Federação Nacional dos Engenheiros**<sup>1</sup>, a partir de representação<sup>2</sup> levada ao **Ministério Público Federal**, in verbis:

"(...) Se constitui numa obrigação da distribuidora o cumprimento da legislação, em todas as esferas de governo, uma vez que um dos princípios da Concessão de Serviços Públicos é o da legalidade:

Art. 14. Toda concessão de serviço público, precedida ou não da execução de obra pública, será objeto de prévia licitação, nos termos da legislação própria e com **observância dos princípios da legalidade**, moralidade, publicidade, igualdade, do julgamento por critérios objetivos e da vinculação ao instrumento convocatório (Lei nº 8.987/1995).

Consta ainda dos contratos de concessão firmados pela ANEEL com as distribuidoras:

**CLAUSULA SEXTA**

Além de outras obrigações decorrentes da Lei e das normas regulamentares específicas, constituem encargos da **CONCESSIONÁRIA** inerentes à prestação dos serviços públicos concedidos.

<sup>1</sup> <https://www.fne.org.br/>

<sup>2</sup> PRM-BAU-SP-00003945/2013



**RESOLUÇÃO Nº.**

Processo nº 201808124-00 – Consulta da Câmara Municipal de Soure, exercício 2018, de responsabilidade do Sr. Jorge Peixoto Ramos

...

VI - **cumprir e fazer cumprir as normas legais e complementares do serviço, respondente perante o PODER CONCEDENTE e a ANEEL, e perante os usuários e terceiros, pelos eventuais danos causados em decorrência da exploração dos serviços.**

VII - **atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, aos encargos oriundos de normas regulamentares estabelecidas pelo PODER CONCEDENTE e pela ANEEL bem assim a quaisquer outras obrigações relacionadas ou decorrentes da exploração dos serviços, especialmente quanto ao pagamento dos valores relativos à fiscalização dos serviços concedidos, a serem fixados pela ANEEL, recolhidos mensalmente nas datas estabelecidas em conformidade com o art. 14 da Lei nº 9.429/96.**

**(grifado no original)**

Registra-se que a oportuna e relevante atuação da **Federação dos Engenheiros do Brasil**, perante a **Procuradoria da República no Município de Bauru/SP**, oportunizou a atuação do Parquet Federal, junto à Prefeitura Municipal de Bauru<sup>1</sup> (doc. anexo), após a qual foi aprovada legislação municipal fixando a responsabilidade tributária da concessionária/distribuidora de energia elétrica no município, através da **Lei Municipal n.º 6.475/2013** (doc. anexo).

Extraí-se do expediente encaminhado pelo Procurador da República, Dr. PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA MACHADO, pautado na **Nota Técnica n.º 19/2013**, elaborada pela 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal – Ordem Econômica e Consumidor, as seguintes considerações, destacadamente quanto à manutenção da **"taxa de arrecadação"** e da fixação de **"substituição tributária"**:

**"(...), imperioso observar que esta cobrança só vem a onerar, ao fim e ao cabo, os consumidores do serviço de energia elétrica, visto que à concessionária, em realidade, pode ser imposta a obrigação de realizar a retenção e repassá-la ao Município, independente do recebimento de taxa de arrecadação.**

Portanto, de fato, o Município de Bauru paga, de forma desnecessária, por um serviço (arrecadação da CIP ou COSIP, na conta mensal de energia elétrica dos consumidores) que pode ser realizado sem nenhuma contraprestação pela concessionária. Desta forma, tal

<sup>1</sup> Ofício n.º 82013-PRM/Bauru (doc. anexo)



**RESOLUÇÃO Nº.**

Processo nº 201808124-00 – Consulta da Câmara Municipal de Soure, exercício 2018, de responsabilidade do Sr. Jorge Peixoto Ramos

despesa, evidentemente, acaba sendo paga, desnecessariamente, por todos os munícipes.

Para a cessação de tal cobrança basta tão somente a existência de uma lei municipal instituindo a concessionária como responsável tributária, lei essa que uma vez aprovada e sancionada, tem efeitos imediatos, não necessitando de observância da anualidade ou anterioridade nonagesimal (artigo 150, inciso UI, alíneas "a" e "b"), vez que não cria ou aumenta o valor de tributo, mas apenas regula a forma de arrecadação.

Com tais considerações, é o presente para alertar Vossa Excelência (na forma do artigo 6º, inciso XX, da Lei Complementar nº 75/93) sobre tais aspectos relevantes e que têm obviamente impacto no orçamento municipal e, por consequência, nos valores pagos pelos munícipes a título de tributos municipais".

(grifamos)

A preocupação do Parquet Federal, em sua atuação junto ao Município de Bauru se releva absolutamente pertinente, quando cotejada, apenas por estimativa, no âmbito do Estado do Pará, a partir dos dados levantados para os exercícios de 2017 e 2018.

Para tanto, consideremos que os valores apontados junto às prestações de contas dos municípios que aportaram o devido registro de ingresso de receitas, em seus valores "brutos", ou seja, com base no montante efetivamente arrecadado e, ainda, por mera liberalidade, consideramos uma média percentual de 3% (três por cento), cobrado pela concessionária como "taxa de administração", teríamos que o valor que deixou de ingressar nos cofres municipais corresponderiam a:

- a) EXERCÍCIO DE 2017: R\$-3.965.948,87 (três milhões, novecentos e sessenta e cinco mil, novecentos e quarenta e oito reais e oitenta e sete centavos)<sup>1</sup>.
- b) EXERCÍCIO DE 2018: R\$-8.477.952,23 (oito milhões, quatrocentos e setenta e sete mil, novecentos e cinquenta e dois reais e vinte e três centavos)<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> A partir de tal valor estimado, cumpre-nos destacar que caso fosse cobrado o ISSQ, sob alíquota mínima de 2%, estaríamos diante de um prejuízo da ordem de R\$-79.318,97 (setenta e nove mil, trezentos e dezoito reais e noventa e sete centavos), que deixaram de ser recolhidos aos cofres públicos dos municípios paraenses, em 2017.

<sup>2</sup> A partir de tal valor estimado, cumpre-nos destacar que caso fosse cobrado o ISSQ, sob alíquota mínima de 2%, estaríamos diante de um prejuízo



**RESOLUÇÃO Nº.**

Processo nº 201808124-00 – Consulta da Câmara Municipal de Soure, exercício 2018, de responsabilidade do Sr. Jorge Peixoto Ramos

Referencia-se, ainda, o destaque trazido pela **Federação dos Engenheiros do Brasil**, quanto à posição firmada pela **Advocacia Geral da União - AGU**, que atua junto à **Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL**, consubstanciada nos termos do **Parecer nº 00257/2015/PFANEEL/PGF/AGU**, de 21/05/2015 (doc. anexo), do qual se extrai:

"(...) Com efeito, a instituição de tal tributo é uma decisão autônoma do município (ou do DF) a ser exercida por meio de lei própria. O mesmo art. 149-A estipula que é facultada a cobrança da COSIP na fatura de energia. Nesses termos, sendo a COSIP um tributo de competência municipal, há de se entender que a cobrança na fatura é uma faculdade do município (...).

Tal entendimento que tal faculdade é posta em favor do município, já foi inclusive consagrada por meio do Parecer nº 580/2013/PGEANEEL/PGF/PGU, desta Procuradoria:

(...)

6. Observa-se, pois, que a cobrança da COSIP está expressamente prevista no texto constitucional e independe de anuência do consumidor. Facultou ainda o legislador constitucional a cobrança juntamente com a fatura de energia elétrica.

7. Cuida-se, como observa de faculdade cujo exercício cabe aos Municípios e ao Distrito Federal. Neste sentido, tenho que, se o município editou ato normativo específico que manifeste sua intenção de cobrar a COSIP juntamente com a fatura de energia elétrica, não pode a concessionária de distribuição se opor, uma vez que o desejo de entes políticos encontra amparo expresso no texto constitucional. (grifamos)

Buscando estabelecer precedentes jurisprudenciais acerca da matéria em debate, extraímos os achados levantados no Estado de São Paulo, onde o tema recebeu enfrentamento pela primeira vez na capital paulistana, a partir da edição da **Lei Municipal n.º 14.125, de 29/12/2005**, a qual revogou disposição pretérita, onde se mantinha a previsão de pagamento de "**taxa de administração**", via "**convênio**", firmado com a empresa ELETROPAULO, para lhe atribuir a responsabilidade tributária, nos seguintes termos:

da ordem de R\$-169.559,04 (cento e sessenta e nove mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e quatro centavos), que deixaram de ser recolhidos aos cofres públicos dos municípios paraenses.

Travessa Magno de Araújo, nº 474, Telégrafo, Belém, PA, CEP: 66.113-55 (91) 3210-7500 – www.tcm.pa.gov.br



**RESOLUÇÃO Nº.**

**Processo nº 201808124-00 – Consulta da Câmara Municipal de Soure, exercício 2018, de responsabilidade do Sr. Jorge Peixoto Ramos**

**Art. 4º.** Fica atribuída responsabilidade tributária à empresa concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica, que deverá cobrar a Contribuição na fatura de consumo de energia elétrica e repassar o valor do tributo arrecadado para a conta do Tesouro Municipal especialmente designada para tal fim, nos termos fixados em regulamento.

**§1º.** A falta de repasse ou o repasse a menor da Contribuição pelo responsável tributário, nos prazos previstos em regulamento, e desde que não iniciado o procedimento fiscal, implicará:

**I** - a incidência de multa moratória, calculada à taxa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento), por dia de atraso, sobre o valor da Contribuição, até o limite de 20% (vinte por cento); Ver tópico

**II** - a atualização monetária do débito, na forma e pelo índice estabelecidos na Lei nº 10.734, de 30 de junho de 1989, com a redação dada pela Lei nº 13.275, de 4 de janeiro de 2002.

**§2º.** Os acréscimos a que se refere o § 1º deste artigo serão calculados a partir do primeiro dia subsequente ao do vencimento do prazo previsto para o repasse da Contribuição até o dia em que ocorrer o efetivo repasse.

**§3º.** Independentemente das medidas administrativas e judiciais cabíveis, iniciado o procedimento fiscal, a falta de repasse ou o repasse a menor da Contribuição pelo responsável tributário, nos prazos previstos em regulamento, implicará a aplicação, de ofício, da multa de 50% (cinquenta por cento) do valor da Contribuição não repassada ou repassada a menor.

**§4º.** Fica o responsável tributário obrigado a repassar para a conta do Tesouro Municipal o valor da Contribuição, multa e demais acréscimos legais, na conformidade da legislação, quando, por sua culpa, deixar de cobrá-la na fatura de energia elétrica.

**§5º.** Em caso de pagamento em atraso da fatura de consumo de energia elétrica, a concessionária deverá corrigir o valor da Contribuição, na forma e pelo índice de correção estabelecidos na Lei nº 10.734, de 30 de junho de 1989, com a redação dada pela Lei nº 13.275, de 4 de janeiro de 2002.



**RESOLUÇÃO Nº.**

Processo nº 201808124-00 – Consulta da Câmara Municipal de Soure, exercício 2018, de responsabilidade do Sr. Jorge Peixoto Ramos

§6º. O responsável tributário fica sujeito à apresentação de informações ou de quaisquer declarações de dados, inclusive por meio magnético ou eletrônico, na forma e nos prazos regulamentares.

§7º. Aplica-se à Contribuição, no que couber, a legislação do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS.

A partir da edição e vigência desta Lei Municipal, a concessionária (ELETROPAULO) buscou revogar tal dispositivo, através do Poder Judiciário (Processo n.º 9151625-84.2007.8.26.0000), o qual apreciado em 1ª (primeira) e 2ª (segunda) instâncias, de modo favorável ao interesse público daquela municipalidade, conforme se extrai do **Acórdão n.º 03532254/TJ-SP, de 26.04.11**, de que julgou os autos de Apelação Cível, interpostos pela empresa concessionária, concluiu pela constitucionalidade do **artigo 4º, da Lei Municipal nº 14.125, de 29/12/2005**, tal como segue ementado:

**APELAÇÃO - MANDADO DE SEGURANÇA PREVENTIVO - CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (COSIP) - NATUREZA TRIBUTÁRIA DA COSIP - CONSTITUCIONALIDADE DA LEI MUNICIPAL QUE A INSTITUIU - REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA INSTITUÍDO PELO ART. 4º DA LEI Nº 14.125/05 DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - CONSTITUCIONALIDADE E SINTONIA COM O CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL - INTELIGÊNCIA DOS ARTS. 121, II E 128, AMBOS DO CTN, EDO ART. 149-A, PARÁGRAFO ÚNICO, DA CF. RECURSO DESPROVIDO.**

1. O pleno do C. STF, ao apreciar Recurso Extraordinário (RE nº 573.675-0), com repercussão geral reconhecida, decidiu pela constitucionalidade da exigência da COSIP.

2. Para a COSIP, a responsabilidade tributária por substituição, atribuída à empresa concessionária de serviço público de distribuição de energia pelo art. 40 da Lei nº 14.125/05 do Município de São Paulo, não ofende a Constituição Federal nem a legislação infraconstitucional, mas tem harmonia com o prescrito nos arts. 121, II, e 128, ambos do CTN e 149-A, parágrafo único, da Constituição Federal, observado os pressupostos jurídicos do instituto: (a) natureza jurídica tributária da COSIP, (b) expressa responsabilidade do terceiro decorrente de lei; (c) vinculação da empresa concessionária ao fato jurígeno do substituído, atento, no caso, ao especial regime jurídico do contribuinte"

Ainda da decisão fixado pelo **E. TJ-SP**, transcrevemos alguns trechos do voto condutor do Acórdão prolatado, face à didática



**RESOLUÇÃO Nº.**

Processo nº 201808124-00 – Consulta da Câmara Municipal de Soure, exercício 2018, de responsabilidade do Sr. Jorge Peixoto Ramos

imprimida por seu relator, o Exmo. Desembargador **VICENTE DE ABREU AMADEI**, in verbis:

"Por outro lado, em relação ao impetrante como responsável tributário por substituição da contribuição em foco, não há ofensa alguma à Constituição Federal, ao CTN ou à legislação infraconstitucional, mas plena sintonia com o prescrito nos arts. 121, II, e 128, ambos do CTN, na medida em que se afirma (a) a natureza jurídica tributária da COSIP, (b) a expressa responsabilidade decorrente de lei e (c) a vinculação da apelante com o fato gerador, atento, neste ponto, ao regime jurídico do contribuinte.

A COSIP, como já exposto, é tributo, na modalidade de contribuição especial, consoante definição do E.STF (RE nº 573.675-0) satisfazendo-se, deste modo, o primeiro requisito de substituição tributária: instituição de tributo, que, de fato, tem natureza jurídica tributária (a).

Outrossim, a Lei nº 14.125, de 29 de dezembro de 2005, em seu art. 4º, é expressa na atribuição de responsabilidade por substituição tributária satisfazendo, com isso, o segundo requisito legal de que trata o art. 121, II e 128, ambos do CTN (b).

Por fim, a vinculação entre o substituto e o fato gerador, decorre da ligação da empresa concessionária de serviço de distribuição de energia e pela fatura do consumo, satisfazendo-se, com isso, o terceiro requisito legal da substituição tributária (c)."

A responsabilidade tributária (cujo principal escopo é facilitar o cumprimento da prestação pecuniária devida ao Fisco) tanto pode advir da prática de atos ilícitos (artigos 134, 135 e 137, do CTN), como também da realização de atos lícitos (artigos 129 ao 133, do CTN), sendo certo, contudo, que a sua instituição reclama o atendimento dos requisitos previstos pelo Códex Tributário, quais sejam: (i) a existência de previsão legal; (ii) a consideração do regime do contribuinte para fins de aferição da prestação pecuniária devida; e (iii) a existência de "vínculo jurídico entre o contribuinte e o responsável que permita a este cumprir sua função de auxiliar do Fisco no recebimento da dívida do contribuinte, sem ter seu patrimônio comprometido" (Octávio Bulcão Nascimento, in "Curso de Especialização em Direito Tributário: Estudos Analíticos em Homenagem à Paulo de Barros Carvalho", Ed.



**RESOLUÇÃO Nº.**

Processo nº 201808124-00 – Consulta da Câmara Municipal de Soure, exercício 2018, de responsabilidade do Sr. Jorge Peixoto Ramos

Forense, Rio de Janeiro, 2007, pág. 818 / (STJ, Resp. nº 719350/SC, rel. Min. Luiz Fux, j. 16/12/2010, DJe 21/02/2011).

Registre-se que a decisão prolatada no âmbito do **E. TJ-SP**, foi submetida ao **Superior Tribunal de Justiça** (RECURSO ESPECIAL COM AGRAVO nº 1170315/SP) e, seguidamente, ao **Supremo Tribunal Federal** (RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.170.689/SP).

No âmbito do **C. STF**, os autos estão sob relatoria do Exmo. Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI**, o qual em decisão monocrática negou seguimento ao Recurso Extraordinário, assentado, ausência dos requisitos de processamento do apelo e, ainda, salvo melhor juízo, dada a não ocorrência de inconstitucionalidade à disciplina fixada pela Lei do Município de São Paulo, por estar adequada à decisão proferida no âmbito da Suprema Corte, por intermédio do **RE 573.675-RG/SC**, com repercussão geral do tema em exame, contando com a relatoria do mesmo Ministro, tal como segue:

**"CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. RE INTERPOSTO CONTRA DECISÃO PROFERIDA EM AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE ESTADUAL. CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COSIP. ART. 149-A DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. LEI COMPLEMENTAR 7/2002, DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, SANTA CATARINA. COBRANÇA REALIZADA NA FATURADE ENERGIA ELÉTRICA. UNIVERSO DE CONTRIBUINTES QUE NÃO COINCIDE COM O DE BENEFICIÁRIOS DO SERVIÇO. BASE DE CÁLCULO QUE LEVA EM CONSIDERAÇÃO O CUSTO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA E O CONSUMO DE ENERGIA. PROGRESSIVIDADE DA ALÍQUOTA QUE EXPRESSA O RATEIO DAS DESPESAS INCORRIDAS PELO MUNICÍPIO. OFENSA AOS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA E DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA. INOCORRÊNCIA. EXAÇÃO QUE RESPEITA OS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. RECURSO EXTRAORDINÁRIO IMPROVIDO.**

**I** - Lei que restringe os contribuintes da COSIP aos consumidores de energia elétrica do município não ofende o princípio da isonomia, ante a impossibilidade de se identificar e tributar todos os beneficiários do serviço de iluminação pública.

**II** - A progressividade da alíquota, que resulta do rateio do custo da iluminação pública entre os consumidores de energia elétrica, não afronta o princípio da capacidade contributiva.

**III** - Tributo de caráter sui generis, que não se confunde com um imposto, porque sua receita se destina a finalidade específica, nem com uma taxa, por não exigir a contraprestação individualizada de um serviço ao contribuinte.

**IV** - Exação que, ademais, se amolda aos princípios da

**RESOLUÇÃO Nº.**

Processo nº 201808124-00 – Consulta da Câmara Municipal de Soure, exercício 2018, de responsabilidade do Sr. Jorge Peixoto Ramos

razoabilidade e da proporcionalidade.

V - Recurso extraordinário conhecido e improvido".

A concessionária ELETROPAULO ainda persiste no enfrentamento do tema, junto ao C. STF, via Agravo Regimental, o qual segue conclusos ao relator, com última tramitação em 28/02/19<sup>1</sup>.

Ainda na busca de outros precedentes, ainda do Estado do São Paulo, temos a legislação aprovada pelo município de Santos<sup>2</sup>, onde o TJ-SP (Processo n.º 2017/0175278-4), em grau de apelação, assim decidiu:

**MANDADO DE SEGURANÇA - CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA MUNICÍPIO DE SANTOS** - Concessionária que busca a concessão da segurança para tutela de alegado direito líquido e certo de não ser dela exigida a Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública, na qualidade de substituta tributária sem anterior convênio celebrado e permitido pela Lei e Resolução da Aneel - Contribuição de natureza tributária que foi instituída por lei complementar municipal, com previsão expressa da responsabilidade da substituição tributária da concessionária, incumbida da cobrança, arrecadação e repasse mensal dos valores pagos pelos contribuintes - Sentença que denegou a ordem mantida. Recurso não provido.

A ação promovida pela concessionária ELEKTRO REDES S.A, em desfavor do município de Santos-SP, foi igualmente submetida sucessivamente ao C. STJ e C. STF, via Recurso Especial<sup>3</sup> e Recurso Extraordinário<sup>4</sup>, ao que denegado conhecimento aos mesmos, consignando-se, assim, o trânsito em julgado dos autos, em março de 2019.

Temos, assim, que por mais de 10 (dez) anos a arrecadação da CIP/COSIP vem recebendo melhor tratamento no âmbito dos municípios do Estado de São Paulo, quando sopesado o melhor interesse público e, ainda, o atendimento dos princípios constitucionais informadores da Administração Pública, tais como o da legalidade, razoabilidade, economicidade e eficiência, notadamente quando se identifica que, para além de verem afastar a cobrança da "taxa de administração" ou "taxa de arrecadação", ainda fizeram consignar a sujeição de penalidades, às concessionárias, para as hipóteses em que deixem de

<sup>1</sup> <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5572493>

<sup>2</sup> Redação dada pela Lei Complementar nº 870, de 29 de dezembro de 2014, que alterou dispositivos da Lei Complementar n.º 816/2013. (Disponível em <http://legislacao.camarasantos.sp.gov.br/Normas/Exibir/6101>)

<sup>3</sup> AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.137.660 - SP

<sup>4</sup> AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.157.647 SÃO PAULO



**RESOLUÇÃO Nº.**

Processo nº 201808124-00 – Consulta da Câmara Municipal de Soure, exercício 2018, de responsabilidade do Sr. Jorge Peixoto Ramos

*cumprir com sua obrigação de substituto/responsável, tal como ocorre nas demais espécies tributárias, oponíveis aos diversos ramos de atividades e seguimentos empresariais.*

*Para encerrarmos o presente tópico, é importante que se destaque que a situação focal evidenciada, exige a atuação dos Poderes Públicos envolvidos, notadamente após se trazer a evidência as perspectivas legais e procedimentais já providas em outras unidades da Federação, servindo-se como boas práticas que se espera ver encampadas no âmbito do Estado do Pará.*

*Para tanto, a despeito das medidas preconizadas ao Colendo Plenário, não é despiciendo lembrar que a medida primeira pode e deve ser adotada pelos próprios municípios paraenses, dentro das competências que lhes outorga o **art. 30, da CF/88**, in verbis:*

**Art. 30. Compete aos Municípios:**

**I** - legislar sobre assuntos de interesse local;

**II** - (omissis)

**III** - instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;"

**IV** - (omissis)

**V** - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;"

*Uma vez atribuído aos municípios a competência para gestão do serviço público de iluminação, é da inteligência do próprio sistema constitucional que lhes seja assegurada a competência para legislar sobre o tema, em outras palavras, a constituição não fixou competências aos entes Federativos, sem que lhes fosse possível assegurar os mecanismos/meios ao seu pleno e efetivo exercício.*

*Nesta senda, resolução da questão problema, transpassa pela aprovação de leis municipais que venham instituir à empresa concessionária/distribuidora (CELPA), a preconizada responsabilidade tributária para arrecadação da CIP/COSIP, sem custos ao erário e com a expressa previsão de responsabilidades, a exemplo do que ocorre em outros tributos federais e estaduais, conforme já executado, com especial destaque, pelos municípios de São Paulo e Santos, elegíveis como paradigma legislativo na matéria.*



**RESOLUÇÃO Nº.**

Processo nº 201808124-00 – Consulta da Câmara Municipal de Soure, exercício 2018, de responsabilidade do Sr. Jorge Peixoto Ramos

**IV.4 – DO "ENCONTRO DE CONTAS" ENTRE CONCESSIONÁRIAS E PREFEITURAS MUNICIPAIS:**

Apesar de já ser referenciado ao norte, entendemos, ainda, pela necessidade de avaliação de prática ordinariamente observada, no âmbito dos municípios jurisdicionados deste TCM-PA, quanto à realização do nominado "encontro de contas", havido entre o Executivo e a empresa concessionária (CELPA).

A metodologia que usualmente vem se observando é no sentido de que a concessionária apura mensalmente o valor arrecadado da CIP/COSIP, assim como apura o valor devido pela iluminação pública municipal (logradouros, ruas, praças, etc.), cujo montante é fixado por estimativa, em cálculo que considera o número de pontos de iluminação pública, o tipo de lâmpada utilizada (sódio, mercúrio, metálico ou LED) e o tempo médio de utilização diária, equivalente à 11:52h (onze horas e cinquenta e dois minutos)<sup>1</sup>.

A partir de tais levantamentos é aplicado o percentual da "taxa de administração", a qual oscila entre 1% a 8%, sobre o valor bruto da arrecadação da CIP/COSIP<sup>2</sup>.

Assim, com o valor arrecadado no mês, o qual, destaca-se, comporta, em tese, o correspondente ao número de faturas pagas pelos consumidores, é feito o desconto dos valores atinentes à estimativa de consumo da iluminação pública e da "taxa de administração", havendo, por conseguinte, o repasse de eventuais saldos ou, não raramente, a cobrança da diferença não coberta pelo montante efetivamente arrecadado, ao Executivo.

Conforme informalmente noticiado por alguns servidores municipais, haveria, ainda, em tal "encontro de contas", a prática de se debitar, compulsoriamente, os valores referentes às despesas com as unidades consumidoras do Executivo Municipal (v.g. sede da

<sup>1</sup> Conforme previsto pela Resolução Normativa n.º 414/2009/ANEEL:

**Art. 24.** Para fins de faturamento da energia elétrica destinada à iluminação pública ou à iluminação de vias internas de condomínios, o tempo a ser considerado para consumo diário deve ser de 11 (onze) horas e 52 (cinquenta e dois) minutos, ressalvado o caso de logradouros que necessitem de iluminação permanente, em que o tempo é de 24 (vinte e quatro) horas por dia do período de fornecimento. § 1º O tempo a ser considerado para consumo diário pode ser diferente do estabelecido no caput, após estudo realizado pelo consumidor e a distribuidora junto ao Observatório Nacional, devidamente aprovado pela ANEEL. § 2º A tarifa aplicável ao fornecimento de energia elétrica para iluminação pública é a Tarifa B4a.

<sup>2</sup> Exemplificativamente, temos que a Lei n.º 8.226/2002, do município de Belém, estabelece em seu art. 4º, que a aludida "taxa de administração", será fixada mediante Convênio com a empresa CELPA, em valor não superior a 2% (dois por cento) do montante arrecadado.





## RESOLUÇÃO Nº.

Processo nº 201808124-00 – Consulta da Câmara Municipal de Soure, exercício 2018, de responsabilidade do Sr. Jorge Peixoto Ramos

Prefeitura, Escolas, Hospitais, etc.), as quais não albergadas no conceito legal de iluminação pública, passível de integrarem legitimamente o respectivo custeio pela CIP/COSIP e que, por vezes, são igualmente lançadas por "estimativa de consumo", ou seja, sem a efetiva medição, tal como se poderia preconizar.

Estas informações, repita-se, apuradas e declaradas unilateralmente pela concessionária/distribuidora, seriam, em tese, submetidas ao Executivo Municipal, em planilha simples e condensada, objetivando apenas o registro contábil de receitas e despesas.

A questão da fiscalização junto à arrecadação será abordada em tópico seguinte, visto que neste momento, passaremos a enfrentar a legalidade do nominado procedimento de "encontro de contas".

Tal prática emerge, em tese, do previsto pelo **art. 170, caput, do Código Tributário Nacional**, sob a égide da compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos, tal como segue:

**Art. 170.** A lei pode, nas condições e sob as garantias que estipular, ou cuja estipulação em cada caso atribuir à autoridade administrativa, autorizar a compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos, do sujeito passivo contra a Fazenda pública.

A questão que se põe a lume é exatamente se as despesas decorrentes do faturamento realizado unilateralmente pela concessionária se revestem da exigida **liquidez e certeza**.

Outra questão que emerge do próprio instituto previsto no Código Tributário Nacional, quanto à preexistência de lei, no âmbito municipal, que autorize o Chefe do Executivo em proceder com a compensação entre créditos e débitos que se estabeleçam a partir da relação mantida com a concessionária de energia elétrica.

Entendemos, preliminarmente, que se os procedimentos que são noticiados informalmente se revestirem como fatos concretos, que tal prática comportaria grave ilegalidade, por afronta direta ao que estabelece a **Lei Federal n.º 4.320/64**, destacadamente quanto ao que prescrevem os seus **artigos 60 a 64**, in verbis:

**Art. 60.** É vedada a realização de despesa sem prévio empenho.

**§1º.** Em casos especiais previstos na legislação específica será dispensada a emissão da nota de empenho.

**§2º.** Será feito por estimativa o empenho da despesa cujo montante não se possa determinar.



**RESOLUÇÃO Nº.**

Processo nº 201808124-00 – Consulta da Câmara Municipal de Soure, exercício 2018, de responsabilidade do Sr. Jorge Peixoto Ramos

*§3º. É permitido o empenho global de despesas contratuais e outras, sujeitas a parcelamento.*

*Art. 61. Para cada empenho será extraído um documento denominado "nota de empenho" que indicará o nome do credor, a representação e a importância da despesa bem como a dedução desta do saldo da dotação própria.*

*Art. 62. O pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação.*

*Art. 63. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.*

*§1º. Essa verificação tem por fim apurar:*

- I - a origem e o objeto do que se deve pagar;*
- II - a importância exata a pagar;*
- III - a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.*

*§2º. A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base:*

- I - o contrato, ajuste ou acordo respectivo;*
- II - a nota de empenho;*
- III - os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço.*

*Art. 64. A ordem de pagamento é o despacho exarado por autoridade competente, determinando que a despesa seja paga.*

*Parágrafo único. A ordem de pagamento só poderá ser exarada em documentos processados pelos serviços de contabilidade.*

A inobservância dos procedimentos prescritos pela **Lei Federal n.º 4.320/64**, asseguram afirmar que inexistira liquidez e certeza do crédito da concessionária, que lhe "autorizasse" a proceder com a retenção/desconto de tal montante, sob o total apurado na arrecadação da CIP/COSIP.

Há de se compreender, que a Administração Pública enquanto usuária dos serviços de distribuição e fornecimento de energia elétrica, prestados pela concessionária, assume inequívoco perfil de consumidora, e, como tal, detém o direito de receber todas as informações e detalhamentos necessários à verificação de



**RESOLUÇÃO Nº.**

Processo nº 201808124-00 – Consulta da Câmara Municipal de Soure, exercício 2018, de responsabilidade do Sr. Jorge Peixoto Ramos

regularidade e legalidade do que lhe é cobrado, até com rigor ainda maior, dadas as etapas preconizadas para a realização de despesas pelos Poderes Públicos, tal como previsto pela citada lex.

Comprovando o procedimento compulsório aventado, estaríamos diante de uma inversão da ordem dos fatos e dos direitos de cada parte envolvida, assegurando-se privilégio indevido à concessionária em perceber os créditos que lhe entendam devidos pelo Executivo Municipal.

Sob a perspectiva de privilégios, não se pode deixar, ainda, de cogitar a ocorrência de transgressão ao positivado pelo **art. 5º, da Lei Federal n.º 8.666/93**, que fixa a obrigatoriedade de atendimento à ordem cronológica de pagamentos, tal como transcrevemos:

**Art. 5º.** Todos os valores, preços e custos utilizados nas licitações terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, ressalvado o disposto no art. 42 desta Lei, devendo cada unidade da Administração, no pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, obedecer, para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada.

(grifamos)

Não se pode ignorar que o fornecimento de energia elétrica alcança relevante interesse público, na medida em que a sua suspensão geraria graves transtornos e danos aos munícipes, porém, a sobreposição da regra fixada pela Lei de Licitações não pode se dar de maneira automática, ou seja, sem prévia justificativa da autoridade competente, no caso, do Prefeito Municipal, a qual, entendemos, não contemplaria o privilégio de pagamento da inquinada "taxa de administração", cobrada pela empresa concessionária, em detrimento, por exemplo, de um outro serviço de iluminação pública, que viesse a ser custeado pela mesma fonte de recurso (CIP/COSIP).

As considerações aqui delineadas, tal como já assentado, partem de informações não formalizadas e, por isso mesmo, exigem a adoção de medidas fiscalizatórias deste TCM-PA, assim como deveriam ser avaliadas pelas Câmaras Municipais, dada a sua competência no controle e fiscalização do Executivo Municipal, a qual, data vênua, relegada a segundo plano, na maior parte das vezes.

**IV.5 – DA FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL JUNTO À ARRECADAÇÃO DA CIP/COSIP:**

Temos assim, que a situação que se insere ao debate envolve,



**GABINETE DO CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA****RESOLUÇÃO Nº.**

**Processo nº 201808124-00 – Consulta da Câmara Municipal de Soure, exercício 2018, de responsabilidade do Sr. Jorge Peixoto Ramos**

*ainda, a necessidade de se apurar que ferramentas ou procedimentos de fiscalização da arrecadação da CIP/COSIP vem sendo utilizados pelos Poderes Públicos Municipais.*

*Entendemos, até prova em contrário, que todos os dados relativos à quantidade de unidades consumidoras e, até certo ponto, dos quantitativos de ponto de luz do parque luminotécnico municipal, são detidos e consolidados pela empresa concessionária, dada a inércia dos entes municipais em tal controle e apuração.*

*Há de se indagar, dentre os 144 (cento e quarenta e quatro) municípios do Estado do Pará, quantos realizaram auditoria nas contas prestadas e dados apurados pela empresa concessionária e que conduzem a fixação de custos ao erário, quer seja do montante arrecadado, quer seja dos valores imputados como custos de iluminação da própria municipalidade.*

**De que forma são apuradas as informações relativas aos pagamentos efetivamente realizados pelos consumidores municipais à concessionária, de modo a assegurar que o valor mensalmente apurado pela CIP/COSIP corresponda ao que é devido?**

**No mesmo sentido, questiona-se quanto à existência de controle das Prefeituras Municipais, quando os pagamentos de faturas dos seus municípios ocorrem em atraso, o que conduz a incidência de juros e multa, a princípio, cobradas inclusive sob o valor da CIP/COSIP e demais tributos ali lançados?**

*É importante destacarmos que não estamos imputando prática ilegal da empresa em questão, mas não se pode ignorar que a mesma recebe ordinariamente impugnações de contas cobradas dos demais consumidores (pessoas físicas ou jurídicas de direito privado), as quais inclusive são submetidas à apreciação do Poder Judiciário no Estado do Pará.*

*A provocação que se pretende assentar é no sentido de fomentar o debate, notadamente quando é de senso comum os impactos financeiros representativos na vida de qualquer cidadão, quanto as despesas decorrentes pelo consumo de energia elétrica, o que, per si, já exige a atuação deste TCM-PA, os quais se replicam aos custos envolvidos à própria Administração Pública, enquanto consumidora dos mesmos serviços prestados.*

**V - DAS RESPOSTAS AOS QUESITOS:**

*Objetivando assegurar melhor didática e, ainda, integral manifestação ao quesito formulado pelo consulente, bem como às demais questões evidenciadas a partir do aprofundamento do tema, por esta DIJUR, apresentamos as seguintes proposições de resposta, as quais primam, ainda, por consolidar posicionamento já alcançado nas*





**RESOLUÇÃO Nº.**

Processo nº 201808124-00 – Consulta da Câmara Municipal de Soure, exercício 2018, de responsabilidade do Sr. Jorge Peixoto Ramos

consultas aprovadas por este TCM-PA, atinentes a CIP/COSIP:

- 01) A Contribuição de Iluminação Pública (CIP/COSIP) é considerada, para todos os fins, como tributo, a partir da decisão proferida no âmbito do C. STF, sob a qual este TCM-PA firmou posicionamento, a partir da **Resolução n.º 12.964/2017/TCM-PA**.
- 02) A CIP/COSIP poderá incidir na base de cálculo do duodécimo devido pelo Poder Executivo ao Legislativo, nos termos do **art. 29-A, da CF/88**, mediante prévia e expressa previsão na Lei Orgânica Municipal, nos demais casos devem ser seguidas as disposições contidas na **Resolução n.º 8.955/05/TCM-PA** e **Orientação Técnica n.º 01/2012/TCM-PA**, conforme firmado a partir da **Resolução n.º 12.965/2017/TCM-PA**.
- 03) Os recursos apurados na arrecadação da CIP/COSIP deverão ser contabilizados em valores brutos, pelo Executivo Municipal, para fins de apuração do repasse do duodécimo e dos limites de despesas com pessoal, uma vez que integram o cálculo da Receita Corrente Líquida.
- 04) Os recursos da CIP/COSIP, nos termos da **Resolução n.º 13.019/2017/TCM-PA**, são vinculados às ações de iluminação pública municipal, exclusivamente para despesas com:
  - a) Instalação, Manutenção e Expansão da rede de iluminação pública municipal;
  - b) Consumo de energia elétrica da iluminação pública, sendo esta entendida como a vinculada à de iluminação de ruas, praças, avenidas, parques e demais bens de uso comum.
- 05) É vedada a utilização dos recursos da CIP/COSIP no pagamento das faturas de energia elétrica de prédios públicos e outras unidades consumidoras, ainda que destinadas à atividade pública, já que nestes "a iluminação não serve como um fim em si mesma, mas sim, como meio para a consecução de outros serviços públicos, sendo paga pelo próprio Órgão Público, no montante equivalente ao seu consumo, por meio de tarifa emitida pela concessionária prestadora do serviço" (**Resolução n.º 13.019/2017/TCM-PA**).
- 06) É vedada, ainda, a utilização dos recursos da CIP/COSIP no custeio de despesas com matérias e equipamentos elétricos (v.g. lâmpadas, fiação, disjuntores, grupos geradores, etc.), destinados à construção e/ou manutenção de prédios da administração pública municipal, tais como a sede da Prefeitura e Câmara, Escolas, Hospitais, Secretárias, e unidades análogas, por não integrarem o conceito de "iluminação pública municipal".



**RESOLUÇÃO Nº.**

**Processo nº 201808124-00 – Consulta da Câmara Municipal de Soure, exercício 2018, de responsabilidade do Sr. Jorge Peixoto Ramos**

- 07) A realização de despesas com recursos provenientes da arrecadação da CIP/COSIP, com inobservância a previsão constitucional, legal e normativa da ANEEL, comporta irregularidade de natureza grave, nos termos do **art. 45, inciso III, alínea "c", da LC n.º 109/2016**, passível de reprovação da prestação de contas de gestão do Chefe do Executivo Municipal.
- 08) A contabilização das receitas e despesas da CIP/COSIP, deverão ser registradas, no exercício de 2019, sem prejuízo dos detalhamentos consignados neste Parecer, como:
- a) Receita de Contribuições, Código 1.2.4.0.00.0.0 - Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública e
  - b) Despesa de atividades de manutenção e consumo, bem como projetos e obras e serviços de expansão da rede de iluminação pública municipal, na Função 25 - Energia, Subfunção 752 - Energia Elétrica.
- 09) Para o exercício de 2020 e demais subsequentes, devem ser observados os procedimentos que vierem a ser modificados com o Plano de Contas para cada competência.
- 10) Para fins de rastreabilidade e monitoramento das receitas e despesas vinculadas à CIP/COSIP, as mesmas deverão ser transferidas das empresas concessionárias às Prefeituras Municipais, em conta específica para tal finalidade, conforme paradigma já adotado pelos Tribunais de Contas, para as receitas vinculadas ao FUNDEB.
- 11) A nominada "taxa de administração" cobrada pela concessionária/distribuidora configura espécie de prestação de serviços e, assim, comporta a cobrança de ISSQN de competência e destinação do município.
- 12) A omissão do Executivo Municipal na cobrança do ISSQN sob a nominada "taxa de administração" configura renúncia de receita por omissão tributária, sancionável, em tese, nos termos do **art. 10, incisos X e XII, Lei Federal n.º 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa)** e do **art. 319, do Código Penal Brasileiro (Crime de Prevaricação)**.
- 13) Compete, aos atuais Prefeitos Municipais, nas hipóteses de cobrança de "taxa de administração", pela empresa concessionária/distribuidora na arrecadação e transferência da CIP/COSIP, adotar as providências administrativas e/ou judiciais de lançamento tributário e cobrança do ISSQN, apurável nos últimos 05 (cinco) anos.





**RESOLUÇÃO Nº.**

Processo nº 201808124-00 – Consulta da Câmara Municipal de Soure, exercício 2018, de responsabilidade do Sr. Jorge Peixoto Ramos

- 14) É vedado o "encontro de contas", entre a concessionária/distribuidora e a Prefeitura Municipal, que alcance o abatimento das despesas com iluminação pública; de faturas referentes às unidades consumidoras vinculadas ao Executivo e/ou Legislativo, bem como da referida "taxa de administração", impondo-se a observância dos procedimentos estabelecidos junto à **Lei Federal n.º 4.320/64**.
- 15) Os contratos ou convênios, firmados entre as Prefeituras Municipais e a empresa concessionária, para arrecadação da CIP/COSIP, notadamente com previsão de cobrança da "taxa de administração", deverão ser rescindidos, por representarem prática que comporta dano ao erário, com repercussão em desfavor da população, face a elegibilidade da concessionária, como responsável/substituta tributária.
- 16) Os Poderes Públicos Municipais deverão empreender as medidas necessárias à imediata proposição e aprovação de emendas às Leis Municipais que instituíram a CIP/COSIP, para fixar a aludida responsabilidade/substituição tributária, em tudo observadas as prescrições contidas no Código Tributário Nacional.
- 17) Os Poderes Públicos Municipais deverão empreender as medidas administrativas necessárias a assegurar, junto aos respectivos Portais da Transparência, informações detalhadas quanto aos montantes de recursos apurados na arrecadação da CIP/COSIP, bem como da sua destinação vinculada ao custeio dos serviços de iluminação pública.

**VI - DA MODULAÇÃO DE EFEITOS DECISÓRIOS.**

Por fim, entendemos por pertinente traçar considerações acerca da modulação de efeitos do ato decisório, que venha a ser adotado por este TCM-PA, em especial, quando atentos ao mais amplo aprofundamento estabelecido às questões e repercussões da apuração, contabilização e aplicação das receitas oriundas da CIP/COSIP.

Neste sentido, é fundamental que se estabeleça que, em parte, são consolidadas posições já firmadas, via consulta, por este TCM-PA, notadamente quanto aos reflexos da arrecadação da CIP/COSIP, junto à Receita Corrente Líquida e, por conseguinte, nas despesas com pessoal e de repasse ao legislativo, via duodécimo.

Ademais, destaca-se ainda a fixação das balizas que estabelecem, a partir de autorizativo constitucional, legal e normativo (ANEEL), a aplicação de tais receitas vinculadas, no âmbito dos municípios, de tal forma que, a despeito das orientações já expedidas junto à **Resolução n.º 13.019/2017/TCM-PA**, nesta oportunidade consultiva a questão poderá receber tratamento ainda mais objetivo, inclusive com

**RESOLUÇÃO Nº.**

**Processo nº 201808124-00 – Consulta da Câmara Municipal de Soure, exercício 2018, de responsabilidade do Sr. Jorge Peixoto Ramos**

*as possíveis implicações, junto às prestações de contas, em caso de inobservância.*

*Lembramos que a modulação de efeitos é medida preconizada junto aos Tribunais Judiciais, em especial, por ocasião da apreciação de constitucionalidade de leis ou atos administrativos, bem como junto aos Tribunais de Contas, conforme reiterada orientação da ATRICON, materializada através do nomeado **Manual de Boas Práticas Processuais dos Tribunais de Contas**<sup>1</sup>, tal como segue:*

*"(...) Uma vez declarada a nulidade do ato, esta causará a dos atos subsequentes que dele dependam ou resultem, admitida a motivada modulação dos efeitos da declaração.*

*Não é mais novidade para ninguém que, não faz muito, as declarações de inconstitucionalidade, como herança do sistema norte-americano, só poderiam ter efeito ex tunc. Como se tratava de mera declaração, a lei inconstitucional era reputada nula desde a sua origem.*

*Com o andar dos anos e com as lições da experiência, as coisas, entretanto, modificaram-se profundamente. Primeiro a jurisprudência<sup>2</sup>, depois a doutrina<sup>3</sup> e, agora, como desfecho culminante, também a legislação, todas, em sólido consenso, chegaram a uma idêntica e transformadora conclusão: nas situações em que a fidúcia nos atos legislativos dá forma ao futuro dos cidadãos, era necessário estabelecer limites à declaração de inconstitucionalidade.*

*Em outras palavras, a evolução do sistema de controle de constitucionalidade, em vários países desenvolvidos, caminhou, de maneira resoluta, no sentido de que a tutela dos princípios da boa-fé, da segurança e da estabilidade das relações jurídicas exige, em determinadas circunstâncias, principalmente quando, sob a aura protetora de uma lei, se estabeleceram relações entre o particular e o Poder Público, que se avalie, com razoabilidade e justa medida, se uma declaração de inconstitucionalidade com efeitos ex tunc, não poderia malferir pessoas que tiveram por legítima a lei e, fundados nela*

<sup>1</sup> [www.atricon.org.br/wp-content/.../ATRICON--Manual-de-Boas-Praticas-digital.pdf](http://www.atricon.org.br/wp-content/.../ATRICON--Manual-de-Boas-Praticas-digital.pdf)

<sup>2</sup> Vide o voto do Relator Min. Leitoão de Abreu no Recurso Extraordinário 79.343-BA publicado na Revista Trimestral de Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, 82 (3): pp. 791-795.

<sup>3</sup> Vide Gilmar Ferreira Mendes in Controle de Constitucionalidade - Aspectos jurídicos e Políticos. São Paulo: Saraiva, 1990, p. 277 e ss.





**RESOLUÇÃO Nº.**

Processo nº 201808124-00 – Consulta da Câmara Municipal de Soure, exercício 2018, de responsabilidade do Sr. Jorge Peixoto Ramos

*e em atos da administração correlatos, trabalharam e planejaram e construíram suas vidas na presunção de que estavam amparadas pela ordem jurídica.*

*Em sintonia com o moderno controle de constitucionalidade, quando a declaração de inconstitucionalidade ex tunc "acarreta dano, fático ou jurídico, maior do que a manutenção do status quo,"<sup>1</sup> reclama que o Judiciário, em consideração ao princípio da confiança, afaste, de plano, aquela eficácia ex tunc. Assim, colocando o problema nos seus devidos eixos,*

*[...] diante de fatos consumados, irreversíveis ou de reversão possível, mas comprometedora de outros valores constitucionais, só resta ao julgador – e esse é o seu papel – ponderar os bens jurídicos em conflito e optar pela providência menos gravosa ao sistema de direito, ainda quando ela possa ter como resultado o da manutenção de uma situação originariamente ilegítima<sup>2</sup>.*

*Foi com os olhos presos a essa realidade que a Lei 9.868/99, ao dispor sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, fez questão de eleger a "segurança jurídica" como o ponto privilegiado em que o intérprete deve se situar para medir as consequências de uma eventual declaração de inconstitucionalidade:*

**Art. 27.** Ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, e tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, poderá o Supremo Tribunal Federal, por maioria de dois terços de seus membros, restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado. (grifo nosso)

*Essa diretiva foi renovada pela Lei 9.882/99 que, ao disciplinar o processo e julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental, mais uma vez deixou assentado:*

**Art. 11.** Ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, no processo de arguição de descumprimento de preceito fundamental, e tendo em

<sup>1</sup> Vide Teori Albino Zavascki in Eficácia das Sentenças na Jurisdição Constitucional. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001, p. 49.

<sup>2</sup> Idem: in ob. cit., pp. 49-50.



**RESOLUÇÃO Nº.**

Processo nº 201808124-00 – Consulta da Câmara Municipal de Soure, exercício 2018, de responsabilidade do Sr. Jorge Peixoto Ramos

vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, poderá o Supremo Tribunal Federal, por maioria de dois terços de seus membros, restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado. (grifo nosso)

Ora, se a diretriz jurisprudencial, doutrinária e legislativa é essa quando se declara a inconstitucionalidade, o que se poderá dizer, então, de situações outras, onde não há inconstitucionalidade, mas, tão só, nulidade ou anulabilidade de ato administrativo ou processual-administrativo, cujos efeitos, apesar de certas imperfeições, podem ser preservados ou modulados, em benefício da boa-fé ou da confiança legítima dos administrados?

Afinal, a reverência à "segurança jurídica" tornou-se um dos mais importantes valores dos nossos sistemas de controle, até mesmo para o de constitucionalidade, o que autoriza a afirmar que, junto com a nova lógica do controle dos atos administrativos (tema sobre os qual já se discorreu no item 2, nos comentários ao princípio da boa-fé), em nenhuma outra esfera do Direito esse traço recebeu tamanha blindagem. Se é verdade que a Constituição tem, hoje, muitos e valiosos princípios, não é menos verdadeiro que a segurança jurídica, a estabilidade das relações jurídicas e a boa-fé se incluem, à evidência, entre os mais prestigiados e relevantes, sobretudo quando se tem em mira o controle dos atos praticados pela Administração Pública, dentro ou fora do processo administrativo.

Continua o voto da Exma. Relatora, reportando que o que vem sendo seguindo pela jurisprudência e doutrina pátrias, as quais entenderam pela "possibilidade de os julgadores aplicarem a modulação dos efeitos na decisão, conforme os critérios legais, aproximando, de certa forma, os modelos americano e austríaco"<sup>1</sup>, cuja premente finalidade e objetivo estão assentados em se "evitar que a declaração de inconstitucionalidade cause danos maiores que os benefícios esperados pelo afastamento da norma incompatível com a Constituição"<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> GREYTER, Eloise Mari. A MODULAÇÃO DOS EFEITOS TEMPORAIS DA DECISÃO EM CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE: GARANTIA À SEGURANÇA JURÍDICA.

<sup>2</sup> LUNARDI, Soraya Gasparetto. Modulação temporal dos efeitos no processo de controle de constitucionalidade e influência de argumentos econômicos. Revista Brasileira de Estudos Constitucionais - RBEC. Material da 8.ª aula ministrada no Curso de Pós-Graduação Lato Sensu TeleVirtual em Direito





## RESOLUÇÃO Nº.

Processo nº 201808124-00 – Consulta da Câmara Municipal de Soure, exercício 2018, de responsabilidade do Sr. Jorge Peixoto Ramos

É neste sentido que a imposição de modulação temporal às decisões proferidas, quer junto ao Poder Judiciário ou, ainda, propriamente pelos Tribunais de Contas, deverá ter como parâmetro a diretriz da segurança jurídica, o interesse social e o resguardo à consignação de decisões que gerem resultados mais gravosos ao Poder Público, em especial, quando alteram posição que conduziu a adoção de medidas ou execução de atos próprios da Administração Pública, espelhados em orientação exarada pela Corte de Contas, para a qual esteja submetido à jurisdição.

Neste sentido, sempre preciso e paradigmático magistério do constitucionalista português, **J.J. GOMES CANOTILHO**<sup>1</sup>, já citados nos presentes autos, o qual assevera que:

"(...) o homem necessita de segurança para conduzir, planificar e conformar autônoma e responsabilmente a sua vida. Por isso, desde cedo se consideravam os princípios da segurança jurídica e da proteção à confiança como elementos constitutivos do Estado de Direito".

De modo complementar e conclusivo, **"percebe-se que a modulação dos efeitos temporais permite uma melhor adequação da declaração de inconstitucionalidade, assegurando, por consequência, outros valores também constitucionalizados, como os da segurança jurídica, do interesse social e da boa-fé"**, conforme magistério de **PEDRO LENZA**<sup>2</sup>.

Trata-se, portanto, da máxima efetividade da segurança jurídica, a qual não pode ser negligenciada aos jurisdicionados deste TCM-PA e, lado outro, da não mitigável proteção à confiança, a qual presente própria das orientações expedidas por este Tribunal, a qual não se pode e não se espera ver abalada, a partir da mudança de posição interpretativa das normas aplicáveis aos gestores públicos, de maneira retroativa.

Entendemos, inclusive com o escopo de firmamento da jurisdição e das competências que são próprias do TCM-PA, que a necessária modulação deve estar parametrizada com decisão da própria Corte de Contas, mormente quando esta altera e/ou inova, registrando a interpretação e alcance de dispositivos legais e constitucionais, incidentes na execução de despesas, em parte já implementadas, pelos gestores públicos municipais, ora jurisdicionados.

---

Constitucional - Anhanguera-Uniderp | REDE LFG, 2009

<sup>1</sup> CANOTILHO, J.J. Gomes. Direito Constitucional e Teoria da Constituição. 3.ed. (reimpressão). Coimbra: Almedina, 1999, p. 252.

<sup>2</sup> LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2009, P. 155.

**RESOLUÇÃO Nº.**

Processo nº 201808124-00 – Consulta da Câmara Municipal de Soure, exercício 2018, de responsabilidade do Sr. Jorge Peixoto Ramos

**VII - DA REPERCUSSÃO GERAL:**

Conforme detalhamentos e informações que compõem a presente manifestação, entendemos e, assim, recomendamos a incidência de repercussão geral, junto a decisão que venha a ser fixada por este Colendo Plenário, dada a inequívoca verificação dos fatos, havidos em Soure, em diversos outros municípios paraenses, para não dizer em sua totalidade.

A compreensão do instituto da repercussão geral, junto às decisões jurisdicionais, está atrelada, no âmbito do Poder Judiciário, às decisões proferidas pelo C. STF, em apreciação de autos de Recurso Extraordinário, à luz do que prevê o **art. 1.035 e §1º, do CPC**, traçando delimitação de seu alcance, aos casos em que houver a existência de questões relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, que ultrapassem os interesses subjetivos do processo.

Neste sentido, corrobora a doutrina a seguir transcrita:

**"Repercussão geral, nos termos legais, é relevância + transcendência. Ou seja, a questão debatida deve ser relevante do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico (basta um), além de transcender o interesse subjetivo das partes do caso em concreto".<sup>1</sup>**

**"Impõe-se que a questão debatida, além de se ensartar como de relevante importe econômico, social, político ou jurídico, ultrapasse o âmbito de interesse das partes. Vale dizer: tem de ser transcendente. Também aqui o legislador infraconstitucional alça mão de linguagem propositalmente vaga, consentindo ao Supremo Tribunal Federal a aferição da transcendência da questão debatida a partir do caso concreto. A transcendência da controvérsia constitucional levada ao conhecimento do Supremo Tribunal Federal pode ser caracterizada tanto em uma perspectiva qualitativa como quantitativa. Na primeira, sobleva para individualização da transcendência o importe da questão debatida para a sistematização e desenvolvimento do direito; na segunda, o número de pessoas susceptíveis de alcance, atual ou futuro, pela decisão daquela questão pelo Supremo e, bem assim, a natureza do direito posto em causa (notadamente, coletivo ou difuso)".<sup>2</sup>**

<sup>1</sup> RIBEIRO, Flávia Pereira. Conceito e análise da repercussão geral. In: <https://flaviaribeiro2.jusbrasil.com.br/artigos/121816449/conceito-e-analise-da-repercussao-geral>

<sup>2</sup> MARINONI, Luiz Guilherme e MITIDIERO, Daniel. Repercussão geral no Travessa Magno de Araújo, nº 474, Telégrafo, Belém, PA, CEP: 66.113-55 (91) 3210-7500 – [www.tcm.pa.gov.br](http://www.tcm.pa.gov.br)



**RESOLUÇÃO Nº.**

Processo nº 201808124-00 – Consulta da Câmara Municipal de Soure, exercício 2018, de responsabilidade do Sr. Jorge Peixoto Ramos

Pela inequívoca complexidade e repercussão social, jurídica e econômica da matéria sob análise, junto aos 144 (cento e quarenta e quatro) municípios do Estado do Pará, assentamos pelo estabelecimento da aludida repercussão geral, junto aos presentes autos, objetivando, por fim, a ampla divulgação e orientação dos respectivos Prefeitos Municipais.

**VIII – CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

A matéria consignada no presente Parecer, que emerge das legítimas preocupações desta DIJUR com a condução da matéria no âmbito municipal paraense, convida o Colegiado deste TCM-PA à reflexão quanto a necessidade de mais ampla fiscalização das receitas municipais, conforme preconizado pela ATRICON, através da **Resolução n.º 06/2016**<sup>1</sup>, que agasalha diretrizes de atuação dos Tribunais de Contas, no sentido de aprimorar seus regulamentos e procedimentos de controle externo, afetos à matéria, por meio de auditorias operacionais, financeiras e de conformidade, entre outros instrumentos de fiscalização<sup>2</sup>.

Os achados preliminares assentados em dados declarados na origem, quanto ao montante de receitas próprias que deveriam ser convertidas integralmente em favor das políticas públicas em debate, sob os quais se agravam a precariedade das informações e lançamentos realizados, a despeito de se ter instituído, desde 2017, a sistemática de registro contábil de receitas e despesas, reverberam em favor da esperada e legítima atuação deste TCM-PA.

Sob tal novel perspectiva que se impõe às Cortes de Contas, a temática comporta amplo debate pelo Colegiado e, ainda, o preconizado fortalecimento de ação via Rede de Controle, com a participação de outras instituições públicas vocacionadas ao Controle Externo, tais como o Ministério Público Estadual, as Câmaras Municipais e, ainda, a própria Assembleia Legislativa do Estado do Pará.

Reiteramos, por fim, que as considerações traçadas, em parte, defluem de informações que exigem a submissão ao contraditório e a ampla defesa, no âmbito dos municípios e da própria empresa concessionária (CELPA), o qual poderá se dar através de ação de auditoria deste TCM-PA, elegendo-se procedimento já consagrado no âmbito do Tribunal de Contas da União, denominado como Fiscalização Ordenada Concomitante – FOC.

recurso extraordinário, 2. Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008. P. 37/38.

<sup>1</sup> <http://www.atricon.org.br/wp-content/uploads/2016/12/Diretrizes-receita-e-ren%C3%Bancia-de-receita.pdf>

<sup>2</sup> <http://www.atricon.org.br/imprensa/atricon-publica-resolucao-sobre-a-fiscalizacao-da-receita-e-da-renuncia-de-receita/>

GABINETE DO CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA

RESOLUÇÃO Nº.

Processo nº 201808124-00 – Consulta da Câmara Municipal de Soure, exercício 2018, de responsabilidade do Sr. Jorge Peixoto Ramos

Neste sentido, é fundamental que se estabeleça que, a rigor do previsto no art. 3º, inciso I, da LC n.º 109/2016<sup>1</sup>, que a empresa **CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A – CELPA**, concessionária do serviço público de distribuição de energia elétrica no Estado do Pará, está abrangida pela jurisdição própria e indelegável deste TCM-PA, na medida em que arrecada recursos públicos municipais, notadamente, a receita proveniente da CIP/COSIP, serviço para o qual, inclusive, é remunerada pela inquinada "taxa de administração".

Traçadas tais considerações finais e por todo o aqui exposto e detalhado, encaminhamos a manifestação preliminar, desta Diretoria Jurídica, para a competente e necessária apreciação do Exmo. Conselheiro-Relator, ressaltando, por necessário, o caráter opinativo e não vinculativo, do posicionamento firmado, pelo que, permanecemos a disposição, para qualquer esclarecimento adicional, que entenda necessário.

**É o parecer.**

Diante da elaboração do **Parecer Jurídico nº 188/2019/DIJUR/TCM-PA**, os autos retornaram para meu Gabinete, em 01/08/19, e considerando o atendimento das formalidades regimentais para processamento dos presentes autos, sob a forma de consulta, conforme imperativo regimental e, ainda, com base na manifestação exarada pela Diretoria Jurídica deste TCM-PA, submeto a matéria à consideração deste Colendo Plenário.

**É o relatório.**

**VOTO**

**PRELIMINARMENTE**, cumpre-me analisar a admissibilidade da presente **Consulta**, que tem como fundamento o atendimento das formalidades insculpidas nos arts. 298<sup>2</sup> e 299<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Art. 3º. O Tribunal de Contas dos Municípios tem jurisdição própria e privativa em todo território estadual, exercida de forma exclusiva e indelegável, abrangendo:

I - Qualquer pessoa física ou jurídica, órgão ou entidade, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos municipais ou pelos quais os Municípios respondam ou que, em nome destes, assumam obrigações pecuniárias

<sup>2</sup>Art. 298. O Tribunal responderá sobre matéria de sua competência às consultas que lhe forem formuladas, conforme o disposto no art. 1º, XVI, da Lei Complementar n.º 84, devendo atender, cumulativamente, aos seguintes requisitos: I - Ser formulada por autoridade legítima; II - Ser formulada em tese; III - Conter a apresentação objetiva dos quesitos, com indicação precisa da dúvida quanto à interpretação e aplicação de dispositivos legais e regulamentares; IV - Versar sobre matéria de competência do Tribunal de Contas.



**RESOLUÇÃO Nº.**

Processo nº 201808124-00 – Consulta da Câmara Municipal de Soure, exercício 2018, de responsabilidade do Sr. Jorge Peixoto Ramos

**do Regimento Interno do TCM/PA – RITCM/PA (Atualizado pelo Ato nº 18),<sup>2</sup>** ou seja, ter sido formulada em tese e por autoridade competente, para além de suscitada acerca de tema de grande relevância às atividades de controle externo, realizadas por esta Corte de Contas, notadamente, quando possui dentre suas diretrizes, a função pedagógica junto aos jurisdicionados na constitucional aplicação dos recursos públicos.

Neste sentido, no que se refere ao requisito de ser formulada por autoridade legitimada, este encontra fundamentação no art. 298, I e art. 299, ambos do RITCM-PA, neste último são enumeradas as autoridades que possuem legitimidade para encaminhar consulta a esta Corte de Contas.

Verifico que a presente consulta foi encaminhada pelo Presidente da Câmara Municipal de Soure, o qual se encontra no rol de legitimados previsto no **art. 299 do RITCM/PA**.

Ademais, no que se refere ao **inciso II do art. 298 do RITCM/PA**, ratifico que é requisito necessário que as consultas encaminhadas ao TCM-PA devam ser formuladas em tese, de maneira em que não abordem o caso concreto ocorrido em determinado Município, sob pena de inadmissibilidade da mesma, todavia, tal regra comporta exceção, na ocorrência de relevante interesse público, a teor do previsto no **art. 300, §2º<sup>3</sup>, do RITCM-PA**.

<sup>1</sup>Art. 299. Estão legitimados a formular consulta: I - O Prefeito; II - O Presidente da Câmara Municipal; III - Os dirigentes de autarquias, sociedades de economia mista, empresas públicas, fundações instituídas e mantidas pelo município, consórcios municipais e conselhos constitucionais e legais; IV - Os Conselhos ou órgãos fiscalizadores de categorias profissionais, observada a pertinência temática e o âmbito de representação profissional; V - As entidades, que por determinação legal, são representativas de Poderes Executivos e Legislativos Municipais.

<sup>2</sup> XVI - responder à consulta técnica que lhe seja formulada, em tese, por autoridade competente, a respeito de dúvida suscitada na aplicação de dispositivos legais e regulamentares, concernentes à matéria de sua competência, bem como aquelas fundamentadas em caso concreto, nas hipóteses e forma estabelecidas no Regimento Interno;

<sup>3</sup>Art. 300. As consultas, após protocoladas, serão encaminhadas ao Conselheiro Relator, observada a prevenção, nos termos da distribuição bienal, para exame de admissibilidade e regular processamento.

§ 2.º Havendo relevante interesse público, devidamente fundamentado, a consulta que versar sobre caso concreto poderá ser conhecida, a critério do Conselheiro Relator, caso em que será respondida com a observação de que a deliberação não constitui prejulgado do fato ou caso concreto.



**RESOLUÇÃO Nº.**

**Processo nº 201808124-00 – Consulta da Câmara Municipal de Soure, exercício 2018, de responsabilidade do Sr. Jorge Peixoto Ramos**

Na consulta em epígrafe, noto que o Consulente solicita orientação acerca de práticas que ocorrem ordinariamente no município de Soure, no que se refere aos recursos apurados na arrecadação da CIP/COSIP, os quais são contabilizados em valores líquidos pelo Executivo Municipal de Soure para fins de apuração do repasse do duodécimo, ou seja, aborda caso concreto, alegadamente em curso, no âmbito da municipalidade, o qual, a despeito da previsão fixada pelo **§2º, do art. 300, do RITCM-PA**, impõe cautela e ponderação, por ocasião do juízo de admissibilidade.

Neste sentido, considerando que a presente consulta não se fez construir sob a forma de tese, remeto ao permissivo consignado junto ao **§2º, do art. 300, do RITCM-PA**<sup>1</sup>, o qual autoriza a admissibilidade consultiva, pautada em caso concreto, nos casos de relevante interesse público, devidamente fundamentado.

Dessa forma, corroboro com o entendimento da DIJUR/TCM-PA, no sentido de que a admissibilidade excepcional se vê justificada, quando levamos em consideração a temática abordada, qual seja, a aludida “base de cálculo” do duodécimo. E além disso, ressalto que o fundo de direito em debate comporta a atuação e posicionamento deste TCM-PA para além dos aspectos consultivos consignados, uma vez que se impõe um aprofundamento da matéria, acerca dos desdobramentos vinculados a verificação de legalidade da aplicação dos recursos apurados via contribuição de iluminação pública, explico:

O caso em análise na vertente consulta é uma oportunidade para consignar, junto ao Colendo Plenário, a necessidade de ampliação do debate do *fundo do direito* questionado e suas repercussões, sempre voltados ao maior e melhor interesse público, o qual vai além da exata contabilização da parcela do duodécimo, tal como pretendido pela Câmara Municipal, ora consulente.

<sup>1</sup>**Art. 300.** As consultas, após protocoladas, serão encaminhadas ao Conselheiro Relator, observada a prevenção, nos termos da distribuição bienal, para exame de admissibilidade e regular processamento.

**§2º.** Havendo relevante interesse público, devidamente fundamentado, a consulta que versar sobre caso concreto poderá ser conhecida, a critério do Conselheiro Relator, caso em que será respondida com a observação de que a deliberação não constitui prejulgado do fato ou caso concreto.



**RESOLUÇÃO Nº.**

Processo nº 201808124-00 – Consulta da Câmara Municipal de Soure, exercício 2018, de responsabilidade do Sr. Jorge Peixoto Ramos

Ressalto que, o TCM-PA, no exercício de sua competência pedagógica, autoriza o aprofundamento dos temas questionados nas consultas formuladas a esta Corte de Contas, não ficando limitado aos quesitos ou questões formuladas pelo ente público consulente, notadamente quando estas abordam matérias de inescusável interesse público e, por consequência, a defesa do erário em prol da sociedade.

Diante do exposto, considerando que as orientações deliberadas a partir da vertente consulta possuem grande pertinência para os gestores municipais, na medida em que revela interesse público fundamentado em razão de se tratar primordialmente, sobre aspectos relacionados à destinação (aplicação) e contabilização da contribuição de iluminação pública, bem como a cobrança de “taxa de administração” pela concessionária/distribuidora pela prestação de serviço de arrecadação e transferência da CIP/COSIP (despesa pública), e que até o momento não possui posicionamento desta Corte de Contas, entendo que a referida matéria posta em consulta, possibilita extrair tese, motivo pelo qual, traçadas as diretrizes regimentais aplicáveis, consigno sua admissibilidade.

Sendo assim, passo a análise de mérito da presente consulta, tal como interposta.

**NO MÉRITO**, conforme já delineado em relatório, acompanho em sua integralidade a robusta e aprofundada manifestação trazida aos autos, pela Diretoria Jurídica/TCM-PA e com base em tal diretriz, com o escopo de estabelecer clareza ao presente Voto, destacarei em tópicos as matérias que assistem à apreciação deste TCM-PA, conforme irretocável didática adotada no Parecer da DIJUR/TCM-PA, tendo, em todo o caso, a vinculação inerente ao nominado *fundo do direito*, qual seja, a destinação e contabilização da CIP/COSIP, pelos municípios paraenses.

**1. CIP/COSIP COMO INTEGRANTE DA BASE DE CÁLCULO DO DUODÉCIMO:**

No que se refere à inclusão da CIP/COSIP na base de cálculo do duodécimo devido pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo, o Colendo Plenário, em decisão por maioria,

**RESOLUÇÃO Nº.**

Processo nº 201808124-00 – Consulta da Câmara Municipal de Soure, exercício 2018, de responsabilidade do Sr. Jorge Peixoto Ramos

porém, com repercussão geral, assentou entendimento, com base no **art. 29-A, da CF/88**, no sentido de compreender que a nominada Contribuição de Iluminação Pública, por ser dotada de natureza tributária, comporta integralização na base de cálculo do duodécimo devido pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo, desde que haja expressa previsão na legislação municipal (Lei Orgânica), conforme os precedentes jurisprudenciais consultivos transcritos em Relatório (**Resoluções n.º 12.964 e n.º 12.965/2017/TCM-PA**).

Neste sentido, o Consulente suscita dúvida quanto ao valor que será considerado para composição da base de cálculo do duodécimo, a partir do procedimento que estaria sendo adotado pela Prefeitura Municipal de Soure, por ocasião da apuração dos registros contábeis desta receita, arrecadada pela empresa concessionária (CELPA), através das faturas mensais (contas) de energia elétrica, cobradas dos usuários nos municípios paraenses.

Preliminarmente, ressalto que restou demonstrado a partir do estudo realizado pela DIJUR/TCM-PA, com base no Demonstrativo de Arrecadação da empresa CELPA e demais elementos que fizeram instruir os autos (fls. 02/03), o procedimento já noticiado por outros municípios, quanto ao nominado “*encontro de contas*” realizado compulsoriamente pela empresa concessionária, onde é operacionalizado o abatimento/retenção dos valores apurados/arrecadados referentes à CIP/COSIP em razão de outros débitos, dentre os quais, as despesas apuradas em desfavor do município, assim como a cobrança de “taxa de administração” pela prestação de serviços de arrecadação e transferência da CIP/COSIP, sob a qual procedo análise em tópico específico.

Sendo assim, a partir de tais descontos ou retenções, seriam repassados aos cofres públicos municipais, apenas e tão somente o aludido “*valor líquido*”, consignado a partir das receitas apuradas junto à população, nos percentuais fixadas à CIP/COSIP.

Nesse contexto, o Executivo Municipal, em tese, está contabilizando, junto às receitas próprias que repercutirão na nominada Receita Corrente Líquida (RCL), somente o “*valor líquido*”, assinalado após o “*encontro de contas*”, entre a concessionária e a Prefeitura, o que



**RESOLUÇÃO Nº.**

Processo nº 201808124-00 – Consulta da Câmara Municipal de Soure, exercício 2018, de responsabilidade do Sr. Jorge Peixoto Ramos

consequentemente, impacta na base de cálculo do duodécimo.

Sendo assim, em resposta ao questionamento originalmente formulado na vertente consulta, corroboro com o posicionamento assentado pela DIJUR/TCM-PA, no sentido de que o valor do repasse relativo à CIP/COSIP que compõe a base de cálculo do percentual destinado ao Poder Legislativo Municipal, deve observar a totalidade dos recursos arrecadados, em sua forma bruta (integral), inclusive as multas e demais acréscimos legais, na forma prevista na legislação do Município arrecadador.

O entendimento que adoto emerge da compreensão de que a Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública – CIP/COSIP, é um tributo de natureza *sui generis*, conforme definição atribuída pelo Supremo Tribunal Federal<sup>1</sup>, o qual possui como finalidade específica o custeio da prestação do serviço de iluminação pública de municípios e do Distrito Federal, nos termos do **art. 149-A<sup>2</sup>, da Constituição Federal**.

Ademais, a **Orientação Técnica nº. 01/2012/TCM-PA<sup>3</sup>**, em seu item 9, a qual

<sup>1</sup>Recurso Extraordinário nº 573.675/SC, Tribunal Pleno, Relator o Ministro Ricardo Lewandowski

<sup>2</sup>**Art. 149-A.** Os Municípios e o Distrito Federal poderão instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para o custeio do serviço de iluminação pública, observado o disposto no art. 150, I e III.

<sup>3</sup>9. BASE DE CÁLCULO DO REPASSE AO PODER LEGISLATIVO:

A receita a ser considerada para base de cálculo do repasse à Câmara Municipal corresponde ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal, efetivamente realizado no exercício anterior, abaixo descritas:

I – receita tributária:

- a) IPTU (Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana);
- b) IRRF (Imposto de renda retido na fonte);
- c) ITBI (Imposto sobre a transmissão de bens inter vivos);
- d) ISS (Imposto sobre serviços);
- e) Taxas;
- f) Contribuições de Melhorias;
- g) Juros e multa das receitas tributárias;
- h) Receita da Dívida Ativa Tributária;
- i) Juros e multas da dívida ativa tributária.

II – transferências da União:

- a) FPM (Fundo de participação dos municípios); b) ITR (Imposto territorial rural);
- c) IOF OURO (Imposto sobre operações financeiras);
- d) ICMS DESONERAÇÃO (Lei Complementar 87/96 – Lei Kandir).
- e) CIDE (Contribuição de Intervenção no domínio econômico)

III – transferências dos Estados:

- a) ICMS (Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços);

**RESOLUÇÃO Nº.**

Processo nº 201808124-00 – Consulta da Câmara Municipal de Soure, exercício 2018, de responsabilidade do Sr. Jorge Peixoto Ramos

consigna diretrizes a serem seguidas pelos Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo, dispõe sobre as receitas que constituem a base de cálculo do repasse devido às Câmaras Municipais, tal como positivado no §5º, do art. 153 e nos arts. 158 e 159, todos da Constituição Federal.

Neste sentido, verifico que na jurisprudência explicitada sobre o tema, bem como na Orientação Normativa supracitada, não se observa a presença de qualquer termo, vocábulo ou expressão que conduza a uma interpretação diversa do que fora literalmente decidido, de modo que resta claro que a CIP/COSIP deve ser incluída no rol de tributos da receita tributária e o somatório destes com as transferências previstas no §5º, do art. 135; 158 e 159 da CF/88, integram a base de cálculo do repasse ao Poder Legislativo Municipal.

Desse modo, firmo o entendimento de que o TCM-PA, ao se posicionar no sentido de que a CIP/COSIP compõe a base de cálculo do percentual a ser repassado às Câmaras Municipais (mediante prévia e expressa previsão legal), sem fazer qualquer menção à possibilidade de que tais valores sofram algum tipo de redução/dedução, **normatizou que o repasse incidirá sobre o valor bruto das receitas arrecadadas, inclusive das multas e demais acréscimos previstos na legislação municipal.**

Ressalto que, o tema em apreço foi anteriormente objeto de Consulta perante os Egrégios Tribunais de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul – TCE/MS, do Estado do Piauí – TCE/PI e do Estado de Santa Catarina – TCE/SC<sup>1</sup>, os quais na ocasião, estes também

---

b) IPVA (Imposto sobre a propriedade de veículos automotores).

c) IPI EXPORTAÇÃO (Imposto sobre produtos industrializados);

<sup>1</sup>CONSULTA. PREENCHIMENTO DOS PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE. CONHECIMENTO. COSIP. CONTRIBUIÇÃO CUJA ARRECADAÇÃO COMPÕE A BASE DE CÁLCULO DO PERCENTUAL CONSTITUCIONAL DESTINADO AO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL. CONSIDERAÇÃO DA TOTALIDADE DOS VALORES BRUTOS ARRECADADOS.

(TCE/MS. PARECER-C Nº 00/0012/13/TCE-MS. RELATORA: CONS. MARISA JOAQUINA MONTEIRO SERRANO. PROCESSO TC Nº 12454/2013).

**REPASSE AO LEGISLATIVO. RECEITA BRUTA.**

1. A BASE DE CÁLCULO PARA O REPASSE AO PODER LEGISLATIVO SE FAZ SEM DEDUÇÕES;

2. VALORES DEDUZIDOS PARA A CONSTITUIÇÃO DO FUNDEB E FMS NÃO SERÃO EXCLUÍDOS.

(TCE/PI. ACÓRDÃO Nº 075/18. RELATOR: CONS. ABELARDO PIO VILANOVA E SILVA. PROCESSO Nº

Travessa Magno de Araújo, nº 474, Telégrafo, Belém, PA, CEP: 66.113-55 (91) 3210-7500 – [www.tcm.pa.gov.br](http://www.tcm.pa.gov.br)



**RESOLUÇÃO Nº.**

Processo nº 201808124-00 – Consulta da Câmara Municipal de Soure, exercício 2018, de responsabilidade do Sr. Jorge Peixoto Ramos

entenderam que o valor da base de cálculo para o repasse ao Poder Legislativo, incluindo a CIP/COSIP, se faz considerando a **receita bruta**, sem deduções.

Diante de todo o exposto, concluo como resposta ao quesito formulado pelo Consulente, com base na jurisprudência e normatização desta Corte de Contas, bem como as decisões referenciadas dos TCE's do Mato Grosso do Sul, Piauí e Santa Catarina, que o valor do repasse relativo à CIP/COSIP e os outros tributos que compõe a receita tributária, visando a composição da base de cálculo do percentual destinado ao Poder Legislativo Municipal, devem observar a totalidade dos recursos arrecadados, em sua forma bruta, inclusive multas e demais acréscimos legais, na forma prevista na legislação do Município arrecadador.

**2. CIP/COSIP COMO RECEITA VINCULADA:**

Inicialmente, cumpre-me relembrar que os recursos oriundos da CIP/COSIP são vinculados, conforme posicionamento já firmado pelo TCM-PA, em autos de Consulta, o qual resultou na aprovação da **Resolução n.º 13.019/2017/TCM-PA**, sob relatoria da Exma. Conselheira MARA LÚCIA.

Neste sentido, extrai-se da Resolução supramencionada, a impositiva destinação da CIP/COSIP à:

- a) Instalação, Manutenção e Expansão da rede de iluminação pública municipal;**
- b) Consumo de energia elétrica da iluminação pública, sendo esta entendida como a vinculada "à de iluminação de ruas praças, avenidas, parques e demais bens de uso comum".**

---

TC Nº 021424/2017).

"(...) 6.2.5. A RECEITA ARRECADADA DECORRENTE DA COBRANÇA DA CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DEVE SER CONTABILIZADA NO FLUXO ORÇAMENTÁRIO COMO RECEITA TRIBUTÁRIA E PELO SEU VALOR INTEGRAL, OBEDECENDO AO REGIME DE CAIXA (ART. 35 DA LEI N. 4.320/64)".

(TCE/SC. CON-03/00344694, SESSÃO DE 12/5/2003)

---

Travessa Magno de Araújo, nº 474, Telégrafo, Belém, PA, CEP: 66.113-55 (91) 3210-7500 – [www.tcm.pa.gov.br](http://www.tcm.pa.gov.br)

**RESOLUÇÃO Nº.**

Processo nº 201808124-00 – Consulta da Câmara Municipal de Soure, exercício 2018, de responsabilidade do Sr. Jorge Peixoto Ramos

Ademais, foi estabelecido no voto condutor exarado pela Exma. Conselheira-Relatora, as vedações de aplicação dos recursos arrecadados com tal contribuição/tributo, ao que refere: *“Vedação da utilização dos recursos da CIP/COSIP, no pagamento das faturas de energia elétrica de prédios públicos e outras unidades consumidoras, ainda que destinadas à atividade pública, já que nestes a iluminação não serve como um fim em si mesma, mas sim, como meio para a consecução de outros serviços públicos, sendo paga pelo próprio Órgão Público, no montante equivalente ao seu consumo, por meio de tarifa emitida pela concessionária prestadora do serviço”*.

Ainda, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, atualizou suas diretrizes vinculadas às definições de unidades consumidoras, por intermédio da **RESOLUÇÃO NORMATIVA N.º 800, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017<sup>1</sup>**, fixando as diretrizes, quanto às

---

**<sup>1</sup>Seção VII****Da Classe Poder Público**

Art. 53-M. Na classe poder público enquadram-se as unidades consumidoras de responsabilidade de consumidor que seja pessoa jurídica de direito público, independentemente da atividade desenvolvida, incluindo a iluminação em vias e semáforos, radares e câmeras de monitoramento de trânsito, exceto aqueles classificáveis como serviço público de irrigação rural, escola agrotécnica, iluminação pública e serviço público, subdividindo-se nas seguintes subclasses:

I – poder público federal;

II – poder público estadual ou distrital; e

III – poder público municipal.

Art. 53-N. Para a classe poder público aplicam-se as tarifas homologadas pela ANEEL para o Grupo A e, para o Grupo B, as tarifas homologadas do subgrupo B3.

**Seção VIII****Da Classe Iluminação Pública**

Art. 53-O. Na classe iluminação pública enquadram-se as unidades consumidoras destinadas exclusivamente para a prestação do serviço público de iluminação pública, de responsabilidade do Poder Público Municipal ou Distrital, ou ainda daquele que receba essa delegação, com o objetivo de iluminar:

I - vias públicas destinadas ao trânsito de pessoas ou veículos, tais como ruas, avenidas, logradouros, caminhos, passagens, passarelas, túneis, estradas e rodovias; e

II - bens públicos destinados ao uso comum do povo, tais como abrigos de usuários de transportes coletivos, praças, parques e jardins, ainda que o uso esteja sujeito a condições estabelecidas pela administração, inclusive o cercamento, a restrição de horários e a cobrança.

§1º Não se inclui na classe iluminação pública o fornecimento que tenha por objetivo:

I - qualquer forma de publicidade e propaganda;

II - a realização de atividades que visem a interesses econômicos;

III - a iluminação das vias internas de condomínios; e

IV - o atendimento a semáforos, radares e câmeras de monitoramento de trânsito.

§2º. As cargas relativas à iluminação pública devem ser separadas das demais cargas com vistas a possibilitar a aplicação tarifária correspondente, mediante a instalação de medição exclusiva ou pela estimativa do consumo.

Art. 53-P. Para a classe iluminação pública aplicam-se as tarifas homologadas pela ANEEL para o Grupo A e, para o Grupo B, as tarifas homologadas do subgrupo B4a.

---

Travessa Magno de Araújo, nº 474, Telégrafo, Belém, PA, CEP: 66.113-55 (91) 3210-7500 – [www.tcm.pa.gov.br](http://www.tcm.pa.gov.br)



**GABINETE DO CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA****RESOLUÇÃO Nº.**

Processo nº 201808124-00 – Consulta da Câmara Municipal de Soure, exercício 2018, de responsabilidade do Sr. Jorge Peixoto Ramos

definições e distinções das classes de consumo/consumidor vinculados ao **“Poder Público”**, à **“Iluminação Pública”** e ao **“Serviço Público”**, a qual revela consonância com os parâmetros considerados pelo TCM-PA.

Neste sentido, ratificando o posicionamento já delineado pela DIJUR/TCM-PA, entendo que qualquer procedimento, esteja ou não amparado em instrumento de Convênio, Contrato ou Lei Municipal, que assegure à concessionária de serviço público proceder com retenção de parte dos recursos arrecadados, para pagamento de despesas alcançadas pelos **artigos 53-M; 53-O, §1º, incisos I a IV e 53-Q, incisos I e II**, bem como de débitos de faturas de exercícios passados ou, ainda, da já citada “taxa de administração”, usualmente cobrada pelo serviço de arrecadação tributária realizado, é de todo inconstitucional e ilegal.

Tal conduta, salvo prova em contrário, adotada pela concessionária de serviço público leva ao desvio de receita constitucionalmente prevista aos municípios, uma vez que estas possuem destinação específica em prol da população municipal relacionada ao custeio das despesas referentes à Iluminação Pública, fixada no **art. 53-O, incisos I e II, da Resolução Normativa n.º 800/2017/ANEEL**.

### **3. DA RELAÇÃO MUNICÍPIO X CONCESSIONÁRIA NA ARRECADAÇÃO DA CIP/COSIP E DA NOMINADA “TAXA DE ADMINISTRAÇÃO”:**

---

#### Seção IX

##### Da Classe Serviço Público

Art. 53-Q. Na classe serviço público enquadram-se as unidades consumidoras que se destinem, exclusivamente, ao fornecimento para motores, máquinas e cargas essenciais à operação de serviços públicos de água, esgoto, saneamento e tração elétrica urbana ou ferroviária, explorados diretamente pelo Poder Público ou mediante concessão ou autorização, considerando-se as seguintes subclasses:

I – tração elétrica; e

II – água, esgoto e saneamento.

Parágrafo único. As cargas relativas às classes serviço público devem ser separadas das demais cargas com vistas a possibilitar a aplicação tarifária correspondente, mediante a instalação de medição exclusiva.

Art. 53-R. As unidades consumidoras classificadas na subclasse água, esgoto e saneamento, conforme disposições do Decreto nº 7.891, de 2013, tem direito ao benefício tarifário de redução nas tarifas aplicáveis, nos percentuais da tabela a seguir:

(...)

Art. 53-S. Para a subclasse tração elétrica aplicam-se as tarifas homologadas pela ANEEL para o Grupo A e, para o Grupo B, as tarifas homologadas do subgrupo B3.

---

Travessa Magno de Araújo, nº 474, Telégrafo, Belém, PA, CEP: 66.113-55 (91) 3210-7500 – [www.tcm.pa.gov.br](http://www.tcm.pa.gov.br)

GABINETE DO CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA

**RESOLUÇÃO Nº.**

Processo nº 201808124-00 – Consulta da Câmara Municipal de Soure, exercício 2018, de responsabilidade do Sr. Jorge Peixoto Ramos

Neste tópico, exponho matéria que se impõe ao debate, no âmbito deste TCM-PA e, por conseguinte, do Estado do Pará, no que se refere à relação jurídica mantida entre os entes municipais e as empresas concessionárias de distribuição de energia elétrica, discussão que já vem ocorrendo em outros entes da Federação, como especificamente no Estado de São Paulo.

Em âmbito nacional, verifica-se certa pluralidade de procedimentos voltados à atividade de arrecadação da CIP/COSIP, quanto ao ajuste mantido entre tais empresas e Prefeituras, de modo que se adota, frequentemente, a celebração de “convênios” e/ou “contratos”, os quais asseguram a cobrança/pagamento de “taxa de administração” pelos custos do serviço de arrecadação e transferência da CIP/COSIP.

Nestas situações, é considerado que a “taxa de administração” seria cobrada como remuneração e recomposição de despesas advindas da prestação de um serviço prestado pela concessionária em favor da municipalidade, o que atrairia, por via de consequência legal, a incidência do **Imposto Sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN**, o qual é de exclusiva competência arrecadatória dos próprios municípios, fato este que, dentro da pesquisa realizada pela DIJUR/TCM-PA, não se viu identificar junto aos municípios jurisdicionados.

Assim, caso seja admita - de maneira hipotética - a legalidade da cobrança da “taxa de administração”, temos que estabelecer a ilegalidade quanto à omissão das Prefeituras Municipais na arrecadação do imposto relacionado à prestação do aludido *serviço de arrecadação*, fato gerador do ISSQN, a qual se dá a partir da ocorrência de renúncia de receita por omissão tributária, passível de apuração nas esferas criminal (**art. 319, CPB**)<sup>1</sup> e de improbidade administrativa (**art. 10, incisos X e XII c/c art. 11, inciso II, da Lei Federal n.º 8.429/1992**)<sup>2</sup>.

<sup>1</sup>**Prevaricação: Art. 319** - Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal: Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa.

<sup>2</sup>**Art. 10.** Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta lei, e notadamente:





**RESOLUÇÃO Nº.**

**Processo nº 201808124-00 – Consulta da Câmara Municipal de Soure, exercício 2018, de responsabilidade do Sr. Jorge Peixoto Ramos**

Neste sentido, em subscrição às recomendações da DIJUR/TCM-PA, entendo que nas hipóteses em que se evidencie, por parte da empresa concessionária, a cobrança de **“taxa de administração”**, devem ser adotadas pelos Executivos municipais as providências necessárias ao lançamento tributário correspondente, dos últimos 05 (cinco) anos, face à prescrição legal incindível à espécie<sup>1</sup>, sob pena de encaminhamento do caso ao MPPA e ainda, de repercussão junto às contas de gestão dos atuais Prefeitos Municipais.

Neste contexto, torna-se de grande relevância o questionamento acerca das atividades executadas pela concessionária (CELPA), na arrecadação e repasse dos valores vinculados à CIP/COSIP, instituídos por meio de Lei Municipal, a fim de estabelecer uma posição normativa de caráter vinculatório, em tudo observadas as competências deste TCM-PA.

Compete aos Municípios e ao Distrito Federal, instituir a respectiva contribuição, o que comporta a fixação de alíquotas e forma de arrecadação, as quais são inseridas junto às respectivas faturas mensais de cobrança, emitidas pelas empresas concessionárias, responsáveis pela distribuição de energia elétrica nos Municípios e Distrito Federal, nos termos assegurados pelo **art. 149-A, parágrafo único, da CF/88.**<sup>2</sup>

Entendo assim, que a medida mais adequada para a realização destas cobranças, não

---

**X** - agir negligentemente na arrecadação de tributo ou renda, bem como no que diz respeito à conservação do patrimônio público;

**XII** - permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro se enriqueça ilicitamente;

**Art. 11.** Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente:

**II** - retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício;

**1º Código Tributário Nacional:**

**Art. 173.** O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados:

**I** - do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;

**II** - da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.

**Parágrafo único.** O direito a que se refere este artigo extingue-se definitivamente com o decurso do prazo nele previsto, contado da data em que tenha sido iniciada a constituição do crédito tributário pela notificação, ao sujeito passivo, de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento.

<sup>2</sup>**Art. 149-A.** Os Municípios e o Distrito Federal poderão instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para o custeio do serviço de iluminação pública, observado o disposto no art. 150, I e III.

**Parágrafo único.** É facultada a cobrança da contribuição a que se refere o caput, na fatura de consumo de energia elétrica.



## RESOLUÇÃO Nº.

Processo nº 201808124-00 – Consulta da Câmara Municipal de Soure, exercício 2018, de responsabilidade do Sr. Jorge Peixoto Ramos

seria por meio da contratação direta ou celebração de convênios, destinados à assegurar legitimidade às empresas concessionárias na “prestação de serviço” de arrecadação da CIP/COSIP, mas sim a de se ver atribuir, em Lei Municipal, a responsabilidade tributária (substituto tributário), afastando-se qualquer possibilidade de pagamento de “taxa de administração”.

Tal metodologia se justifica na sistemática verificada em todas as outras espécies tributárias existentes no país, na qual não se identifica qualquer pagamento que seja realizado pelo Poder Público às empresas que efetuam descontos/retenções na fonte, como substitutos tributários, para repassar ao órgão destinatário do crédito.

De modo exemplificativo, não se verifica o pagamento de “*taxa de administração*” às pessoas jurídicas que atuam na retenção do Imposto de Renda de seus empregados e repassa o imposto à União, ou ainda, o desconto e repasse da contribuição previdenciária ao INSS.

No caso em análise, referente ao fornecimento de energia elétrica, compreende-se que as empresas concessionárias/distribuidoras já atuam na condição de responsável tributário, na medida em que operacionalizam, em prol da União e Estados, a arrecadação de outras espécies tributárias, destacadamente do PIS e COFINS (União) e ICMS (Estados), os quais são cobrados na conta mensal de energia elétrica dos usuários do sistema de fornecimento, sem qualquer custo aos demais entes Federativos, **tendo em vista que tal atribuição arrecadatória é fixada em lei**, o que pode e deve ocorrer no âmbito municipal junto à CIP/COSIP, conforme competência legislativa que lhe foi outorgada pela Constituição Federal.

A atuação das concessionárias na arrecadação da CIP/COSIP, se inserem na condição de responsáveis tributárias, pelo cumprimento aos requisitos exigidos pelos **artigos 121, II, e 128<sup>1</sup>**, ambos do **Código Tributário Nacional**, quais são:

<sup>1</sup>**Art. 121.** Sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.

Parágrafo único. O sujeito passivo da obrigação principal diz-se:

**I - contribuinte, quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador;**

Travessa Magno de Araújo, nº 474, Telégrafo, Belém, PA, CEP: 66.113-55 (91) 3210-7500 – [www.tcm.pa.gov.br](http://www.tcm.pa.gov.br)



**RESOLUÇÃO Nº.**

Processo nº 201808124-00 – Consulta da Câmara Municipal de Soure, exercício 2018, de responsabilidade do Sr. Jorge Peixoto Ramos

- a) a CIP/COSIP possui reconhecida natureza jurídica tributária, portanto inserida nos regramentos do Código Tributário Nacional;
- b) a atividade finalística das concessionárias está indissociavelmente ligada ao fato gerador da CIP/COSIP, sem que se deixe preservar o regime jurídico do contribuinte substituído (consumidor final); e
- c) a responsabilidade de terceiro, no caso, das concessionárias, deve estar expressamente fixada em Lei Municipal.

Ademais, a Constituição Federal assegura a prerrogativa dos Municípios em fixarem por Lei a cobrança da CIP/COSIP, junto com as faturas mensais das unidades consumidoras, conforme faculdade fixada no **parágrafo único do art. 149-A, da CF/88**, ao que se tem por repelir a possibilidade de que cada concessionária de energia elétrica venha estabelecer forma, sistemática e/ou preço para tal atividade de arrecadação tributária.

Neste sentido, destaco as considerações realizadas pela **Federação Nacional dos Engenheiros**<sup>1</sup>, a partir de *Representação*<sup>2</sup> levada ao **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, conforme detalhado no Parecer da DIJUR, ressaltando a relevante atuação daquela Federação, perante a Procuradoria da República no Município de Bauru/SP, a partir da qual se oportunizou a firme atuação do *Parquet Federal*, junto à Prefeitura Municipal de Bauru<sup>3</sup>, conduzindo na aprovação de Lei Municipal<sup>4</sup> que fixou a responsabilidade tributária da concessionária/distribuidora de energia elétrica no município.

---

**II** – responsável, quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposição expressa de lei.

**Art. 128.** Sem prejuízo do disposto neste capítulo, a lei pode atribuir de modo expresso a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação.

<sup>1</sup><https://www.fne.org.br/>

<sup>2</sup>PRM-BAU-SP-00003945/2013

<sup>3</sup>Ofício n.º 82013-PRM/Bauru (doc. anexo)

<sup>4</sup>Lei Municipal n.º 6.475/2013.



**RESOLUÇÃO Nº.**

Processo nº 201808124-00 – Consulta da Câmara Municipal de Soure, exercício 2018, de responsabilidade do Sr. Jorge Peixoto Ramos

Ao analisar o expediente encaminhado pelo Procurador da República, Dr. PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA MACHADO, pautado na **Nota Técnica n.º 19/2013**, elaborada pela **3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal – Ordem Econômica e Consumidor**, considero que a cobrança da “**taxa de administração**” só vem a onerar os consumidores do serviço de energia elétrica, uma vez que a partir da existência de Lei Municipal que institua a concessionária como responsável tributária, impõem-se a mesma a obrigação de realizar a retenção e repassá-la ao Município, independente do recebimento de valores como forma de contraprestação de serviço, a exemplo do que adotam União e Estados, relativamente aos tributos que lhes são devidos.

Conforme o levantamento de dados dos exercícios de 2017 e 2018, realizado pela DIJUR/TCM-PA, a temática se releva absolutamente pertinente, quando relacionados, **APENAS POR ESTIMATIVA**, no âmbito do Estado do Pará, os valores apontados junto às prestações de contas dos municípios que realizaram o devido registro de ingresso de receitas, em seus valores, em tese, “brutos”, ou seja, com base no montante efetivamente arrecadado e, ainda, por mera liberalidade do referido setor, considerando uma média percentual de 3% (três por cento)<sup>1</sup>, cobrado pela concessionária como “taxa de administração”. Assim, considera-se que o valor que deixou de ingressar nos cofres públicos corresponderia a:

- c) **EXERCÍCIO DE 2017: R\$-3.965.948,87** (três milhões, novecentos e sessenta e cinco mil, novecentos e quarenta e oito reais e oitenta e sete centavos)<sup>2</sup>.
- d) **EXERCÍCIO DE 2018: R\$-8.477.952,23** (oito milhões, quatrocentos e setenta e sete mil, novecentos e cinquenta e dois reais e vinte e três centavos)<sup>3</sup>.

<sup>1</sup> Isto porque, os valores percentuais encontram ampla variação, dada a formalização de instrumentos de convênio e contratos, individualizados e específicos para cada município, havendo notícias de um mínimo de 2% até 8%.

<sup>2</sup> A partir de tal valor estimado, cumpre-nos destacar que caso fosse cobrado o ISSQ, sob alíquota mínima de 2%, estaríamos diante de um prejuízo da ordem de **R\$-79.318,97 (setenta e nove mil, trezentos e dezoito reais e noventa e sete centavos)**, que deixaram de ser recolhidos aos cofres públicos dos municípios paraenses, em 2017.

<sup>3</sup> A partir de tal valor estimado, cumpre-nos destacar que caso fosse cobrado o ISSQ, sob alíquota mínima de 2%, estaríamos diante de um prejuízo



**RESOLUÇÃO Nº.**

Processo nº 201808124-00 – Consulta da Câmara Municipal de Soure, exercício 2018, de responsabilidade do Sr. Jorge Peixoto Ramos

Acerca dos dados levantados pela DIJUR, com apoio técnico da 1ª Controladoria, registro, por oportuno, que determinei à 5ª Controladoria, a avaliação dos dados vinculados aos municípios sob minha relatoria para os exercícios de 2017 e 2018, cotejando dos valores lançados em relatório, com os declarados pelos municípios via e-contas e, ainda, com os dados constantes em meio documental, nas mesmas prestações de contas, ao que se estabeleceram divergências que, sem macular o Parecer aportado pela DIJUR, ratificam a possível inconsistência dos dados remetidos ao TCM-PA, com significativas divergências entre os apontamentos em meio eletrônico e documental, tal como seguem:

Municípios	2017			2018		
	Consulta	Rei	Documental	Consulta	Rei	Documental
Afuá	Ok	409.940,75	409.940,75	Ok	438.027,12	438.027,12
Anajás	Ok	100.112,14	100.112,14	Ok	89.802,22	89.802,22
Bagre	Não informado	153.012,88	153.012,88	Ok	25.798,53	25.798,53
Barcarena	825.303,08	825.303,08	1.094.792,95	892.465,31	892.465,31	890.735,96
Breves	Ok	958.766,45	958.766,45	Ok	1.512.508,98	1.512.508,98
Cachoeira do Arari	Ok	65.763,72	65.763,72	Ok	-	-
Cametá	Ok	1.471.155,83	1.471.155,83	Não informado	1.530.028,53	1.530.028,53
Chaves	Ok	68.938,62	68.938,62	Ok	48.192,31	48.192,31
Curralinho	Ok	226.103,33	226.103,33	Ok	255.634,24	255.634,24
Gurupá	169.917,49	192.852,70	192.852,70	Ok	-	-
Igarapé-Miri	Não informado	228.201,66	443.934,04	Ok	-	-
Limoeira do Ajuru	161.703,58	248.401,19	248.401,19	166.719,65	212.282,91	212.282,91
Melgaço	Ok	0,00	0,00	Ok	0,00	0,00
Moju	Ok	1.538.379,65	1.538.379,65	Ok	55.642,73	55.642,73
Muaná	Ok	314.603,67	314.603,67	Ok	344.173,74	344.173,74
Oeiras do Pará	Ok	0,00	0,00	Ok	0,00	0,00
Pontas de Pedras	Ok	355.909,82	355.909,82	Ok	246.112,36	246.112,36
Portel	Ok	578.965,52	578.965,52	603.246,01	476.192,37	476.192,37
São Sebastião da Boa Vista	Não informado	191.719,65	191.719,65	Ok	45.401,55	0,00
Salvaterra	Ok	115.831,96	115.831,96	Ok	97.603,39	97.603,39
Santa Cruz do Arari	Ok	59.950,32	59.950,32	Ok	240.724,77	240.724,77
Soure	Ok	248.064,52	248.064,52	Ok	908.021,43	908.021,43

da ordem de R\$-169.559,04 (cento e sessenta e nove mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e quatro centavos), que deixaram de ser recolhidos aos cofres públicos dos municípios paraenses.



**RESOLUÇÃO Nº.**

Processo nº 201808124-00 – Consulta da Câmara Municipal de Soure, exercício 2018, de responsabilidade do Sr. Jorge Peixoto Ramos

Tais achados reforçam, ainda, a orientação recomendada no Parecer DIJUR, pela necessidade de se estabelecer especial e urgente fiscalização de tais receitas públicas e, por conseguinte, sua esmerada aplicação, conforme finalidade a que estão vinculadas.

Ademais, importa estabelecer os precedentes jurisprudenciais acerca da matéria em debate, a partir do detido estudo realizado pela Diretoria Jurídica deste TCM-PA.

Nessa senda, refiro o primeiro caso concreto levantado, vinculado à Prefeitura Municipal de São Paulo, a partir da edição da Lei Municipal nº 14.125/2005, a qual recebeu ataque da concessionária ELETROPAULO, por intermédio do Processo nº 9151625-84.2007.8.26.0000, o qual apreciado em 1ª (primeira) e 2ª (segunda) instâncias, de modo favorável ao interesse público da municipalidade, conforme se extrai do **Acórdão nº 03532254/TJ-SP, de 26.04.11<sup>1</sup>**, de que julgou os autos de Apelação Cível, interpostos pela empresa concessionária, estabelecendo a constitucionalidade do **artigo 4º, da Lei Municipal nº 14.125, de 29/12/2005**.

A decisão prolatada no âmbito do **E. TJ-SP**, foi submetida ao **Superior Tribunal de Justiça** (RECURSO ESPECIAL COM AGRAVO nº 1170315/SP) e, seguidamente, ao **Supremo Tribunal Federal** (RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.170.689/SP).

<sup>1</sup>APELAÇÃO - MANDADO DE SEGURANÇA PREVENTIVO – CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (COSIP) - NATUREZA TRIBUTÁRIA DA COSIP - CONSTITUCIONALIDADE DA LEI MUNICIPAL QUE A INSTITUIU - REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA INSTITUÍDO PELO ART. 4º DA LEI Nº 14.125/05 DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - CONSTITUCIONALIDADE E SINTONIA COM O CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL - INTELIGÊNCIA DOS ARTS. 121, II E 128, AMBOS DO CTN, EDO ART. 149-A, PARÁGRAFO ÚNICO, DA CF. RECURSO DESPROVIDO.

1. O pleno do C. STF, ao apreciar Recurso Extraordinário (RE nº 573.675-0), com repercussão geral reconhecida, decidiu pela constitucionalidade da exigência da COSIP.

2. Para a COSIP, a responsabilidade tributária por substituição, atribuída à empresa concessionária de serviço público de distribuição de energia pelo art. 40 da Lei nº 14.125/05 do Município de São Paulo, não ofende a Constituição Federal nem a legislação infraconstitucional, mas tem harmonia com o prescrito nos arts. 121, II, e 128, ambos do CTN e 149-A, parágrafo único, da Constituição Federal, observado os pressupostos jurídicos do instituto: (a) natureza jurídica tributária da COSIP, (b) expressa responsabilidade do terceiro decorrente de lei; (c) vinculação da empresa concessionária ao fato jurídico do substituído, atento, no caso, ao especial regime jurídico do contribuinte”



**RESOLUÇÃO Nº.**

Processo nº 201808124-00 – Consulta da Câmara Municipal de Soure, exercício 2018, de responsabilidade do Sr. Jorge Peixoto Ramos

No âmbito do **C. STF**, os autos estão sob relatoria do Exmo. Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI**, o qual em decisão monocrática negou seguimento ao Recurso Extraordinário, em razão da ausência dos requisitos de processamento do apelo pela não ocorrência de inconstitucionalidade à disciplina fixada pela Lei do Município de São Paulo, dada sua adequação à decisão proferida no âmbito da Suprema Corte, por intermédio do **RE 573.675-RG/SC**<sup>1</sup>, com repercussão geral do tema em exame, de relatoria do mesmo Ministro.

Atualmente, a concessionária ainda persiste no enfrentamento do tema, junto ao **C. STF**, via *Agravo Regimental*, o qual segue conclusos ao relator, com última tramitação em 28/02/19<sup>2</sup>.

Ademais, outro precedente ocorreu também no Estado do São Paulo, a partir da legislação aprovada pelo município de Santos<sup>3</sup>, onde o TJ-SP (Processo n.º 2017/0175278-4), em grau de apelação<sup>4</sup>, decidiu pela responsabilidade da substituição tributária da

<sup>1</sup>CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. RE INTERPOSTO CONTRA DECISÃO PROFERIDA EM AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE ESTADUAL. CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COSIP. ART. 149-A DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. LEI COMPLEMENTAR 7/2002, DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, SANTA CATARINA. COBRANÇA REALIZADA NA FATURADE ENERGIA ELÉTRICA. UNIVERSO DE CONTRIBUINTES QUE NÃO COINCIDE COM O DE BENEFICIÁRIOS DO SERVIÇO. BASE DE CÁLCULO QUE LEVA EM CONSIDERAÇÃO O CUSTO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA E O CONSUMO DE ENERGIA. PROGRESSIVIDADE DA ALÍQUOTA QUE EXPRESSA O RATEIO DAS DESPESAS INCORRIDAS PELO MUNICÍPIO. OFENSA AOS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA E DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA. INOCORRÊNCIA. EXAÇÃO QUE RESPEITA OS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. RECURSO EXTRAORDINÁRIO IMPROVIDO.

I - Lei que restringe os contribuintes da COSIP aos consumidores de energia elétrica do município não ofende o princípio da isonomia, ante a impossibilidade de se identificar e tributar todos os beneficiários do serviço de iluminação pública.

II - A progressividade da alíquota, que resulta do rateio do custo da iluminação pública entre os consumidores de energia elétrica, não afronta o princípio da capacidade contributiva.

III - Tributo de caráter *sui generis*, que não se confunde com um imposto, porque sua receita se destina a finalidade específica, nem com uma taxa, por não exigir a contraprestação individualizada de um serviço ao contribuinte.

IV - Exação que, ademais, se amolda aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

V - Recurso extraordinário conhecido e improvido”.

<sup>2</sup> <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5572493>

<sup>3</sup> Redação dada pela Lei Complementar nº 870, de 29 de dezembro de 2014, que alterou dispositivos da Lei Complementar nº 816/2013. (Disponível em <http://legislacao.camarasantos.sp.gov.br/Normas/Exibir/6101>)

<sup>4</sup>**MANDADO DE SEGURANÇA - CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA MUNICÍPIO DE SANTOS** - Concessionária que busca a concessão da segurança para tutela de alegado direito líquido e certo de não ser dela exigida a Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública, na qualidade de substituta tributária sem anterior convênio celebrado e permitido pela Lei e Resolução da Aneel - Contribuição

Travessa Magno de Araújo, nº 474, Telégrafo, Belém, PA, CEP: 66.113-55 (91) 3210-7500 – [www.tcm.pa.gov.br](http://www.tcm.pa.gov.br)

**RESOLUÇÃO Nº.**

Processo nº 201808124-00 – Consulta da Câmara Municipal de Soure, exercício 2018, de responsabilidade do Sr. Jorge Peixoto Ramos

concessionária, incumbida da cobrança, arrecadação e repasse mensal ao município dos valores pagos referentes à CIP/COSIP pelos contribuintes.

A supracitada ação foi igualmente submetida sucessivamente ao C. STJ e C. STF, via Recurso Especial<sup>1</sup> e Recurso Extraordinário<sup>2</sup>, ao que denegado conhecimento aos mesmos, consignando-se, assim, o trânsito em julgado dos autos, em março de 2019.

Os citados precedentes judiciais demonstram que por mais de 10 (dez) anos a arrecadação da CIP/COSIP vem recebendo melhor tratamento no âmbito dos municípios do Estado de São Paulo, em tudo observado o melhor interesse público, bem como pelo atendimento dos princípios constitucionais informadores da Administração Pública, tais como os da legalidade, razoabilidade, economicidade e eficiência, especialmente quando se identifica o afastamento da cobrança da “*taxa de administração*” ou “*taxa de arrecadação*”, bem como de se verem estabelecidas melhores regras que sujeitam penalidades às concessionárias, para as hipóteses em que deixem de cumprir com sua obrigação de substituto/responsável tributário.

Diante do exposto, é de suma importância diante da realidade do Estado do Pará, a atuação dos Poderes Públicos envolvidos, notadamente após se trazer à evidência as perspectivas legais e procedimentais já providas em outras unidades da Federação quanto à contabilização e arrecadação da CIP/COSIP, servindo como boas práticas que se espera ver encampadas no âmbito do nosso Estado.

Em suma, a primeira medida a ser adotada pelos municípios paraenses, dentro das competências que lhes outorga o **art. 30, da CF/88**<sup>3</sup>, é a aprovação de leis municipais que

---

de natureza tributária que foi instituída por lei complementar municipal, com previsão expressa da responsabilidade da substituição tributária da concessionária, incumbida da cobrança, arrecadação e repasse mensal dos valores pagos pelos contribuintes - Sentença que denegou a ordem mantida. Recurso não provido.

<sup>1</sup>AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.137.660 - SP

<sup>2</sup>AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 1.157.647 SÃO PAULO

<sup>3</sup>**Art. 30.** Compete aos Municípios:

**I** - legislar sobre assuntos de interesse local;

**II** - (omissis)



**RESOLUÇÃO Nº.**

Processo nº 201808124-00 – Consulta da Câmara Municipal de Soure, exercício 2018, de responsabilidade do Sr. Jorge Peixoto Ramos

venham instituir à empresa concessionária/distribuidora (CELPA), a recomendada responsabilidade tributária para arrecadação da CIP/COSIP, sem custos ao erário e com a expressa previsão de responsabilidades, a exemplo do que ocorre em outros tributos federais e estaduais, conforme já executado em âmbito nacional, notadamente pelos municípios de São Paulo e Santos, considerados como paradigma legislativo na matéria.

#### **4. DO “ENCONTRO DE CONTAS” ENTRE CONCESSIONÁRIAS E PREFEITURAS MUNICIPAIS:**

Nos municípios paraenses, a metodologia que usualmente se tem observado é no sentido de que a concessionária (CELPA) apura mensalmente o valor arrecadado da CIP/COSIP, assim como apura o valor devido pela iluminação pública municipal (logradouros, ruas, praças, etc), cujo montante é fixado por estimativa, em cálculo que considera o número de pontos de iluminação pública, o tipo de lâmpada utilizada e o tempo médio de utilização diária, equivalente à 11:52h (onze horas e cinquenta e dois minutos)<sup>1</sup>.

A partir de tais levantamentos, aplica-se o percentual da “*taxa de administração*” sobre o valor bruto da arrecadação da CIP/COSIP, a qual oscila entre 2% a 8%<sup>2</sup>. Assim, com o valor arrecadado no mês, é feito o desconto dos valores atinentes à estimativa de consumo da iluminação pública e da “taxa de administração”, havendo, por conseguinte, o repasse de eventuais saldos ou, não raramente, a cobrança da diferença não coberta pelo montante

III - instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;”

IV – (omissis)

V - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;”

<sup>1</sup>Conforme previsto pela **Resolução Normativa n.º 414/2009/ANEEL**:

**Art. 24.** Para fins de faturamento da energia elétrica destinada à iluminação pública ou à iluminação de vias internas de condomínios, o tempo a ser considerado para consumo diário deve ser de 11 (onze) horas e 52 (cinquenta e dois) minutos, ressalvado o caso de logradouros que necessitem de iluminação permanente, em que o tempo é de 24 (vinte e quatro) horas por dia do período de fornecimento.

§1º. O tempo a ser considerado para consumo diário pode ser diferente do estabelecido no caput, após estudo realizado pelo consumidor e a distribuidora junto ao Observatório Nacional, devidamente aprovado pela ANEEL.

§2º. A tarifa aplicável ao fornecimento de energia elétrica para iluminação pública é a Tarifa B4a.

<sup>2</sup>Exemplificativamente, temos que a Lei n.º 8.226/2002, do município de Belém, estabelece em seu art. 4º, que a aludida “taxa de administração”, será fixada mediante Convênio com a empresa CELPA, em valor não superior a 2% (dois por cento) do montante arrecadado.

GABINETE DO CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA

**RESOLUÇÃO Nº.**

Processo nº 201808124-00 – Consulta da Câmara Municipal de Soure, exercício 2018, de responsabilidade do Sr. Jorge Peixoto Ramos

efetivamente arrecadado, ao Executivo.

Entendo que, tal prática surge do teor do **art. 170, caput, do Código Tributário Nacional<sup>1</sup>**, sob a justificativa da compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos. Todavia, trago em discussão exatamente esta questão: se as despesas decorrentes do faturamento realizado unilateralmente pela concessionária se revestem da exigida *liquidez e certeza* e, além disso, a necessidade da existência de lei, no âmbito municipal, que autorize o Chefe do Executivo em proceder com a *compensação* entre créditos e débitos que se estabeleçam a partir da relação mantida com a concessionária de energia elétrica.

Em consonância com o posicionamento da DIJUR/TCM-PA, entendo que a prática do “*encontro de contas*”, realizado pela concessionária, segundo informações não formalizadas, comporta grave ilegalidade, em afronta direta ao que estabelece a **Lei Federal n.º 4.320/64**, especificamente em seus **artigos 60 a 64<sup>2</sup>**.

A inobservância dos procedimentos prescritos pela **Lei Federal n.º 4.320/64**, resultam

<sup>1</sup>**Art. 170.** A lei pode, nas condições e sob as garantias que estipular, ou cuja estipulação em cada caso atribuir à autoridade administrativa, autorizar a compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos, do sujeito passivo contra a Fazenda pública.

<sup>2</sup>**Art. 60.** É vedada a realização de despesa sem prévio empenho.

**§1º.** Em casos especiais previstos na legislação específica será dispensada a emissão da nota de empenho.

**§2º.** Será feito por estimativa o empenho da despesa cujo montante não se possa determinar.

**§3º.** É permitido o empenho global de despesas contratuais e outras, sujeitas a parcelamento.

**Art. 61.** Para cada empenho será extraído um documento denominado “nota de empenho” que indicará o nome do credor, a representação e a importância da despesa bem como a dedução desta do saldo da dotação própria.

**Art. 62.** O pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação.

**Art. 63.** A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

**§1º.** Essa verificação tem por fim apurar:

I - a origem e o objeto do que se deve pagar;

II - a importância exata a pagar;

III - a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

**§2º.** A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base:

I - o contrato, ajuste ou acôrdo respectivo;

II - a nota de empenho;

III - os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço.

**Art. 64.** A ordem de pagamento é o despacho exarado por autoridade competente, determinando que a despesa seja paga.

**Parágrafo único.** A ordem de pagamento só poderá ser exarada em documentos processados pelos serviços de contabilidade.





**RESOLUÇÃO Nº.****Processo nº 201808124-00 – Consulta da Câmara Municipal de Soure, exercício 2018, de responsabilidade do Sr. Jorge Peixoto Ramos**

na iliquidez e incerteza do crédito da concessionária que lhe “autorizasse” a proceder com a retenção/desconto de tal montante, sob o total apurado na arrecadação da CIP/COSIP.

Ressalto que, a Administração Pública enquanto usuária dos serviços de distribuição e fornecimento de energia elétrica, prestados pela concessionária, assume inequívoco perfil de *consumidora*, e assim, detém o direito de receber todas as informações e detalhamentos necessários à verificação de regularidade e legalidade do que lhe é cobrado, para somente em momento seguinte, proceder com o pagamento de tais despesas.

Por fim, entendo que as considerações aqui delineadas partem, tal como estabelece o Parecer da DIJUR, de informações não formalizadas e assim, exigem a adoção de medidas fiscalizatórias deste TCM-PA, assim como devem ser avaliadas pelas Câmaras Municipais, dada a sua competência no controle e fiscalização do Executivo Municipal.

**5. DA FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL JUNTO À ARRECADAÇÃO DA CIP/COSIP:**

Por fim, ainda é necessário inserir no debate da presente matéria, a necessidade de se apurar que ferramentas ou procedimentos de fiscalização da arrecadação da CIP/COSIP vêm sendo utilizados pelos Poderes Públicos Municipais.

Novamente com base no Parecer da DIJUR/TCM-PA, entendo que - até prova em contrário - todos os dados relativos à quantidade de unidades consumidoras e, até certo ponto, dos quantitativos de ponto de luz dos parques luminotécnicos municipais, são detidos e consolidados pela empresa concessionária, responsável pela distribuição de energia elétrica, devido à inércia dos entes municipais em tal controle, levantamento e apuração.

Neste aspecto, de absoluta relevância a indagação feita pelo corpo jurídico deste TCM-PA, no sentido de saber se dentre os 144 (cento e quarenta e quatro) municípios do Estado do Pará, quantos realizam auditoria nas contas apresentadas pela concessionária, pautados em dados apurados unilateralmente pela mesma distribuidora e que conduzem à fixação de custos



**RESOLUÇÃO Nº.**

**Processo nº 201808124-00 – Consulta da Câmara Municipal de Soure, exercício 2018, de responsabilidade do Sr. Jorge Peixoto Ramos**

ao erário, quer seja do montante arrecadado, quer seja dos valores imputados como custos de iluminação da própria municipalidade.

Ademais, questiono de que forma são apuradas as informações relativas aos pagamentos efetivamente realizados pelos consumidores municipais à concessionária, de modo a assegurar que o valor mensalmente apurado pela CIP/COSIP corresponda ao que é devido ao município.

Outrossim, de igual relevância o questionamento quanto à existência de controle, pelos Executivos Municipais, acerca das situações nas quais os pagamentos das faturas dos seus municípios ocorrem em atraso, o que consequentemente conduz a incidência de juros e multa, a princípio, cobradas inclusive sob o valor da CIP/COSIP e demais tributos ali lançados.

Importa dizer, que não se está imputando prática ilegal da empresa concessionária no Estado do Pará, porém, como bem se posiciona a DIJUR, não se pode ignorar que tal empresa recebe ordinariamente impugnações de contas cobradas dos demais consumidores (pessoas físicas ou jurídicas de direito privado), as quais inclusive são submetidas à apreciação do Poder Judiciário no Estado do Pará.

Diante do exposto, a provocação que se pretende levantar é no sentido de fomentar o debate, especialmente sobre um tema o qual é senso comum sobre os impactos financeiros representativos na vida de qualquer cidadão, relacionados as despesas decorrentes pelo consumo de energia elétrica, o que exige a atuação deste TCM-PA, os quais se replicam aos custos envolvidos à proporia Administração Pública, enquanto consumidora dos mesmos serviços prestados.

Por fim, considero que, a empresa concessionária (CELPA) deverá encaminhar aos municípios relatórios detalhados que contemplem a arrecadação normal, as multas e juros de mora cobrados, e ainda, especificamente ao final do exercício a relação de inadimplência (se houver) para o lançamento em dívida ativa.





RESOLUÇÃO Nº.

Processo nº 201808124-00 – Consulta da Câmara Municipal de Soure, exercício 2018, de responsabilidade do Sr. Jorge Peixoto Ramos

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A matéria consignada na presente Consulta, convida o Colegiado deste TCM-PA à reflexão quanto a necessidade de ampla fiscalização das receitas municipais, conforme preconizado pela ATRICON, através da **Resolução n.º 06/2016**<sup>1</sup>, que dispõe sobre diretrizes de atuação dos Tribunais de Contas, no sentido de aprimorar seus regulamentos e procedimentos de controle externo, afetos à matéria, por meio de auditorias operacionais, financeiras e de conformidade, entre outros instrumentos de fiscalização<sup>2</sup>.

Sob tal perspectiva, se impõe a relevância de um amplo debate pelo Colegiado desta Corte de Contas, acerca da temática trazida nos autos de Consulta e aprofundada pela DIJUR/TCM-PA em razão do seu inescusável interesse público e, por consequência, a defesa do erário em prol da sociedade e, ainda, o preconizado fortalecimento de ação via Rede de Controle, com a participação de outras instituições públicas vocacionadas ao Controle Externo, tais como o Ministério Público Estadual, as Câmaras Municipais e, ainda, a própria Assembleia Legislativa do Estado do Pará.

Ressalto que as considerações traçadas, em parte, defluem de informações que exigem a submissão ao contraditório e a ampla defesa, no âmbito dos municípios e da própria empresa concessionária (CELPA), o qual poderá se dar através de ação de auditoria deste TCM-PA, elegendo-se procedimento já consagrado no âmbito do Tribunal de Contas da União, denominado como *Fiscalização Ordenada Concomitante – FOC*.

Ademais, é fundamental que se estabeleça que, a rigor do previsto no **art. 3º, inciso I, da LC n.º 109/2016**<sup>3</sup>, que a empresa **CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A – CELPA**,

<sup>1</sup> <http://www.atricon.org.br/wp-content/uploads/2016/12/Diretrizes-receita-e-ren%C3%Bancia-de-receita.pdf>

<sup>2</sup> <http://www.atricon.org.br/imprensa/atricon-publica-resolucao-sobre-a-fiscalizacao-da-receita-e-da-renuncia-de-receita/>

<sup>3</sup> **Art. 3º. O Tribunal de Contas dos Municípios tem jurisdição própria e privativa em todo território estadual, exercida de forma exclusiva e indelegável**, abrangendo:

**I – Qualquer pessoa física ou jurídica, órgão ou entidade, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, Traversa Magno de Araújo, nº 474, Telégrafo, Belém, PA, CEP: 66.113-55 (91) 3210-7500 – [www.tcm.pa.gov.br](http://www.tcm.pa.gov.br)**



**RESOLUÇÃO Nº.**

**Processo nº 201808124-00 – Consulta da Câmara Municipal de Soure, exercício 2018, de responsabilidade do Sr. Jorge Peixoto Ramos**

concessionária do serviço público de distribuição de energia elétrica no Estado do Pará, está abrangida pela jurisdição própria e indelegável deste TCM-PA, na medida em que arrecada recursos públicos municipais, notadamente, a receita proveniente da CIP/COSIP, serviço para o qual, inclusive, é remunerada pela inquinada “*taxa de administração*”.

Assim, objetivando assegurar melhor didática e, ainda, integral manifestação ao quesito formulado pelo consulente, bem como às demais questões evidenciadas a partir do aprofundamento do tema trazidos no teor do Parecer nº 188/DIJUR-TCM-PA, apresento as seguintes proposições de resposta elaboradas pelo referido setor, as quais corroboro na integralidade com os entendimentos firmados, os quais consolidam o posicionamento já alcançado nas consultas aprovadas por este TCM-PA, atinentes a CIP/COSIP, quais são:

- I. A Contribuição de Iluminação Pública (CIP/COSIP) é considerada, para todos os fins, como tributo, a partir da decisão proferida no âmbito do C. STF, sob a qual este TCM-PA firmou posicionamento, a partir da Resolução n.º 12.964/2017/TCM-PA.
- II. A CIP/COSIP poderá incidir na base de cálculo do duodécimo devido pelo Poder Executivo ao Legislativo, nos termos do art. 29-A, da CF/88, mediante prévia e expressa previsão na Lei Orgânica Municipal, nos demais casos devem ser seguidas as disposições contidas na Resolução n.º 8.955/05/TCM-PA e Orientação Técnica n.º 01/2012/TCM-PA, conforme firmado a partir da Resolução n.º 12.965/2017/TCM-PA.
- III. Os recursos apurados na arrecadação da CIP/COSIP deverão ser contabilizados em valores brutos, pelo Executivo Municipal, para fins de apuração do repasse do duodécimo e dos limites de despesas com pessoal, uma vez que integram o cálculo da Receita Corrente Líquida.
- IV. Os recursos da CIP/COSIP, nos termos da **Resolução n.º 13.019/2017/TCM-PA**, são

---

gerencie ou administre dinheiro, bens e **valores públicos municipais** ou pelos quais os Municípios respondam ou que, em nome destes, assumam obrigações pecuniárias

Travessa Magno de Araújo, nº 474, Telégrafo, Belém, PA, CEP: 66.113-55 (91) 3210-7500 – [www.tcm.pa.gov.br](http://www.tcm.pa.gov.br)



**RESOLUÇÃO Nº.**

Processo nº 201808124-00 – Consulta da Câmara Municipal de Soure, exercício 2018, de responsabilidade do Sr. Jorge Peixoto Ramos

vinculados às ações de iluminação pública municipal, exclusivamente para despesas com:

- a) Instalação, Manutenção e Expansão da rede de iluminação pública municipal;
  - b) Consumo de energia elétrica da iluminação pública, sendo esta entendida como a vinculada à de iluminação de ruas praças, avenidas, parques e demais bens de uso comum.
- V. É vedada a utilização dos recursos da CIP/COSIP no pagamento das faturas de energia elétrica de prédios públicos e outras unidades consumidoras, ainda que destinadas à atividade pública, já que nestes *"a iluminação não serve como um fim em si mesma, mas sim, como meio para a consecução de outros serviços públicos, sendo paga pelo próprio Órgão Público, no montante equivalente ao seu consumo, por meio de tarifa emitida pela concessionária prestadora do serviço"* (Resolução n.º 13.019/2017/TCM-PA).
- VI. É vedada, ainda, a utilização dos recursos da CIP/COSIP no custeio de despesas com materiais e equipamentos elétricos (v.g. lâmpadas, fiação, disjuntores, grupos geradores, etc.), destinados à construção e/ou manutenção de prédios da administração pública municipal, tais como a sede da Prefeitura e Câmara, Escolas, Hospitais, Secretárias, e unidades análogas, por não integrarem o conceito de "iluminação pública municipal".
- VII. A realização de despesas com recursos provenientes da arrecadação da CIP/COSIP, com inobservância a previsão constitucional, legal e normativa da ANEEL, comporta irregularidade de natureza grave, nos termos do art. 45, inciso III, alínea "c", da LC n.º 109/2016, passível de reprovação da prestação de contas de gestão do Chefe do Executivo Municipal.
- VIII. A contabilização das receitas e despesas da CIP/COSIP, deverão ser registradas, no

**RESOLUÇÃO Nº.**

Processo nº 201808124-00 – Consulta da Câmara Municipal de Soure, exercício 2018, de responsabilidade do Sr. Jorge Peixoto Ramos

exercício de 2019, sem prejuízo dos detalhamentos consignados neste ~~Parer~~<sup>voto</sup>, como:

- a) Receita de Contribuições, Código 1.2.4.0.00.0.0 - Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública e
  - b) Despesa de atividades de manutenção e consumo, bem como projetos e obras e serviços de expansão da rede de iluminação pública municipal, na Função 25 - Energia, Subfunção 752 - Energia Elétrica.
- IX.** Para o exercício de 2020 e demais subsequentes, devem ser observados os procedimentos que vierem a ser modificados com o Plano de Contas para cada competência.
- X.** Para fins de rastreabilidade e monitoramento das receitas e despesas vinculadas à CIP/COSIP, as mesmas deverão ser transferidas das empresas concessionárias às Prefeituras Municipais, em conta específica para tal finalidade, conforme paradigma já adotado pelos Tribunais de Contas, para as receitas vinculadas ao FUNDEB.
- XI.** A nominada “taxa de administração” cobrada pela concessionária/distribuidora configura espécie de prestação de serviços e, assim, comporta a cobrança de ISSQN de competência e destinação do município.
- XII.** A omissão do Executivo Municipal na cobrança do ISSQN sob a nominada “taxa de administração” configura renúncia de receita por omissão tributária, sancionável, em tese, nos termos do art. 10, incisos X e XII, Lei Federal n.º 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa) e do art. 319, do Código Penal Brasileiro (Crime de Prevaricação).
- XIII.** Compete, aos atuais Prefeitos Municipais, nas hipóteses de cobrança de “taxa de administração”, pela empresa concessionária/distribuidora na arrecadação e



**RESOLUÇÃO Nº.**

**Processo nº 201808124-00 – Consulta da Câmara Municipal de Soure, exercício 2018, de responsabilidade do Sr. Jorge Peixoto Ramos**

transferência da CIP/COSIP, adotar as providências administrativas e/ou judiciais de lançamento tributário e cobrança do ISSQN, apurável nos últimos 05 (cinco) anos.

- XIV.** É vedado o “encontro de contas”, entre a concessionária/distribuidora e a Prefeitura Municipal, que alcance o abatimento das despesas com iluminação pública; de faturas referentes às unidades consumidoras vinculadas ao Executivo e/ou Legislativo, bem como da referida “taxa de administração”, impondo-se a observância dos procedimentos estabelecidos junto à Lei Federal n.º 4.320/64.
- XV.** Os contratos ou convênios, firmados entre as Prefeituras Municipais e a empresa concessionária, para arrecadação da CIP/COSIP, notadamente com previsão de cobrança da “taxa de administração”, deverão ser rescindidos, por representarem prática que comporta dano ao erário, com repercussão em desfavor da população, face a elegibilidade da concessionária, como responsável/substituta tributária.
- XVI.** Os Poderes Públicos Municipais deverão empreender as medidas necessárias à imediata proposição e aprovação de emendas às Leis Municipais que instituíram a CIP/COSIP, para fixar a aludida responsabilidade/substituição tributária, em tudo observadas as prescrições contidas no Código Tributário Nacional.
- XVII.** Os Poderes Públicos Municipais deverão empreender as medidas administrativas necessárias a assegurar, junto aos respectivos Portais da Transparência, informações detalhadas quanto aos montantes de recursos apurados na arrecadação da CIP/COSIP, bem como da sua destinação vinculada ao custeio dos serviços de iluminação pública.

Ademais, no tocante à modulação de efeitos do ato decisório que venha a ser adotado por este TCM-PA, adoto a tese trazida no Parecer da DIJUR/TCM-PA, no sentido de que a necessária modulação deve estar parametrizada com decisão da própria Corte de Contas, mormente quando esta altera e/ou inova, registrando a interpretação e alcance de dispositivos legais e constitucionais, incidentes na execução de despesas, em parte já implementadas, pelos

GABINETE DO CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA

**RESOLUÇÃO Nº.**

Processo nº 201808124-00 – Consulta da Câmara Municipal de Soure, exercício 2018, de responsabilidade do Sr. Jorge Peixoto Ramos

gestores públicos municipais, ora jurisdicionados.

Ainda, entendo pela incidência de repercussão geral, junto a decisão que venha a ser fixada por este Colendo Plenário, dada a inequívoca complexidade e repercussão social, jurídica e econômica da matéria sob análise, junto aos 144 (cento e quarenta e quatro) municípios do Estado do Pará, objetivando, por fim, a ampla divulgação e orientação dos respectivos Prefeitos Municipais.

Por fim, em razão de ter acompanhado, em sua integralidade, a manifestação trazida aos autos, pela Diretoria Jurídica/TCM-PA, adoto a seguinte ementa elaborada pelo referido setor, no que transcrevo:

**EMENTA: CONSULTA. CÂMARA MUNICIPAL DE SOURE. EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018. TAXA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA. CONTABILIZAÇÃO NA BASE DE CÁLCULO DO DUODÉCIMO. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA. TAXA DE ADMINISTRAÇÃO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. TRIBUTAÇÃO. REGIME DE COMPENSAÇÃO. COMPETÊNCIA MUNICIPAL LEGISLATIVA. CONSOLIDAÇÃO DE PRECEDENTES DO TCM-PA.**

1) A Contribuição de Iluminação Pública (CIP/COSIP) é considerada, para todos os fins, como tributo, a partir da decisão proferida no âmbito do C. STF, sob a qual este TCM-PA firmou posicionamento, a partir da Resolução n.º 12.964/2017/TCM-PA.

02) A CIP/COSIP poderá incidir na base de cálculo do duodécimo devido pelo Poder Executivo ao Legislativo, nos termos do art. 29-A, da CF/88, mediante prévia e expressa previsão na Lei Orgânica Municipal, nos demais casos devem ser seguidas as disposições contidas na Resolução n.º 8.955/05/TCM-PA e Orientação Técnica n.º 01/2012/TCM-PA, conforme firmado a partir da Resolução n.º 12.965/2017/TCM-PA.

03) Os recursos apurados na arrecadação da CIP/COSIP deverão ser contabilizados em valores brutos, pelo Executivo Municipal, para fins de apuração do repasse do duodécimo e dos limites de despesas com pessoal, uma vez que integram o cálculo da Receita Corrente Líquida (RCL).

04) Os recursos da CIP/COSIP, nos termos da Resolução n.º 13.019/2017/TCM-PA, são vinculados às ações de iluminação pública





**GABINETE DO CONSELHEIRO DANIEL LAVAREDA****RESOLUÇÃO Nº.**

**Processo nº 201808124-00 – Consulta da Câmara Municipal de Soure, exercício 2018, de responsabilidade do Sr. Jorge Peixoto Ramos**

municipal, exclusivamente para despesas com: (i) Instalação, Manutenção e Expansão da rede de iluminação pública municipal e (ii) Consumo de energia elétrica da iluminação pública, sendo esta entendida como a vinculada à de iluminação de ruas praças, avenidas, parques e demais bens de uso comum.

**05)** É vedada a utilização dos recursos da CIP/COSIP no pagamento das faturas de energia elétrica de prédios públicos e outras unidades consumidoras, ainda que destinadas à atividade pública, já que nestes "a iluminação não serve como um fim em si mesma, mas sim, como meio para a consecução de outros serviços públicos, sendo paga pelo próprio Órgão Público, no montante equivalente ao seu consumo, por meio de tarifa emitida pela concessionária prestadora do serviço" (Resolução n.º 13.019/2017/TCM-PA).

**06)** É vedada, ainda, a utilização dos recursos da CIP/COSIP no custeio de despesas com matérias e equipamentos elétricos destinados à construção e/ou manutenção de prédios da administração pública municipal, tais como a sede da Prefeitura e Câmara, Escolas, Hospitais, Secretárias, e unidades análogas, por não integrarem o conceito de "iluminação pública municipal".

**07)** A realização de despesas com recursos provenientes da arrecadação da CIP/COSIP, com inobservância a previsão constitucional, legal e normativa da ANEEL, comporta irregularidade de natureza grave, nos termos do art. 45, inciso III, alínea "c", da LC n.º 109/2016, passível de reprovação da prestação de contas de gestão do Chefe do Executivo Municipal.

**08)** A contabilização das receitas e despesas da CIP/COSIP, deverão ser registradas no exercício de 2019 como: (i) Receita de Contribuições, Código 1.2.4.0.00.0.0 - Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública e (ii) Despesa de atividades de manutenção e consumo, bem como projetos e obras e serviços de expansão da rede de iluminação pública municipal, na Função 25 - Energia, Subfunção 752 - Energia Elétrica, que serão ainda mais detalhados neste parecer.

**09)** A contabilização das receitas e despesas da CIP/COSIP, para o exercício financeiro de 2020 e demais subsequentes, deverá atender aos procedimentos que vierem a ser modificados com o Plano de Contas para cada competência.

**10)** Para fins de rastreabilidade e monitoramento das receitas e despesas vinculadas à CIP/COSIP, as mesmas deverão ser transferidas das empresas concessionárias às Prefeituras Municipais, em conta específica/vinculada para tal finalidade.

**RESOLUÇÃO Nº.**

Processo nº 201808124-00 – Consulta da Câmara Municipal de Soure, exercício 2018, de responsabilidade do Sr. Jorge Peixoto Ramos

11) A nominada “taxa de administração” cobrada pela concessionária/distribuidora configura espécie de prestação de serviços e, assim, comporta a cobrança de ISSQN de competência e destinação do município.

12) A omissão do Executivo Municipal na cobrança do ISSQN sob a nominada “taxa de administração” configura renúncia de receita por omissão tributária, sancionável, em tese, nos termos do art. 10, incisos X e XII, Lei Federal n.º 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa) e do art. 319, do Código Penal Brasileiro (Crime de Prevaricação).

13) Compete, aos atuais Prefeitos Municipais, nas hipóteses de cobrança de “taxa de administração”, pela empresa concessionária/distribuidora na arrecadação e transferência da CIP/COSIP, adotar as providências administrativas e/ou judiciais de lançamento tributário e cobrança do ISSQN, apurável nos últimos 05 (cinco) anos.

14) É vedado o “encontro de contas”, entre a concessionária/distribuidora e a Prefeitura Municipal, que alcance o abatimento das despesas com iluminação pública; de faturas referentes às unidades consumidoras vinculadas ao Executivo e/ou Legislativo, bem como da referida “taxa de administração”, impondo-se a observância dos procedimentos estabelecidos junto à Lei Federal n.º 4.320/64.

15) Os contratos ou convênios, firmados entre as Prefeituras Municipais e a empresa concessionária, para arrecadação da CIP/COSIP, notadamente com previsão de cobrança da “taxa de administração”, deverão ser rescindidos, por representarem prática que comporta dano ao erário, com repercussão em desfavor da população, face a elegibilidade da concessionária, como responsável/substituta tributária.

16) Os Poderes Públicos Municipais deverão empreender as medidas necessárias à imediata proposição e aprovação de emendas às Leis Municipais que instituíram a CIP/COSIP, para fixar a aludida responsabilidade/substituição tributária, em tudo observadas as prescrições contidas no Código Tributário Nacional.

17) O Executivo Municipal deverá empreender medidas administrativas necessárias ao fortalecimento do controle social, com o registro nos respectivos Portais da Transparência dos montantes mensalmente arrecadados com a CIP/COSIP e de sua aplicação em ações e custeio da iluminação pública municipal.





**RESOLUÇÃO Nº.**

Processo nº 201808124-00 – Consulta da Câmara Municipal de Soure, exercício 2018, de responsabilidade do Sr. Jorge Peixoto Ramos

**Esta é a resposta à consulta formulada, que submeto à deliberação do Egrégio Plenário.**

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em \_\_\_\_ de setembro de 2019.

  
~~Conselheiro Luis Daniel Lavareda Reis Junior~~

Relator